



**Universidade Federal do Pará
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

Ricardo Eduardo de Freitas Maia

**Resistência e expropriação de famílias na Volta Grande do Xingu:
o caso de duas áreas atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil**

**Belém
2013**

Ricardo Eduardo de Freitas Maia

**Resistência e expropriação de famílias na Volta Grande Do Xingu:
o caso de duas áreas atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

**Belém
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Bibliotecária CRB 2/ 1382 Josefa Xavier de Paula**

Maia, Ricardo Eduardo de Freitas

Resistência e expropriação de famílias na Volta Grande do Xingu: o caso de duas áreas atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil \ Ricardo Eduardo de Freitas Maia: orientador, Gutemberg Armando Diniz Guerra. – 2013.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2013

1. Grandes Projetos – Altamira (PA). 2. Conflitos sociais 3. Barragem– Belo Monte (PA). I. Título.

CDD – 22.ed.: 304.23098115

Ricardo Eduardo de Freitas Maia

**Resistência e expropriação de famílias na Volta Grande Do Xingu:
o caso de duas áreas atingidas pela barragem de Belo Monte, Pará, Brasil**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra.

Data da aprovação. Belém – PA: 28/05/2013.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
UFPA/NCADR
(Orientador)

Prof. Dr. José Antônio Herrera
UFPA/Faculdade de Geografia - Campus
Universitário de Altamira
(Examinador Externo)

Profª. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa
Magalhães Santos
UFPA/NCADR
(Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

Ao Deus que tudo pode, por ter guiado e guardado meus passos durante a minha vida.

À minha Mãe, Maria Francisca, a pessoa que sempre me incentivou e aconselhou em tudo o que faço e a minha irmã Maria Izabel. E a toda a família, em especial aos meus Avós Maria Rosa e Severino Rodrigues, minhas tias e tios Verônica, Fátima, Claudia, Elias e Elizeu e meus primos, por formarem a base de uma família maravilhosa que tenho.

À Roberta Rowsy pelo amor, compreensão e apoio incondicional.

Ao meu orientador Prof. Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra pela contribuição na parte acadêmica, repasse de conhecimentos, orientações e dedicação nas correções deste trabalho. Agradeço pela compreensão e paciência que teve durante os momentos em que tive dificuldades.

Ao Prof. Dr. Willian Santos de Assis e Profa. Dra. Edma Silva Moreira pelas contribuições na Banca de Qualificação.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Antônio Herrera, Profa. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos e Prof. Dr. Willian Santos de Assis, por aceitarem o convite para avaliar e contribuir com este trabalho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelos instigantes debates durante o curso.

Ao Conselho Nacional de Apoio a Pesquisa – CNPq, pela bolsa de estudos.

À Universidade Federal do Pará e ao programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas pela oportunidade.

Aos colegas de curso pelos debates e momentos de alegria durante as aulas.

A Leandro Borges e Cristina Soares que me ajudaram no período em que estava em Altamira.

A todos que contribuíram de maneira direta e indireta na execução deste trabalho.

Aos representantes do Movimento Xingu Vivo Para Sempre por terem me recebido e prestado informações importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

A todos as pessoas que mesmo em momentos de dificuldades aceitaram participar deste trabalho, nas localidades do Ramal dos Penas, São Raimundo Nonato, Ilha da Fazenda Ressaca e Garimpo do Galo. Espero sinceramente que tudo seja resolvido da melhor maneira para que todos possam dar prosseguimento em suas vidas.

Agradeço a Francisco, Bernaldo e Lucimar que muito contribuíram com o transporte para as áreas de pesquisa.

A todos que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Por meio deste trabalho foi estudada a mobilização contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte, a partir de duas áreas localizadas na Volta Grande do Xingu. Foram feitas 26 entrevistas no período compreendido entre os meses de maio e julho de 2012. A resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte perdura por mais de duas décadas, passou por fases em que houve mudanças no posicionamento dos atores em relação ao projeto, inclusive nas entidades de representação. No caso dos camponeses essas mudanças influenciaram fundamentalmente na maneira como foi iniciado o conflito, sobretudo porque que a percepção em relação ao projeto depende da situação vivenciada nas áreas. Em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas a mobilização se deu em função do medo das mudanças, de perder o espaço de moradia e de produção, das modificações nas relações sociais moldadas na área, do controle da produção do alimento, contudo essa resistência era dos que foram forçados a sair, e os enfrentamentos ao projeto foram solapados fundamentalmente pela rapidez das transformações socioambientais em decorrência do início das obras. Já na Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda pode ser percebido que além dos questionamentos em relação à construção da barragem existe a pressão em consequência da implantação do projeto de Mineração Volta Grande. Essas frentes expropriatórias parecem cada vez mais efervescer o conflito em função das modificações sofridas na área e da iminência do deslocamento decorrente da mineração. Nesse sentido, o caso em estudo fornece elementos para o debate sobre outros Grandes Projetos de Investimento que eclodem na Amazônia, que seguem a tônica do apaziguamento dos conflitos, da irredutibilidade da obra e da naturalização da expropriação das pessoas sob o pretexto do progresso e do bem comum, que sobrepuja vidas e amplia injustiças sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Grandes Projetos. Conflito. Mobilização. Desestruturação social. Barragem.

ABSTRACT

This study made it possible to detail the mobilization against the construction of *Belo Monte* Hydroelectric Dam, from two distinct locations in *Volta Grande do Xingu*. Twenty six interviews have been made from May to July, 2012. The resistance against the construction of *Belo Monte* Dam spans over two decades, and it has gone through phases where there were position changes of the actors involved regarding the project, including the civil organizations. Regarding the peasants, these changes have dramatically influenced the way the conflict began, especially because their perception of the project depends upon the experience lived in the cited areas. In the municipality of *São Raimundo Nonato* and on the rural road connecting *Ramal dos Penas*, the mobilization turned possible due to the fear of changes, such as, losing their land and their production, the changes in their singular social relations grown in the area, the control in food production; however, such resistance emerged especially in those forced to leave the area, and the confrontations have been undermined fundamentally by the rapid social and environmental transformations after the beginning of the construction. In the areas named *Ressaca*, *Garimpo do Galo* and *Ilha da Fazenda*, one may notice that apart from the issues concerning the dam construction, there is the pressure as a result of the implementation of the mining project named *Mineração Volta Grande*. These expropriation fronts seem to increase even more the conflicts due to the changes in the construction area and the imminent displacement that may occur because of the mining project. Therefore, this study provides elements to the debate over other large investment projects that have undergone project or construction in the Amazon, followed by the peacemaking debate, the irreducibility in the construction, and consequently the natural displacement of residents for the progress and the common good, that overshadows lives and broaden social injustices.

KEY-WORDS: Big Projects. Conflict. Mobilization. Social disruption. Dams.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Brasil: Evolução da Potência elétrica Instalada 1901-2012	13
Quadro 2 - Descrição do número de expropriados e deslocados compulsoriamente por Hidrelétricas	14
Figura 1 - Disposição espacial das duas áreas de pesquisa na Volta Grande do Xingu.	24
Figura 2 - Manejo rebanho bovino de um dos entrevistados	27
Figura 3 - Condições da estrada do Ramal Vila Rica, via de acesso ao Ramal dos Penas.	27
Figura 4 - Ramal dos Penas	28
Figura 5 - Condições da estrada Travessão do km 27, via de acesso ao canteiro de obras.	28
Figura 6 - Escola na localidade Vila Rica	29
Figura 7 - Escola do Ramal dos Penas	29
Figura 8 - Vila da Ressaca.	30
Figura 9 - Vila da Ilha da Fazenda	30
Figura 10 - Vila do Garimpo do Galo.	31
Figura 11 - Bacia Fluvial do Rio Xingu	51
Figura 12 - Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte	56
Quadro 3 - Depoimentos dos Agricultores do Travessão do Cobra-Choca	68
Figura 13 - Casa no Ramal dos Penas, visita em julho de 2012.	79
Figura 14 -Visita em novembro de 2012 após a retirada da família e demolição da casa.	80
Figura 15 - Exemplos de modificações ocorrentes na área de pesquisa.	81
Figura 16 - Localização da Área de Influência Indireta	88
Figura 17 - Localização da área de Influência Direta	89
Figura 18 - Área Diretamente Afetada – ADA do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte	91
Figura 19 - Trancamento simbólico do rio Xingu por ribeirinhos da localidade Arroz-Cru.	95

LISTA DE SIGLAS

ADA – Área Diretamente Afetada
AGRIVOX – Associação dos Agricultores da Volta Grande do Xingu
AHE – Aproveitamento Hidrelétrico
AID – Área de Influência Direta
AII – Área de Influência Indireta
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BASA – Banco da Amazônia S. A.
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CHBM – Complexo Hidrelétrico de Belo Monte
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRACOHX – Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DRP – Delegacia Regional do Trabalho
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FVPP – Fundação Viver Produzir e Preservar
ISA – Instituto Socioambiental
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MAFDS – Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDTX – Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MEB – Movimento de Educação de Base
MP – Mobilização Política
MPF – Ministério Público Federal
MPST – Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica
MR – Mobilização de Recursos
MXVPS – Movimento Xingu Vivo Para Sempre

NMS – Novos Movimentos Sociais

OMS – Organização de Movimento Social

ONGs – Organizações Não Governamentais

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SPDDH – Sociedade Paraense de Direitos Humanos

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

TPP – Teoria do Processo Político

ULTAP – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ELEMENTOS DA PESQUISA	18
2.1 JUSTIFICATIVA, HIPÓTESE E OBJETIVOS.....	18
2.2 DESCRIÇÃO DO LOCUS DE PESQUISA	19
2.2.1 Histórico do contexto da ocupação humana na fronteira Sudoeste do Pará	19
2.2.2 A Volta Grande do Xingu: caracterização das áreas de pesquisa	23
2.2.2.1 Ramal Dos Penas e São Raimundo Nonato: área a ser inundada.	25
2.2.2.2 Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo: Área de sequeiro	30
2.3 PROCEDIMENTO DA PESQUISA.....	33
3 DO LOCAL AO GLOBAL: APROXIMAÇÃO TEÓRICA E REFLEXÕES SOBRE A LUTA SOCIAL NO BRASIL	36
3.1 MOVIMENOS SOCIAIS: AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEFINIÇÃO DO CONCEITO.....	36
3.2 REFLEXÕES SOBRE LUTA SOCIAL NO BRASIL	44
4 A IMPOSIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: O CASO DOS BARRAMENTOS NO XINGU	50
4.1 “EU OUVI FALAR”: KARARAÔ E O EVENTO DE 1989 A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS	57
4.2 MUDANÇAS CONJUNTURAS: A RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES	62
4.3 A FASE DA EXPROPRIAÇÃO: DESMOBILIZAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL	76
5 O CERCO ESTÁ SENDO FECHADO: AS DUAS FRENTES DE EXPROPRIAÇÃO NA VOLTA GRANDE DO XINGU	83
5.1 “NÓS SOMOS MAIS ATINGIDOS”: AS CONTROVÉRSIAS DE UM CONCEITO POLISSÊMICO	85
5.2 DIANTE DAS MUDANÇAS, A MOBILIZAÇÃO?	94
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A - LISTA DOS ENTREVISTADOS CITADOS NO TEXTO	108
ANEXOS	110
ANEXO A – ABAIXO ASSINADO COMO FORMA DE RESISTENCIA A BARRAGEM	110
ANEXO B – CARTA DOS CAMPONESES AOS INDÍGENAS	111

1 INTRODUÇÃO

Eu aqui em minha casa muitos anos sossegado
 Embora no momento estou muito perturbado
 Vão derrubar a minha casa
 Alagar o meu roçado
 Tudo que construí com alegria
 Para onde vai o meu gado
 Quero resistir a não sair daqui
 Minha mãe e meu pai moram bem perto daqui
 Que covardia não dá para controlar
 Sinto uma dor no peito a me sufocar
 Que terra boa, não dá para esquecer
 As minhas plantações ficam a florescer
 Sempre lutei contra esse projeto destruidor
 Fui até Brasília, falei com o presidente
 Pedi que desse valor
 A nossa mãe natureza que foi Deus que criou.

Poema declamado por Severino¹ (2012)

Os versos acima carregados de pesar denotam o sentimento de dor que os projetos em grande escala ocasionam na vida de quem tem a infelicidade de ter como lar, espaço de trabalho, enfim, de reprodução social como área estipulada pelas entidades de planejamento estatal para a construção de grandes projetos. Dizem, também, como esses atores sociais ao ver seu modo de vida em vias de ser tragado, deixam suas atividades corriqueiras e se organizam para lutar contra a expropriação. A breve análise dessa poesia permite ao leitor, mesmo que minimamente, perceber que se trata de um discurso no primeiro plano repleto de antagonismos, e representam o medo da mudança das condições de vida das famílias. Como poderá ser visto no decorrer deste trabalho o discurso das famílias quando se refere aos projetos mescla a dúvida da mudança, a incorporação de elementos referentes à preservação ambiental e principalmente a percepção da noção de injustiça da qual são vítimas.

O processo de construção de hidrelétricas é contraditório. Alguns discursam que é sinônimo de progresso, justificado pela criação de empregos e implantação de infraestrutura no entorno do projeto, traduzidos como melhoria de vida para as populações locais. Seriam

¹ Todos os nomes utilizados neste trabalho são fictícios e foram substituídos por nomes de camponeses nordestinos que vieram para transamazônica na década de 1970 e que lutaram para permanecer na terra e dela tirar o sustento de suas famílias, assim como todos os que participaram deste trabalho. Essa é minha homenagem aos que lutam.

necessárias porque assumem papel importante na geração de energia que sustentará o crescimento do país, “argumento genérico e abstrato pautado em um suposto benefício público ou bem comum” (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2010, p. 01). Para os que de alguma forma direta e indireta serão afetados o sentido é, conforme os versos citados acima, de “lamento e dor” (MAGALHÃES, 2007, p.16) objetivados pela expulsão de suas terras, alteração dos seus modos de vida e produção, dispersão familiar, desemprego, desagregação social e impacto ambiental. Zhouri e Oliveira (2007) dizem que esses significados são produto de duas racionalidades:

... de um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120).

No Brasil a construção de barragens para geração de energia elétrica iniciou no ano de 1883, em Minas Gerais, por aquela que ficou conhecida como Ribeirão do Inferno² (FERREIRA, 2006, p. 22). Foi a partir dos governos militares que houve aceleração na implantação dessas obras de infraestrutura (BENINCÁ, 2011, p.30). De acordo com Benincá (2011, p.72) a crise do petróleo e aumento do consumo de energia com a implantação da indústria alavancaram o aumento da disponibilidade de energia no país, seja com a substituição da gasolina pelo álcool, e, no caso da geração de energia, a construção de grandes centrais baseadas na utilização hídrica nas regiões Nordeste, Sul e Norte.

Como marcas dessa conjuntura o governo,

Na região *Nordeste*, construiu a barragem de Sobradinho e depois a de Itaparica. Na região *Sul*, deu andamento à obra de Itaipu, no Rio Paraná, época em que foi anunciada a construção da usina hidrelétrica de Itá e Machadinho, na Bacia do Rio Uruguai. Simultaneamente, na região *Norte*, iniciava-se a barragem de Tucuruí (BENINCÁ, 2011, p.72).

Magalhães destaca as sucessivas construções de hidrelétricas nas três décadas pós 1970

[...] na Região Nordeste: Moxotó, Sobradinho, Itaparica; na Região Sul: Passo Fundo, Salto Santiago, Itaipu; na Região Norte: Tucuruí, Balbina e Samuel; na Região Central: Itumbiara. Nas décadas de 80 e 90, destacam-se: no Sul, as Barragens de Itá e Machadinho no rio Uruguai, e a Barragem de Porto Primavera, no rio Paraná; no Nordeste, a Barragem de Castanhão, no Ceará; na região Centro-

² Instalada “no Ribeirão do Inferno, afluente do rio Jequitinhonha, em Portão de Ferro, na cidade de Diamantina (MG)” (ELETROBRÁS, 2012).

Oeste, a barragem de Serra da Mesa, no Alto Rio Tocantins, Goiás; no Centro-Oeste, Barragens do Vale do Jequitinhonha e do Alto Rio Doce, em Minas Gerais, e Barragem do rio Paraíba, nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, apenas para citar as principais (MAGALHÃES, 2007, p. 51).

Para se ter uma ideia do aumento da capacidade instalada no país, a potência instalada em hidrelétricas em 1901 era 3,756 MW, em 1970 subiu a 8.634,652 MW passando a 27.090,631 MW no início da década de 1980. Com o passar dos anos a potência gerada pela hidroeletricidade passou a ser incrementada em substituição à produção termoeletrica, chegando ao patamar, no início do século XXI, de 61.145,629 MW (Tabela 1). Em 2012, o Brasil possui no total 174 empreendimentos hidrelétricos em operação, com potência instalada de 77.090 MW, que representa 68,02 % do total instalado no Brasil (ANEEL, 2012a)³.

Tabela 1 - Brasil: Evolução da Potência elétrica instalada 1901-2012.

Ano	Potência Instalada**	
	Hidrelétrica	Potência Total***
1901	3,756	8,384
1910	63,143	78,843
1920	193,829	229,617
1930	448,692	496,679
1940	757,684	805,155
1950	1.257,766	1.311,082
1960	3.172,328	4.033,22
1970	8.634,652	10.295,953
1980	27.090,631	30.580,76
1985	37.610,972*	41.980,277
1990	50.542,728*	55.237,263
2000	61.145,629*	75.488,431
2012	77.090	113.327
* Inclui a potência total de Itaipu		
** Potência em MW		
*** Fontes: Termoeletricas, hidrelétricas, nuclear e outras		

Fontes: Ferreira (2006, p.22) e ANEEL (2012a) – Adaptados pelo autor.

³ Na potência instalada produzida pela matriz hidrelétrica aferida pela Agencia Nacional de Energia Elétrica, são consideradas a potência de Itaipu Nacional, que em 2012 é de 7.000 MW.

A matriz energética brasileira é em sua maioria representada pela produção hidrelétrica. Isso tende a aumentar, pois segundo dados da ANEEL (2012b) existem 25 outorgas para a geração de energia através de recursos hídricos, sendo que 12 empreendimentos já estão em fase de construção e terão capacidade instalada de 19.660 MW. Belo Monte – no Xingu, Jirau e Santo Antônio – no rio Madeira, são exemplos de empreendimentos em construção.

Essa geração de energia, implica em impactos ambientais, pois incluem hidrelétricas que formaram os “maiores lagos artificiais do mundo: Sobradinho (3.970 km²), Tucuruí (2.830 km²), Balbina (2.360 km²), Serra da Mesa (1.784 km²), Itaipu (1.350 km²)” (MAGALHÃES, 2007, p. 51), tem um preço social alto a ser pago, pois gera a expropriação de muitas pessoas, no geral pelo Estado que utiliza o princípio da utilidade pública⁴ (GRZYBOWSKI, 1990, p. 25). Segundo Zhou e Oliveira (2007, p. 121) “as barragens já inundaram 3,4 milhões de hectares de terras produtivas e desalojaram mais de um milhão de pessoas no país”. Para exemplificar, Benincá (2011) apresenta dados aproximados do número de expropriados de Hidrelétricas construídas nas regiões Norte, Sul e Nordeste (Quadro 1).

Quadro 1 - Expropriados e deslocados compulsoriamente por Hidrelétricas

Hidrelétrica	Nº de expropriados e deslocados compulsoriamente
Sobradinho	98.000 pessoas
Itaparica	45.000 pessoas
Itaipú	30.000 pessoas (do lado brasileiro)
Itá	3.560 famílias
Machadinho	2.400 famílias
Tucuruí	32.000 pessoas

Fonte: Benincá (2011, p. 72) adaptado pelo autor.

Na Amazônia, Santos e Nacke (1991b), ao fazer um levantamento dos indígenas afetados por hidrelétricas na Amazônia destacam:

UHE Tucuruí (PA): Alagamento de cerca de 250.000 ha, atingindo povos indígenas Gavião e Parakanã. Suas linhas de transmissão, outrossim, atingiram os grupos indígenas Guajajara e Krikati.

⁴ “Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios” (BRASIL, 1941).

UHE Balbina (AM): Alagamento de 234.600 ha, atingindo Waimiri-Atroari. Provavelmente provocará conseqüências sérias para os grupos isolados Piriatiti e Tiquirié (Sub-grupos Waimiri-Atroari) e os KarefaWyana.

UHE Paredão/Mucajá: Alagamento de 558 ha. Atingirá: Yanomami, os Macuxi e os Wapixana.

UHE Ji-Paraná (RO): 95.700 ha, atingirá: Gaviões e Arara.

UHE Chachoeira/Porteira (PA): 107.900 ha, afetará: índios da aldeia Mapuera (Wai-Wai, Katuena, e outros), Cassauá (Kamarayana, Mawayana, Katuena, Wai-Wai etc.) e aldeia Porteira (Kaxuyana), e ainda diversos grupos isolados.

UHE Ávila (RO): alagamento de 1000ha, atingindo a AI Tubarão-Latundê.

UHE Samuel (RO): Alagamento de cerca de 60.700 ha. Urueu-Wau-Wau e três grupos isolados (Kariliana, Urupa-in e Miguelenos) (SANTOS e NACKE, 1991b, p. 82 e 83).

Mesmo com todas as controvérsias, chama a atenção a maneira como essas obras foram pensadas e executadas, o *lobby* em torno do desenvolvimento gerado e a participação mínima dos atingidos na decisão sobre a realização do empreendimento e sua gestão. As populações envolvidas em áreas de construção de barragens e outros projetos são tidas como empecilhos ao desenvolvimento. Zhouri e Oliveira (2007, p. 120) ao analisar as posições tomadas no Brasil com relação às políticas públicas concluem que:

No Brasil, os efeitos das transformações acarretadas pelo processo de mundialização manifestam-se, sobretudo, a partir da adoção de uma política conservadora de ajuste econômico que tem reconduzido meio ambiente e justiça social ao estatuto de “entraves ao desenvolvimento” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 120)

As pessoas não só são consideradas entraves, mas recebem o mínimo de informação sobre o empreendimento, apesar de serem previstas audiências públicas. No geral, sabe-se pouco sobre as formas de indenização, os locais onde serão realocados e quantas pessoas serão atingidas, o que pode ser exemplificado com os impasses nas realocações e indenizações dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí (MAGALHÃES, 2007, p. 51-73) e nas entrevistas que foram realizadas nas áreas a serem atingidas por Belo Monte.

Segundo Viana (2003, p. 14) entre os problemas sobre o meio ambiente e a sociedade levantados na literatura em contexto da construção de hidrelétrica destacam-se:

...o deslocamento compulsório da população residente na área inundável pelo reservatório e conseqüentemente a perda de terras cultiváveis e de benfeitorias; pequenas e insuficientes indenizações pelas terras e benfeitorias perdidas; desestruturação das formas espaciais e sociais de organização da população; diminuição da quantidade e da variedade de espécies de peixes, tão importantes para a subsistência de grande parte das comunidades atingidas; salinização da água; sedimentação do leito dos rios; perda de fertilidade das áreas a jusante da barragem; aumento de doenças como malária, febre amarela, leishmaniose; entre outros (VIANA, 2003, p. 14).

Diante desse contexto em que os grandes projetos hidrelétricos são impostos, há resistência, conforme pontuam Zhouri e Oliveira (2007, p. 120): “multiplicam-se, assim,

cenários de confronto entre as populações locais, setores do Estado e segmentos empresariais”.

No contexto da construção da hidrelétrica de Belo Monte surgiu um movimento de oposição que data da década de 1980, em que os povos indígenas, a Igreja Católica e entidades de representação camponesa, organizações nacionais e internacionais se conjugam para contestar o projeto.

Neste trabalho foi analisado o processo de resistência e expropriação de famílias de duas áreas que estão sob a área de influência da implementação da hidrelétrica de Belo Monte. No processo de investigação foram escolhidas estas duas áreas definidas pelo critério de diferentes impactos ocasionados pela configuração do empreendimento hidrelétrico, sendo uma área de alagamento e outra área de sequeiro. Na primeira área, em que as famílias são retiradas devido ao futuro alagamento das terras, foram selecionadas as localidades de São Raimundo Nonato e o Ramal dos Penas. Na segunda área as localidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo.

O texto foi organizado em 6 capítulos. A Introdução apresenta um apresentação de aspectos relevantes sobre a construção de hidrelétricas, seus impactos e a resistência aos projetos hidrelétricos. O capítulo II apresenta ao leitor aspectos relacionados à motivação da escolha do tema de pesquisa. Em seguida é apresentado o contexto histórico de formação da população seguida pela descrição da área onde foi realizada a pesquisa. Por fim, são detalhados os procedimentos metodológicos do trabalho de campo.

O capítulo III leva o leitor ao campo teórico de onde são retirados os referenciais utilizados neste trabalho, seguidos por uma reflexão sobre a luta social em especial com a apresentação da mobilização camponesa no caso da hidrelétrica de Tucuruí.

O capítulo IV trata especificamente das tentativas de se implantarem hidrelétricas no Xingu. É traçado um perfil histórico desde o Inventário do Potencial Hidrelétrico na bacia do Xingu até a atual configuração do projeto de construção da hidrelétrica de Belo Monte. Ainda no capítulo IV e todo o capítulo V é feita uma leitura sobre os aspectos relacionados à mobilização social e política e o processo de expropriação na Volta Grande do Xingu. A história de lutas, o sofrimento, a euforia, as decepções, são analisadas à luz dos elementos teóricos, sobretudo de categorias da sociologia dos movimentos sociais. Esses dois capítulos são fundamentais para o debate sobre a implantação de grandes projetos na Amazônia, porque trazem elementos em que as pessoas questionam o processo autoritário com que a hidrelétrica de Belo Monte e, mais recentemente o Projeto de Mineração Volta Grande, são impostos às populações residentes do lugar.

Nas considerações finais são destacados desta análise os elementos que contribuem para o debate sobre Grandes Projetos de Investimento na Amazônia, em especial no que se refere à expropriação camponesa pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

2 ELEMENTOS DA PESQUISA

2.1 JUSTIFICATIVA, HIPÓTESE E OBJETIVOS

O interesse em estudar o tema relacionado ao debate sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte surge por presenciar por mais de dez anos as discussões sobre o projeto, em razão de residir em Altamira. Neste contexto, chamou a atenção o processo de resistência ao projeto, que foi iniciado pelos povos indígenas e apoiados em seguida pela igreja católica entre outros atores, conforme consta no escopo desta dissertação.

Durante o período em que passei a observar a discussão conheci uma liderança camponesa que em diálogos passou a relatar a sua visão dos pontos importantes da luta contra o projeto, principalmente na forma de poemas que escrevia de acordo com o andamento desse processo. Relatava os momentos em que considerava vitória, como a possibilidade de ir a eventos como o Fórum Social Mundial em Belém (2009), visitas à Brasília, mobilizações que participava, bem como as angústias das sucessivas investidas dos empreendedores e o avançar dos tramites para a implantação do projeto, ou seja, as derrotas. Sem perceber estava diante de um processo que poderia ser explorado do ponto de vista acadêmico. Na época, a percepção que tinha era de injustiça e desrespeito aos princípios democráticos, reconhecendo e refletindo que as famílias estavam em desvantagem em relação às forças dos propositores do projeto, sobretudo pelo caráter irreversível que o projeto adquiria com o aproximar-se do fim primeira década de 2000.

No início de 2011, com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, pude aproximar as inquietações que tinha em relação ao que via e ouvia sobre a luta contra a barragem, das discussões acadêmicas sobre a implantação de Grandes Projetos na Amazônia.

Na construção do projeto de pesquisa muitas eram as indagações passíveis de serem estudadas. Uma das possibilidades era estudar a maneira como atores diversificados mantinham por quase três décadas um movimento de resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Observava que havia entidades que se conjugavam numa rede ampla de mobilização, que se faziam representar pelo Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), depois Movimento Xingu Vivo Para Sempre. A partir de orientações, proposições na banca de qualificação do Projeto de Pesquisa e ao relembrar as

conversas com a liderança camponesa referida anteriormente, bem como o caráter dinâmico no contexto da construção levou a precisar melhor o tema. A pesquisa, então, foi direcionada para estudar como as famílias atingidas pela construção barragem de Belo Monte têm reagido no processo de resistência? Qual a percepção sobre o processo de implantação do empreendimento?

A hipótese era de que na situação de ameaça pela iminência da obra as mobilizações, sobretudo dos camponeses que teriam as terras onde vivem expropriadas, ocorreriam com maior intensidade, principalmente porque em tese havia mais gente envolvida após décadas de luta.

Os objetivos da pesquisa forma estudar a resistência das famílias atingidas e por outro entender qual a perspectiva desses atores diante da situação de desapropriação para a construção da hidrelétrica na Volta Grande do Xingu.

2.2 DESCRIÇÃO DO LOCUS DE PESQUISA

2.2.1 Histórico do contexto da ocupação humana na fronteira Sudoeste do Pará

Na primeira metade do século XVII, dentre os rios afluentes do rio Amazonas, o Xingu era o menos conhecido (CARDOZO, 2008, p. 19). No geral havia situação de conflito pelo controle da região por parte de Portugueses e Holandeses, sendo estes últimos constantemente expulsos do local. Também há relatos da presença de espanhóis em missão no Xingu, durante da década de 1630 (GUZMÁN, 2008, p. 36-37). Comum era a presença de religiosos franciscanos e, sobretudo, jesuítas “também sendo ‘exploradores’, os religiosos assumem desde que chegam papel regular nos contatos com os grupos indígenas povoadores da bacia do Xingu” (Idem, 2008, p. 37).

A fronteira do sudoeste do estado do Pará era território sumariamente indígena⁵ até meados do século XIX, sobretudo acima da Volta Grande do Xingu, pois as cachoeiras eram obstáculo, uma vez que as penetrações sejam por militares, religiosos ou aventureiros civis eram feitas quase que exclusivamente por via fluvial (NORMAND, 1991, p.164).

⁵ De acordo com Nogueira (2008, p. 82-83), ao tratar da militarização no Xingu, “nessa área, viviam grupos indígenas como os Jurunas, Kuruáia e Pacajá, Xipaia, Arara. Esses povos viviam no baixo Xingu durante o século XVII”

Primeiro foram os jesuítas, mais especificamente Roque de Huderfund, com intuito de catequizar os índios, que chegaram ao que é Altamira, instalando uma missão de catequização chamada Tauacara, Tavaquara e Tacuana⁶ (UMBUZEIRO; CASTRO, 1999, p. 27-28 e p.41). Além da catequização, grandes investidas acima da Volta Grande por estradas⁷, evitavam as cachoeiras e por isso facilitavam o transporte e tinham como objetivo a procura pela borracha (NORMAND, 1991, p. 164).

De acordo com Bezerra Neto (2008, p. 104) dois momentos, a saber: o período pré exploração da borracha, em que mesmo havendo exploração de látex essa foi pouco significativa comparando com as mudanças ocorridas no segundo momento, pós década de 1870, que se caracterizou pela ampliação tanto da economia da borracha como a presença não indígena. As relações dos indígenas com os recursos naturais passaram a ser alteradas, pois antes dispunham de grandes territórios para desenvolverem suas práticas e vivências específicas que visam, a *priori*, a reprodução social da tribo. Essas relações mudam de acordo com as características de contato e relação com os mercados. Pode-se citar como exemplo, as plantações de salsa-parrilha que Henry Coudreau encontrou nas imediações da referida missão religiosa (COUDREAU, 1977, p. 30). A relação com o mercado – mesmo que frágil – impunha mudanças na cultura ecológica “mitológica”⁸ que esses indígenas detinham.

Ao serem expulsos pelo Marquês de Pombal os jesuítas já haviam promovido grandes modificações culturais, econômicas e religiosas em algumas tribos indígenas. Pombal, por sua vez, incentivou o casamento de brancos com indígenas o que ocasionou mais miscigenação na população (BENATTI, 2003, p. 99-100).

Os ribeirinhos e caboclos amazônicos são detentores de uma cultura ecológica que é composta de pedaços da cultura indígena e européias (LIMA e POZZOBON, 2005, p.49). São esses miscigenados que junto a nordestinos denominados arigós (UMBUZEIRO e CASTRO, 1999); EMERIQUE, 2009), sustentaram com seu trabalho a economia que na época era baseada nos ciclos extrativistas da borracha, caucho, castanha e peles de animais selvagens nos rios Xingu e Iriri (Idem). Esses trabalhadores são submetidos pelos seringalistas aos perigos e condições de trabalho degradantes⁹.

⁶ “Essa missão foi desativada com a lei de liberdade do índios de 1755, decretada em 1757” (NOGUEIRA, 2008, p. 83)

⁷ Henry Coudreau na sua Viagem ao Xingu em 1896 retrata a presença das estradas Vitória a Forte Ambé e Estrada Pública do Tucuruí-Ambé que eram passíveis de utilização na época (COUDREAU, 1977, p.14)

⁸ Segundo Lima e Pozzobon (2005, p. 49) “a cultura ecológica “mitológica” (advinda do mito) é aquela em que os elementos do ambiente natural são pensados segundo seu papel no mito e seu lugar no cosmo nativo”.

⁹ A forma da posse da terra na região foi marcada pela outorga de concessões a oligarcas pelo governo do estado do Pará, e posteriormente pela prática da grilagem. Isso antes, ou mesmo concomitantemente, após as terras do

Os conflitos são marcantes em todo o processo do extrativismo desses produtos. Primeiramente entre os próprios indígenas e depois entre os seringueiros e os indígenas que passam a se armar para defender seus territórios. Nesse conflito os vencedores são os patrões que exploram os coletores, pois tanto índios como seringueiros saem com muitas baixas, sobretudo os silvícolas que padeceram com doenças e a guerra inter e intra-étnica.

Com o declínio econômico do extrativismo, os chamados seringueiros, que por várias razões permaneceram na área, dentre elas a formação de família na região, o estabelecimento de morada às margens do rio Xingu e afluentes (NORMAND, 1991, p. 165), havendo os que vieram a se estabelecer nas cidades próximas como Altamira (EMERIQUE, 2009).

Como pôde ser visto a exploração dos produtos florestais marcou esse período, sobretudo, tendo o rio como o meio de locomoção e escoamento da produção florestal. Logo essa realidade viria a se alterar de maneira drástica a partir do início da década de 1970, sobretudo pelo incentivo de políticas públicas desenvolvimentistas.

A escamoteação da economia com base no extrativismo e a conseqüente intensificação da exploração do meio pelo homem se deram pela introdução da perspectiva desenvolvimentista na Amazônia, subsidiada pelo paradigma da visão moderna da natureza e o antropocentrismo. Na análise de Oliveira (1988, p. 29) houve no Brasil a imposição ideológica da “segurança com desenvolvimento”, em outras palavras, a perspectiva de intervenção desenvolvimentista dos militares estava ancorada em princípios capitalistas e suas estratégias, salvaguardadas pelo ideário de segurança nacional.

Nessa estratégia, coube lugar de destaque para a geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – era visto sob o ângulo de estratégias diversas: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de ‘desenvolvimento do Nordeste’ via industrialização e da ocupação, via ‘Operação Amazônia’, da região Norte do país. Muitos foram os planos para a consecução desses objetivos (OLIVEIRA, 1988, p. 29).

O progresso fazia parte do *lobby* feito pelos militares, conforme nos mostra Dom Erwin Krautler, bispo do Xingu, que acompanhou de perto a intervenção estatal na região:

O dia 9 de outubro de 1970 é uma data histórica para o Xingu. Em Altamira já há meses se comentava que “finalmente o progresso vai chegar”. Os comerciantes vibraram com os “rios de dinheiro” que iriam inundar a cidadezinha até então esquecida do mundo e isolada no meio da mata. Para os habitantes da capital Belém o Xingu era sinônimo de terra de “índios selvagens e ferozes”, de região infestada pela malária e outras doenças tropicais. Agora, tudo isso mudaria. Nesse dia de

estado do Pará serem subtraídas pela união – fato este que ocorreu durante o governo dos militares após 1964 (BENATTI, 2003, p. 102-104)

intenso calor chegou a Altamira o Presidente da República, o General Emílio Garrastazu Médici (KRAUTLER, 2005, p. 09).

O paradigma por trás da política governamental é demonstrado conforme notícia veiculada em jornal de São Paulo, conforme relata o bispo:

O general Médici presidiu ontem no município de Altamira, no Estado do Pará, a solenidade de implantação, em plena selva, do marco inicial da construção da grande Rodovia Transamazônica, que cortará toda a Amazônia, no sentido Leste-Oeste, numa extensão de mais de 3.000 quilômetros e interligará esta região com o Nordeste. O presidente emocionado assistiu à derrubada de uma árvore de 50 metros de altura, no traçado da futura rodovia, e descerrou a placa comemorativa (...) incrustada no tronco de uma grande castanheira com cerca de dois metros de diâmetro, na qual estava inscrito: ‘Nestas margens do Xingu, em plena selva amazônica, o Sr. Presidente da República dá início à construção da Transamazônica, numa arrancada histórica para a conquista deste gigantesco mundo verde’” (KRAUTLER, 2005, p. 09).

A derrubada da árvore apresenta dupla simbologia. Primeiro, a floresta não seria obstáculo para o desenvolvimento e também não interessava aos planos para a região, e segundo, o extrativismo seria substituído pela agricultura e pecuária que seriam incentivadas e apoiadas pelo governo federal. Os recursos seriam utilizados de maneira racional, ou seja, pela ciência e técnica a natureza seria domada.

Aqueles ribeirinhos e indígenas ficaram em segundo plano no projeto modernizador implantado a todo custo pelos militares. Restava-lhes assistir a chegada de migrantes, a quem foram prometidas terras e suporte para ocuparem as áreas da floresta e transformarem em produtivas, as terras ocupadas por mineradores, pecuaristas e lagos de hidrelétricas. No entanto, a Rodovia Transamazônica e a colonização eram uma pequena parte do que realmente estava planejado para a Amazônia.

O projeto moderno para a Amazônia iniciou por ações como a transformação do Banco de crédito da Borracha em Banco da Amazônia (BASA). A Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) substituiu a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), e no ano de 1960 é criada a Zona Franca de Manaus (BECKER, 2001, p.137). Essas ações foram importantes, mas conforme mostra Becker, a ocupação e controle do espaço pelo estado foi o enfoque principal para a Amazônia, ou seja, controle físico e político através das seguintes estratégias: implantação de redes de integração espacial, superposição de territórios federais, e subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios (BECKER, 1990 citada por BECKER, 2001, p.138).

Foi neste contexto de intervenção estatal que o Sudoeste do Pará foi cortado pela Transamazônica. Migrantes foram trazidos para ocupar as terras e houve incentivo para o

capital do sudeste do país e internacional entrarem na Amazônia (BECKER, 2001). A implantação da rodovia Transamazônica e conseqüentemente “a abertura oficial da fronteira amazônica, decretada pelo General Presidente Médici” (HÉBETTE, 2002, p. 206-207) interferiu no modo de vida da população que já se instalara anteriormente. Em outras palavras, o processo de ocupação nas margens do rio Xingu passa a ser confrontado com a abertura de vicinais pela colonização oficial.

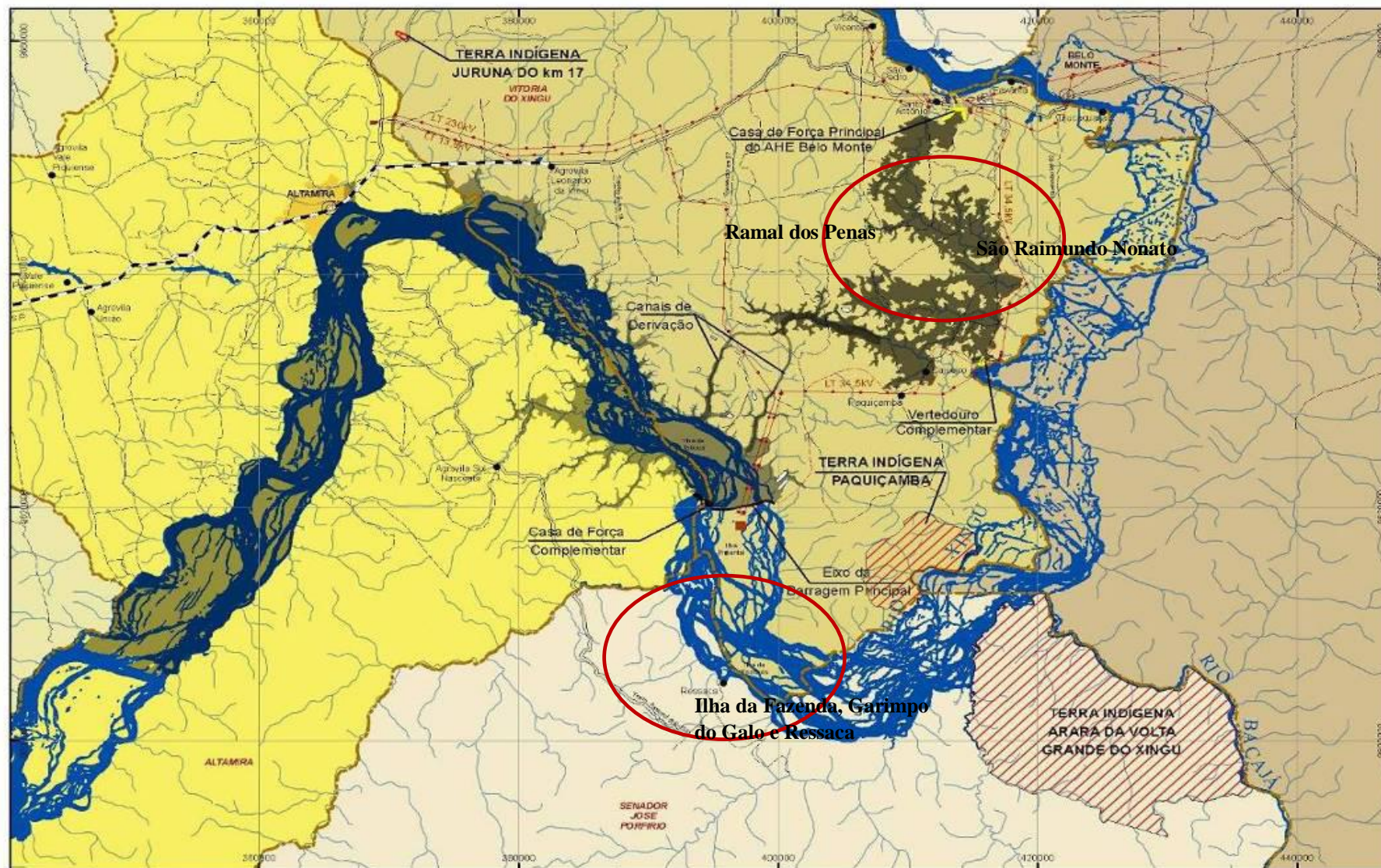
O projeto de colonização no Projeto Integrado de Colonização - PIC de Altamira foi concebido para atender a públicos diferenciados. No trecho aberto a oeste da cidade foram destinados lotes de 100 ha a agricultores familiares; na parte leste foram oferecidos lotes de 500, 1000, ou 3000 ha a empresas agrícolas e grandes pecuaristas (HÉBETTE et al. 2002, p. 182). O controle oficial da colonização afetou diretamente a forma como os migrantes se organizaram, porém, a necessidade de terras fez com que, por iniciativa privada, migrantes adentrassem em áreas de florestas ou em grandes fazendas, e demarcassem pessoalmente seus lotes – este processo é chamado de colonização espontânea (HÉBETTE et al. 2002, p.183).

Esses dois processos de colonização – oficial e espontânea – avançaram sobre os territórios indígenas, disputaram espaço com os ribeirinhos instalados na região e assim se formou a população que habita a Volta Grande do Xingu.

2.2.2 A Volta Grande do Xingu: caracterização das áreas de pesquisa

Para melhor compreensão as áreas de pesquisa serão tratadas em separado porque apresentam contextos espaciais e sociais diferenciados, como a formação histórica, as atividades econômicas, as condições de transporte, os próprios impactos de grandes projetos. Pode ser visto na Figura 1 a projeção de como ficariam as localidades estudadas após a conclusão da obra: São Raimundo Nonato e Ramal dos Penas serão inundadas pela água do lago intermediário, e em oposição Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda estão em local em que a vazão do rio será reduzida.

Figura 1 - Disposição espacial das duas áreas de pesquisa na Volta Grande do Xingu.



Fonte: EIA AHE Belo Monte, 2009, p.05, com adaptações do autor..

2.2.2.1 Ramal Dos Penas e São Raimundo Nonato: área a ser inundada.

O trecho de 60 km da Rodovia Transamazônica, que corta a Volta Grande do Xingu, e liga a sede do município de Altamira à Vila de Belo Monte foi destinado a implantação de fazendas para criação de gado bovino. Os primeiros quilômetros ao longo da Rodovia e dos Travessões do km 23, 27, 45 (doravante chamado de Cobra-choca), 50, 55 (CNEC)¹⁰ e 62 foram destinados para esse fim. No entanto, a partir da década de 1980 camponeses vindos de diversos estados do Brasil por meio da chamada colonização espontânea passaram a ocupar as terras além das fazendas, no fundo dos travessões. Desta maneira as localidades do Ramal dos Penas e São Raimundo Nonato, localizadas no município de Vitória do Xingu, foram formadas.

As relações de parentesco e de conterraneidade foram muito importantes para a ocupação camponesa nessa região. No Ramal¹¹ dos Penas, que liga travessões do km 27 e do 45, uma família de cinco irmãos de sobrenome Pena foram os primeiros a adentrar as terras e fixar moradia no local. Quando chegaram não havia a estrada e muitas eram as dificuldades. No geral as famílias até se instalarem no local residiam na Agrovila Leonardo D'Vinci, conforme conta um dos pioneiros:

“No tempo que nós entrou pra aqui, nós saia lá daquele 18 [km 18 sentido Altamira a Marabá, Agrovila Leonardo D'Vinci], lá, de pé, com 35 kg nas costas para vir trabalhar aqui dentro. Aí começamos, passamos muito tempo, meu pai bem ali, trabalhava lá com ele e trabalhava aqui, por que naquela época nem aposentado ele era” (PENA, 2012).

Não muito diferente São Raimundo Nonato, localizada no Travessão do Cobra-choca iniciou na década de 1980, poucos eram os que entraram nessa época, pois as dificuldades eram muitas, sobretudo, a falta de estradas, escola, moradia. Esses camponeses queriam um local para fixar moradia, conforme o depoimento:

“Vinhemos pra cá, aqui não tinha estrada. Aqui era só a picadinha, nem animal não vinha e aí é o lugar que nois escolhemos para ficar até o fim da vida....Isso aqui era uma mata e nós fizemos a abertura e

¹⁰ A numeração faz referência à quilometragem da localização da entrada dos Travessões em relação à sede do Município de Altamira. O travessão do km 45 é conhecido como Cobra-choca. O Travessão do km 55 é chamado de CNEC, porque na década de 1970 os estudos para a construção da hidrelétrica eram feitos pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC).

¹¹ A palavra ramal, no local deste estudo, é utilizada para denominar as estradas que se ramificam do Travessão.

começamos a trabalhar encorajados, tinha uma faixa de seis a oito famílias” (VICENTE, 2012).

No início as famílias só contavam com a ajuda uma das outras. As relações, sejam de parentesco ou de vizinhança, são estreitadas. O estado não se faz presente naquele momento. As discussões sobre os problemas começaram primeiro a partir das reuniões religiosas e depois ampliaram-se no sentido da busca por soluções, como lembra um morador de São Raimundo Nonato:

“Ai começamos a conversar e aqueles grupinhos de vizinhos visita uns, visita outros, ai para iniciativa ideinhemos [tivemos a idéia de] fazer uma igrejinha, um barraco coberto de cavaco e ai começamos a pregar a palavra de Deus e ai trocava ideias naquelas reuniuzinhas. Aí um dia, lá pelas tantas, decidimos fazer uma reunião mais ampla e escolher uma pessoa para representar nós mesmos” (VICENTE, 2012).

Diante disso, a discussão dos problemas passou aos poucos a fazer parte do cotidiano das famílias do local, mais do que isso começaram a se organizar, primeiramente em torno da Igreja, ou melhor, construíram o templo, e após os cultos discutiam os problemas comuns.

Foi neste contexto que as famílias advindas do estado de Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí dentre outros estados, se instalaram nas localidades.

A população do local vive em residências feitas de madeira, alvenaria, barro e cobertas com telhas de amianto e barro. As condições das residências foram se modificando de acordo com a fixação das famílias na área, ou seja, no início as casas eram feitas de madeira cobertas com palha, e aos poucos, conforme a acumulação de rendimentos, as famílias passaram a moldar as casas de acordo com as necessidades. A característica da área é a presença de laços familiares entre os que compõem a vizinhança, uma vez que é comum a presença de irmãos e pais que residem próximos.

De maneira geral as famílias estão instaladas em terras de tamanhos muito variáveis que vão desde 15 ha até 400 ha. Isso é resultado da maneira gradual como as pessoas foram chegando ao local, sendo que os últimos tinham áreas menores para serem ocupadas.

As principais atividades econômicas nas localidades estão ligadas a uma diversidade de ocupações agropecuárias. Neste sentido, trabalham com cultivos anuais (milho - *Zea mays* L., feijão - *Phaseolus* spp. , arroz - *Oryza sativa* L.), semi-perenes (mandioca e macaxeira - *Manihot esculenta* Crantz), perenes (limão (*Citrus Limonium*), laranja (*Citrus sinensis* L.), goiaba (*Psidium guajava* L.)), dentre essas a cultura do cacau (*Theobroma cacao* L) é a que apresenta maior frequência, todas as famílias que contribuíram neste estudo trabalham na

lavoura cacaueteira. No que diz respeito a criação de pequenos, médios e grandes animais, sobressai o gado bovino (Figura 2).

Figura 2 - Manejo rebanho bovino de um dos entrevistados



Fonte: Pesquisa de Campo.

Fotos: Ricardo Maia, 2012.

No local as condições das vias são precárias, sobretudo, as que não são utilizadas pelas empresas que estão construindo a hidrelétrica. No momento da pesquisa, as estradas como o Ramal do Vila Rica e do Ramal dos Penas utilizadas pelos camponeses estavam em piores condições em relação as que davam acesso ao canteiro de obras.(Figuras 3, 4 e 5).

Figura 3 - Condições da estrada do Ramal Vila Rica, via de acesso ao Ramal dos Penas.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Fotos: Ricardo Maia, 2012.

Figura 4 - Ramal dos Penas.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Fotos: Ricardo Maia, 2012.

Figura 5 - Condições da estrada Travessão do km 27, via de acesso ao canteiro de obras.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Fotos: Ricardo Maia, 2012.

Se deixarmos de lado as intervenções no local por parte dos empreendedores na hidrelétrica, uma delas pode ser vista na figura 6, em que dentro das condicionantes estava a construção de escola no ramal do Vila Rica, porém quando a escola estava pronta a maioria das famílias já tinham saído do local, restavam três alunos que estavam sem estudar porque não havia professor. Fica evidente a contradição em torno da temática das melhorias na qualidade de vida para as famílias, principalmente no que se refere ao acesso à escola e posto

de saúde. Essas demandas dentro do contexto de luta contra o empreendimento constituíam o projeto dos camponeses para a melhoria na qualidade de vida no local. O funcionário do Posto de Saúde de uma das áreas afirmou que a sua recente construção tratava-se de uma prevenção para intervenção e atendimento no caso de alguma epidemia que ocorresse no período da construção da barragem, quando a presença numerosa de operários pode trazer ocorrências desta natureza.

Figura 6 - Escola na localidade Vila Rica



Fonte: Pesquisa de Campo.

Fotos: Ricardo Maia, 2012.

Figura 7 - Escola do Ramal dos Penas



Fonte: Pesquisa de Campo.

Fotos: Ricardo Maia, 2012.

2.2.2.2 Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo: Área de sequeiro

As vilas da Ressaca (Figura 8), Ilha da Fazenda (Figura 9) e Garimpo do Galo (Figura 10), estão localizadas no município de Senador José Porfírio, também conhecido como Souzel. Partindo da sede do município até as vilas é necessário percorrer rota que passa nos municípios de Vitória do Xingu e Altamira, sobretudo porque não há via direta entre os locais por meio terrestre ou fluvial.

Figura 8 - Vila da Ressaca.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Foto: Ricardo Maia, 2012.

Figura 9 - Vila da Ilha da Fazenda



Fonte: Pesquisa de Campo.

Foto: Ricardo Maia, 2012.

Figura 10 - Vila do Garimpo do Galo.



Fonte: Pesquisa de Campo

Foto: Gutemberg Guerra, 3 de Novembro de 2012.

As vilas se formaram em torno da atividade de mineração, em garimpos artesanais, desenvolvida na Volta Grande do Xingu. Há na região os garimpos do Itatá, Ressaca, Ouro Verde e Galo. Essa atividade é antiga no local. O primeiro garimpo da região é o da Ressaca, como afirma um dos entrevistados: “o Galo tem mais de vinte anos, o mais antigo é o da Ressaca, essa região tudo tem ouro” (ALMIRANTE, 2012).

A população local soma aproximadamente 1000 habitantes, divididos entre Ressaca 586 habitantes, Ilha da Fazenda com aproximadamente 170 e Garimpo do Galo com 244 moradores. Há um movimento nesta área de mineração que é a flutuação populacional em decorrência da própria atividade de garimpo. É constante o movimento de chegada e saída de pessoas. Existe uma população residente no local que está sob a ameaça de ser retirada devido à instalação da mina de exploração. No projeto da empresa canadense as Vila do Galo e da Ressaca estão passíveis de re-locação. Em termos econômicos, conforme foi retratado anteriormente, a principal atividade é a exploração aurífera, que por pressuposto sustenta toda

uma cadeia de serviços e comércio, uma vez que as pessoas que moram nas vilas trabalham, sobretudo, nos garimpos.

A infraestrutura local está em sua maioria concentrada na vila da Ressaca e Ilha da Fazenda, bem como os serviços públicos do posto de saúde e escolas. O atendimento é feito em sua maioria pela Agente Comunitária de Saúde, e em alguns momentos por médicos. Na escola é fornecido ensino da 1ª série a 8ª série do Ensino Fundamental.

O acesso a energia elétrica é mais significativo nas vilas, com excessão de ribeirinhos que possuem geradores, televisão e antenas parabólicas. Os que não tem esses recursos utilizam iluminação por meio de lamparinas a querosene. Existem em alguns lugares em que há sinal emitidos por satélites a utilização de telefones celulares que podem se comunicar com pessoas de outros locais, principalmente os que trabalham no garimpo se comunicam com familiares em seus locais de origem. O serviço de telefonia é utilizado para fazer encomenda de itens aos donos de embarcações que fazem o transporte até o local.

A atividade comercial, por sua vez, é mais presente nas áreas próximas aos Garimpos. É impressionante a quantidade de estabelecimentos comerciais onde são vendidas bebidas, itens da cesta básica e roupas.

Concomitantemente ao desenvolvimento da atividade mineradora na região, houve em torno das vilas a formação de um campesinato, etnicamente oriundo da miscigenação de indígenas com não indígenas, e por isso dotado de saberes que permitem viver num ambiente que inclui a terra, o rio e a floresta. Witkoski (2010, p. 163) defende que o camponês amazônico detém um *habitus*¹², que lhe imprime um modo de vida adaptado no agir cotidiano, repassado entre gerações e guiados pela visão própria de mundo. Diante disso, ele propõe caracterização sobre o modo de vida dos camponeses amazônicos, que se assemelha em alguns pontos ao caso em estudo:

A multifuncionalidade (ou polivalência), por exemplo, do modo de vida desse camponês, assentada sobre as condições materiais de existência particulares [...] lhe confere formas de relação com a natureza que podem ser assim descritas: os meios de produção fundamentais são a terra, a floresta e a água; a mão de obra utilizada nas diversas atividades do mundo econômico é, praticamente, familiar; há uma divisão sexual e social do trabalho na família – seja ela extensa e/ou nuclear; a tecnologia usada é simples, de limitado impacto sobre o meio ambiente; há uma relação simbiótica com a natureza, através dos ciclos naturais – que passam de geração a geração por via oral; importância das atividades de subsistência, ou seja, produção de valores de uso para si e para outros homens – mercadorias; os camponeses amazônicos participam de um mercado em rede; possuem clara noção de território, onde o grupo produz e reproduz econômica, social e politicamente; por

¹² De acordo com Bourdieu (1989, p. 61) “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido, e também um haver, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural-, mas sim de um agente em ação”.

fim, poder político interno organizado de modo precário – em geral, o poder reside nas mãos dos agentes de comercialização (WITKOSKI, 2010, p.163).

Essa particularidade fez com que os camponeses trabalhassem em atividades do garimpo, na pesca, na agricultura, extrativismo vegetal e pecuária, sobretudo de pequenos animais, não há fixidez entre uma e outra atividade, apesar de que os relatos camponeses nos dizem que apesar de terem exercido a garimpagem, após a instalação na terra essa ficou reduzida ou não é mais exercida. De fato, é possível que o trabalho no garimpo seja realizado em momentos em que se faz necessário obter recurso monetário para serem reinvestidos em benfeitorias para a família ou fazer investimentos em atividades correlacionadas ao trabalho na terra, conforme o relato abaixo:

Nós morava aí pra baixo, com dez ano papai veio pra cá mais a mamãe. Aí, nesse mesmo ano, nós fomos para Altamira. Já vim me criar em Altamira. Não tinha nem a Transamazônica ainda, só o batedozão, isso em [19]57. Com quinze anos eu vim pra cá de novo, já era casado, vim pra pescar, aí foi no tempo que saiu o negócio do gato¹³, aí eu fui pro gato. Aí saiu o garimpo, acabou o gato e eu fiquei no ouro, eu trabalhei mais na balsa. Aí minha mulher morreu e eu fui caçar gato de novo, aí no meio do mato (ALMIRANTE, 2012).

Outro complementa:

Já trabalhei em garimpo mas por pouco tempo. Muito antes de eu vim pra cá eu fui seringueiro, meu primeiro serviço foi a seringa, eu tinha 10 anos, [...] eu fui seringueiro 22 anos, depois arrumei família, trabalhei uns tempos no garimpo, depois fui pra roça e continuo na roça ainda (MARCOS, 2012).

A parte da mão de obra dos grupos camponeses destinados a atividades extras, como a garimpagem, passa a ser frequentemente absorvida pela empresa canadense Belo Sun Mineração. São contratados para realizar serviços de limpeza, trabalhar nos refeitórios, ou seja, a mesma empresa que expropria as terras camponesas também absorve mão de obra refuncionalizando-a.

2.3 PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Fazer pesquisa em área de implantação de grandes projetos implica vivenciar a tensão no local que é devida à movimentação que a obra traz com máquinas pesadas e pessoas transitando, as famílias pressionadas a saírem e mudanças rápidas acontecendo. Diante disso, optou-se por investigar primeiro em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas porque as

¹³ Trata-se da caça de peles de gato do mato, atividade comum no período anterior à Transamazônica.

famílias estavam em processo de expropriação e deslocamento, uma vez que os trabalhos da área já haviam começado. A segunda parte da pesquisa foi nas localidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo que ainda esperavam por definições sobre a realocação.

Antes de ir à campo foi conversado com lideranças do Movimento Xingu Vivo para Sempre que adiantaram situações que poderia encontrar nas localidades. De fato, foi a partir dessas conversas que passou-se a delimitar melhor as localidades que seriam estudadas.

No mês de maio de 2012 foi feita a primeira visita em campo tendo como guia um morador do local, Severino. Na ida, havia trânsito constante de carretas, caminhões, caçambas, tratores e outros veículos e os trabalhos na obra tinham causado mudanças significativas no local com muitas escavações durante o caminho. As condições das vias eram boas, pelo menos no local onde eram utilizados pelos construtores, porque ao entrar no Ramal dos Penas a situação encontrada foi uma estrada em condições precárias de trafegabilidade.

As mudanças não se restringiam apenas ao espaço físico, pois as pessoas estavam apreensivas, em parte pela carência de informação sobre o que poderia acontecer em suas vidas, ou por medo de represálias dos empreendedores e de aproveitadores que cobiçam as indenizações. Um camponês apresentou desconfiança quanto às intenções da pesquisa. Segundo ele a Norte Energia tinha colocado um comunicado no rádio de que não era para eles conversarem com pessoas estranhas, com exceção dos que tivessem o crachá da empresa. Nesse ponto contribuiu para que o trabalho de campo fosse realizado com o mínimo de condições de estar acompanhado de uma liderança camponesa que reside no local e que fez papel de elo de ligação entre o pesquisador estranho e as famílias. Além disso, para dar segurança ao entrevistado, foi feita questão de firmar o acordo de manter o anonimato, que seus nomes seriam preservados. Diante disso, eles passaram a dialogar mais facilmente sobre o que vinha ocorrendo na área.

Na maior parte do tempo da pesquisa foi feita observação e audição dos membros das famílias. As conversas entre os moradores foram tão úteis na coleta dos dados e instigantes quanto às entrevistas gravadas. Foram feitas anotações do que foi visto e ouvido. A convivência com as pessoas foi importante para compreender o que estavam passando. Para aquelas famílias, viver no local não estava fácil, principalmente porque tudo o que conquistaram duramente através do trabalho ia ser deixado, os vizinhos e familiares estavam saindo, conviviam com explosões e ruídos, técnicos das empresas adentrando nas terras e uma sensação de violação de suas terras e códigos de convivialidade.

Foram feitas 15 entrevistas gravadas em que o direcionamento foi simples. Pedia que falassem sobre o que estavam vivendo, sobre as mobilizações e demais assuntos que iam

surgindo. Essa metodologia contribuiu para que se confirmasse o que já tinha sido visto e ouvido nas conversas informais.

Ao todo, entre idas e volta nas localidades, o processo durou em torno de 45 dias, quando a dificuldade maior era encontrar famílias em suas casas. Às vezes andava-se quilômetros onde poucos estavam residindo, encontrando no caminho casas demolidas, principalmente no Ramal dos Penas, onde o processo de deslocamento estava avançado.

Na área de pesquisa da Ressaca, Garimpo do Galo e Ilha da Fazenda foi feita a primeira viagem exploratória no mês de julho de 2012 para conhecer a local e procurar local que eu pudesse me instalar. A viagem para a o local foi feita através de barco, onde foi possível conhecer todas as localidades. Através do piloto do barco foi possível conhecer um morador no Garimpo do Galo que faz frete de rabeta no local. A estratégia nessa primeira intervenção foi observar e fazer contatos com as pessoas que residem no local. Não foi feita nenhuma entrevista nesse momento e foi instigante porque foi possível conhecer outra situação na Volta Grande do Xingu, indo pelo rio, uma vez que não conhecia qualquer área de garimpo.

Na segunda visita no local, ainda no mês de julho, foi possível conviver no local com as famílias. Nessa etapa foram feitas visitas as famílias de barco e foram feitas 11 entrevistas gravadas nos mesmos moldes das que foram feitas na outra área de pesquisa.

A participação nas entrevistas nas duas áreas de pesquisa foram sobretudo representantes do sexo masculino, em especial os chefes da família, o que não impediu situações em que as mulheres tomaram a frente do diálogo expondo seus pontos de vista. Sobretudo nas conversas informais com as mulheres foi possível coletar muitas informações sobre o que elas queriam dizer. Em alguns momentos foi necessário conversar com os mais antigos, principalmente para coletar dados históricos das localidades. Essa antiguidade se refere não apenas à idade das pessoas, mas ao tempo de presença na área afetada, o que os autoriza pela possibilidade que têm de ativas suas memórias e contar o que se passou na relação entre elas e o lugar que construíram ou contribuíram para ser o que passou a ser.

3 DO LOCAL AO GLOBAL: APROXIMAÇÃO TEÓRICA E REFLEXÕES SOBRE A LUTA SOCIAL NO BRASIL

3.1 MOVIMENOS SOCIAIS: AS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEFINIÇÃO DO CONCEITO

O objetivo desta parte da dissertação é adentrar e situar o debate sobre as teorias dos movimentos sociais pautadas em nível das grandes escolas, deslocando a apresentação em direção das teorias mais utilizadas no Brasil, com maior ênfase da década de 1970 em diante. Embora paradigmas, como o marxista, datarem de épocas anteriores, eles passaram por modificações ou influenciaram o desenvolvimento de outros seja como complementação ou negação de seus pressupostos.

No estudo dos movimentos sociais existem diferenças distinguindo a escola Norte Americana da Europeia que variam de acordo com as mudanças de concepções dos estudiosos influenciados pela mutação que ocorrem nos movimentos sociais (GOHN, 2004). No paradigma americano destacam-se duas Teorias: a da Mobilização de Recursos (MR) e da Mobilização Política (MP)¹⁴ (GOHN, 2004, p.12; ALONSO, 2009, p. 51-53). Na Europa tem os marxistas e os Novos Movimentos Sociais são as referências de maior relevância e representatividade entre os intelectuais.

A Mobilização de Recursos - MR baseia-se na pressuposição de que

Longe de emotiva, a decisão de agir seria ato de deliberação individual, resultado de cálculo racional entre benefícios e custos. [...] Mas a ação coletiva só se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos (ALONSO, 2009, p. 52)

De acordo com Gohn essa teoria é tida como utilitarista e em parte se justifica por que foi utilizada para estudar movimentos sociais “liderados pelas camadas médias da população que utilizavam recursos diversos em suas campanhas: “equipamentos tecnológicos, contatos com a mídia e com a própria população, obtenção de recursos financeiros” (GOHN, 2004, p. 51-52).

“Os pioneiros da MR concebiam os movimentos sociais em termos de um setor de mercado, livre, em competição com outros grupos, num mercado aberto de grupos e idéias” (GOHN, 2004, p. 52). Nos Estados Unidos essa teoria foi bem aceita, mas a utilização da MR

¹⁴ Alonso (2009, p. 53) chama a teoria da Mobilização de Recursos de Teoria do Processo Político (TPP).

na Europa e América foi reduzida (ALONSO, 2009, p.53). A crítica de maior impacto sobre a MR foi a exclusão em suas análises da ideologia “como fator explicativo porque não considera a dimensão social dos movimentos” (GOHN, 2004, p. 54), a teoria passa por revisões.

Não só críticas são direcionadas à MR. Scherer-Warren (2010, p. 20) vê contribuições dessa teoria para a análise de determinadas organizações mais institucionalizadas na medida em que permite auxiliar na compreensão da maneira como é feita a política no cotidiano nas relações da Sociedade com o Estado, “em que se encontra em jogo a relação entre investimentos (recursos humanos, simbólicos e materiais) e ganhos (políticos, materiais e no plano dos direitos), compreendidos em uma multiplicidade de enfoques”.

Devido às limitações da MR por não permitir a compreensão de outros fenômenos sociais, surge a teoria da Mobilização Política, sendo esta influenciada pelo debate com a escola europeia dos Novos Movimentos Sociais. Esta considera o desenvolvimento do processo político, reativando o campo da cultura e o processo de interpretação das ações coletivas (GOHN, 2004, p. 69).

“Passou-se a enfatizar a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários, e a se aplicar a análise cultural na interpretação dos discursos dos atores” (GOHN, 2004, p. 69). A ideia de solidariedade é importante para dar coesão aos membros do grupo (TILLY, 1978, p. 74 citado por ALONSO, 2009, p.55)

Contudo, a solidariedade não gera ação, se não puder contar com “estruturas de mobilização”: recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. Mas tudo isso, e essa é uma das diferenças em relação à TMR, só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis (ALONSO, 2009, p. 55).

A MP passou a incorporar com isso uma análise micro e macro das ações coletivas. Nos seus estudos foram “a reconceituação da figura do ator; as microrrelações sociais face a face; e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados” (GOHN, 2004, p. 73) que são influenciadas pelo contexto social e político favorável ou desfavorável.

A escola europeia, segundo Gohn (2004, p.119), após a década de 1960 apresenta dois grandes paradigmas: neomarxista e o culturalista-acionista, também chamado de Novos Movimentos Sociais.

Na abordagem neomarxista é considerada para o estudo de movimentos sociais a corrente de pensamento “sobre a consciência, a alienação e a ideologia” em detrimento da corrente ortodoxa que leva em consideração, primordialmente, os fatores econômicos e macroestruturais da sociedade (GOHN, 2004, p. 172).

O conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da história. A classe operária industrial tem primazia no processo de luta social, e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais. Ele, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos à classe operária, teria uma missão na história: transformar a sociedade das desigualdades sociais em outra, sem opressão ou oprimidos (GOHN, 2004, p. 172).

A teoria neomarxista vai “paulatinamente, abrandando o peso das determinações estruturais e assumindo pressupostos teóricos que dão maior autonomia de ação aos atores sociais” (PICOLOTTO, 2007, p.160). A classe, por exemplo, na abordagem neomarxista é apresentada por Gohn (2004, p.173) como uma maneira “utilizada para refletir sobre a origem dos participantes, os interesses do movimento, assim como o programa ideológico que fundamenta suas ações”.

No plano teórico os paradigmas marxista e o funcionalista, de perspectivas macro estruturais, pressupõem a necessidade de um sujeito – a classe - que seria encarregado de promover as mudanças sociais. Eles sofrem críticas, principalmente, por saberem que a formação da consciência de classe não era tarefa de fácil execução e houve a necessidade de adequações teóricas com vista à melhor compreensão dos fenômenos sociais no bojo da sociedade civil (SCHERER-WARREN, 1996, p. 14-15). Scherer-Warren (2010, p. 19) usa as palavras de Poletto para esclarecer melhor as limitações do paradigma marxista

Enquanto para a classe operária estava claro que aquilo que viria depois do capitalismo era o socialismo, para os movimentos sociais latino-americanos da atualidade as respostas não estão claras. Aderem a uma ideia de socialismo mais como um *ethos* histórico do que como uma resposta concreta às suas agendas (POLETTO, 2009 citado por SCHERER-WARREN, 2010, p.19).

Na década de 1970, no Seminário de Mérida, no México, a reflexão sobre os movimentos sociais passa por mutação para uma perspectiva micro, particular, com ênfase na sociedade civil, nos movimentos sociais e na explicação múltipla para as motivações das ações coletivas (SCHERER-WARREN, 1996, p. 15). De maneira sintética

A questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulher, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de

atenção privilegiada desses atores e de seus analistas (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004, p.02).

Em outras palavras a questão da utilização da classe social¹⁵ passa a ser revista para a compreensão das situações dos novos movimentos sociais (TOURAINÉ, 1994; MACHADO, 2007; GOHN, 2008; SCHERER-WARREN, 2010). Por isso, mesmo que em contraposição às análises marxistas, passou a ser usada a abordagem culturalista, sobretudo a dos Novos Movimentos Sociais, fato este que perdurou durante as décadas de 1980 e 1990 (GOHN, 2004, p. 284; ALONSO, 2009, p. 68). Neste sentido, ganha força o paradigma culturalista-acionalista – Novos Movimentos Sociais (NMS)¹⁶ – que como o próprio nome sugere leva a análise para a “cultura, ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 2004, p. 121). Scherer-Warren (2010) complementa esta idéia dizendo que:

As teorias culturalistas e identitárias dos movimentos sociais, também denominadas de teorias dos novos movimentos sociais, tiveram o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural (de gênero, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos etc.) (SCHERER-WARREN, 2010, p.19)

Segundo Alonso (2009) esse paradigma partiu da perspectiva de autores como Alain Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci que, apesar de desenvolverem visões próprias de modernidade, partiram da consideração de que

Ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho. Uma nova sociedade se vislumbraria, dando lugar também a novos temas e agentes para as mobilizações coletivas (ALONSO, 2009, p. 59)

Essas mobilizações coletivas que não poderiam ser compreendidas a partir do marxismo necessitariam de abordagem diferenciada que na visão deles seria a dos NMS, que para Gohn tem cinco características, a saber:

1. Construção de um modelo teórico baseado na cultura;

¹⁵ “A categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17)

¹⁶ Autores como Goss e Prudêncio (2004, p. 78) consideram que “na Europa, depois de 1960, a abordagem clássica marxista, que priorizava a análise pela categoria de luta de classes, passou a ser criticada pelos acionalistas, representados principalmente por autores como Touraine, e pelos neomarxistas, tendo como um dos principais representantes, Manuel Castells, cuja aproximação resultou na teoria dos Novos Movimentos Sociais”.

2. Negação do Marxismo como campo teórico capaz de dar conta da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente acontece;
3. O novo paradigma elimina também o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela “consciência autêntica” de uma vanguarda partidária;
4. A política ganha centralidade na análise e é totalmente redefinida;
5. Os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. (GOHN, 2004, p.121-123).

O paradigma do NMS teve grande influência na América Latina e particularmente no Brasil, sobretudo na década de 1980 e 1990 (ALONSO, 2009, p. 68).

O debate em torno das formas de explicar as ações coletivas no campo passam por revisões no sentido de combinar o aspecto dos condicionantes estruturais – como as contradições que existem no campo – com a lógica da mobilização, além da consideração de que, na contemporaneidade, existem cada vez mais conectividades entre local e global, ou seja, as redes (SCHERER-WARREN, 1998, p.225).

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONGs feministas, ecologistas, étnicas, e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Segundo Scherer-Warren (1996, p. 9 e 10) “implica buscar as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo”. De um lado cada vez mais a integração entre as diversas formas de ação coletiva com maior participação da sociedade civil em novos espaços de discussão e democracia, por outro esta multiplicidade de atores fez com que a força política de cada movimento, em sua unidade, fosse diminuída, principalmente, em termos de alcance das demandas locais que agora eram possíveis de serem demonstradas. A característica marcante da diversidade de movimentos sociais que assumiram escopos definidos por identidades como de gênero e raças bem como a limitação política encontrada fizeram com que surgissem “as redes mais amplas de pressão e resistência” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 116). Essas são chamadas redes de movimentos sociais que são constituídas e definidas.

Como resultado de todo esse processo articulatório vai se constituindo o que denominamos, enquanto conceito teórico, de *rede de movimento social*. Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou

projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, o Movimento Social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A idéia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113)

Há de se destacar a presença das Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam em conjunto com movimentos sociais assessorando, capacitando lideranças, financiando projetos e ações.

À medida que o cenário da questão social se alterou, novíssimos atores ou sujeitos sociais entram em cena, como as ONGs e as entidades do Terceiro Setor; as políticas sociais públicas ganharam destaque na organização dos grupos sociais, gerando inúmeros projetos sociais de intervenção direta na realidade social. Resulta desse cenário que a sociedade civil organizada passou a ser orientada por outros eixos, focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, habilidades e capacidades humanas. Dessas articulações surgem as redes sociais e temáticas (gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas), os fóruns, as câmaras, etc. A rede social tem um enraizamento maior com as comunidades locais. A rede temática tem poder de articulação que extrapola o nível local, atuando da esfera local até a global. As redes sociais são importantes porque nos indicam os vínculos e as alianças existentes nas redes temáticas. Os antigos e novos movimentos sociais, assim como as ONGs, utilizam-se das redes de diferentes formas (GOHN: 2008, p. 446).

No caso em análise veremos que vai se formando uma rede social caracterizada pela diversidade de atores envolvidos. No debate sobre a construção de barragens no Xingu as ações ganham longe de serem localizadas assumem status nacional e internacional por meio da multiplicidade e maneira como passam a se configurar. Como exemplo tem a notoriedade do primeiro encontro dos povos indígenas em 1989 que até hoje é lembrado internacionalmente como o marco da luta contra Belo Monte. Nesse sentido, Scherer-Warren (2008) ressalta a importância da participação institucional, quais sejam: audiências públicas, assembleias e conferências políticas, fóruns, conselhos setoriais de políticas públicas, orçamento participativo, Agenda 21, etc.), que estas redes estão alcançando, sobretudo no início dos anos 2000. Segundo a autora

Tais organizações percebem, nesses espaços, a oportunidade do exercício do “controle social pela cidadania”, considerado como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia. Simultaneamente, alguns desses movimentos defendem e realizam uma resistência política mais ativa (ocupações de terra, bloqueio de estradas e ocupação de órgãos públicos e de empresas, especialmente transnacionais consideradas nocivas ao meio ambiente ou à participação social dos excluídos na produção social da riqueza, e outras formas de

intervenção com impacto político). Essa última tendência percebe, nessas formas de resistência, as possibilidades de atuação para “um novo projeto de nação” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Parece oportuno, depois de todas essas discussões à luz das teorias, perguntar que fenômenos esses autores tratam como movimentos sociais? Primeiramente, por que não há consenso na literatura sobre a conceituação de movimentos sociais, que tem variações de acordo com os paradigmas que estão como pano de fundo da análise. Segundo Goss e Prudêncio dois aspectos ajudam a entender o porquê das divergências em relação ao conceito: 1) a disparidade entre a realidade e a teoria, ou seja, os fenômenos ocorrem e depois são captados pelos cientistas sociais. 2) a forte crença por parte de pesquisadores-militantes no poder de transformação dos movimentos sociais em independência a organizações e partidos políticos (GOSS; PRUDÊNCIO, 2004, p. 76). Diante destas dificuldades de conceituação, será feita a apresentação de conceitos que em suas diversas visões contribuem para o debate e para compreensão da problemática de pesquisa.

Melucci (1989, p. 57) define “analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação¹⁷”. Essa conceituação segundo o autor diferencia movimentos sociais de delinquências, que são passíveis de tratamento; reivindicações organizadas, que são negociadas; e comportamento agregado de massa, pois os comportamentos antagônicos presentes não são integrados por inteiro (Idem).

Touraine diz que “um movimento social é o esforço de um agente coletivo para se apropriar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual o ligam relações de poder” (TOURAINÉ, 1994, p. 283).

Enquanto na definição de Melucci é enfatizada a solidariedade ligada à identidade, o sociólogo Alain Touraine traz elementos de apropriação da sociedade, ou seja, para ele o movimento social contesta por que quer tomar os valores dos adversários para si. Ao se referir à classe operária ele diz que “para que se torne movimento social, é necessário que fale em nome dos valores da sociedade industrial e que se faça defensora dos mesmos contra os seus próprios adversários” (Touraine, 1994, p. 285).

¹⁷ Melucci define “conflito como uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social). Os limites de um sistema indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Um rompimento destes limites empurra um sistema para além do espectro aceitável de variações” (MELUCCI, 1989, p. 57).

Diferente das conceituações anteriores, na teoria MR, o movimento é nomeado de organização, ou mais precisamente em Organização de Movimento Social (OMS) (CARLOS, 2011, p. 155). Esta definição reflete as características desta teoria em que os movimentos são vistos de maneira formal e burocrática. Da escola americana, com aproximações aos conceitos de Touraine e Melluci, o sociólogo Sidney Tarrow define os movimentos sociais “como desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade” (TARROW, 2009, p. 21).

Castells inova em suas considerações acerca de movimentos, por deixar de lado o maniqueísmo, pois segundo ele do ponto de vista analítico não há movimentos sociais progressistas ou retrógrados, “maus” ou “bons”, “são eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação” (CASTELLS, 2002, p. 20). Por fim, o conceito deste autor diz que movimentos sociais “são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (Idem, p.20).

Para Scherer-Warren (2007, p. 252) se tivermos que optar por uma definição do termo ‘movimentos sociais’, considerando as tão variadas abordagens existentes e aceitas, poderíamos dizer que o mesmo se refere

a formas de organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social. Tais formas de ação coletiva têm como objetivo, a partir de processos freqüentemente não-institucionais de pressão, mudar a ordem social existente, ou parte dela, e influenciar os resultados de processos sociais e políticos que envolvem valores ou comportamentos sociais ou, em última instância, decisões institucionais de governos e organismos referentes à definição de políticas públicas (SCHERER-WARREN, 2007, p.252).

Por último, Gohn expõe conceito abrangente baseado em características analíticas que considera importantes para a análise destas ações coletivas. Segundo ela

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva de movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 2004, p. 251).

Diante de todas as controvérsias que as teorias dos movimentos sociais apresentam Chazel (1995, p. 286) é prudente ao dizer que “é em termos de processo e não em referência a um qualquer substrato grupal que é necessário analisar um movimento social”. No sentido de compreender o processo da resistência camponesa ao projeto hidrelétrico de Belo Monte este trabalho se propõe a utilizar categorias da sociologia dos movimentos sociais. Mas antes, trataremos de fazer uma reflexão sobre a luta social, direcionando a análise para a luta contra a construção de empreendimentos hidrelétricos, sobretudo tirando como exemplo o processo de resistência camponesa à hidrelétrica de Tucuruí pelo fato de ter ocorrido no mesmo Estado do Pará e servir de referência para os camponeses presentes na área a ser afetada pelo Complexo de Belo Monte.

3.2 REFLEXÕES SOBRE LUTA SOCIAL NO BRASIL

Os estudos sobre movimentos sociais têm em sua vanguarda a luta dos atores sociais na América Latina, e sobretudo no Brasil, que passou por diversas fases em busca da participação política e reconhecimento dos direitos perante sociedades colonialistas. Numa datação histórica, podem ser definidas três fases principais, a saber: 1 velhos movimentos sociais com ocorrência antes do Golpe de 1964; 2 Período de Refluxo – ocorrido durante a repressão militar à sociedade civil no período que compreende as décadas de 1960 até 1970; e 3 os novos movimentos sociais pós 2ª metade da década de 1970 (SCHERER-WARREN, 1996, p. 65).

Ao analisar a mobilização social, antes do Golpe de 1964, Scherer-Warren (2008) diz que

... a luta emancipatória tem suas raízes em ações de resistência e reivindicativas que se desenvolveram no coração de sistemas sociais altamente excludentes, com profundas desigualdades sociais e com práticas discriminatórias em relação a uma parcela considerável de seus habitantes, além de Estados historicamente oligárquicos e autoritários. Dessa forma, as principais mobilizações populares no período colonial, antes do que antissistêmicas declaradas, foram de rejeição, de negação e de afastamento dos sistemas excludentes (como os movimentos messiânicos, movimentos separatistas, formação de quilombos e resistência indígena), ou ainda, na mesma lógica separatista, podemos lembrar o anarco-sindicalismo, que vigorou na primeira república brasileira (SCHERER-WARREN, 2008, p. 505).

No campo, em específico, no período pré-64 os camponeses deflagraram lutas armadas em que se destacam: na Bahia, Canudos; Paraná e Santa Catarina, Contestado, lutas

do Sudoeste do Paraná; e em Goiás, em Trombas e Formoso (GRZYBOWSKI, 1990, p.16) (Goiás).

Algumas características são representativas desses chamados velhos movimentos sociais, dentre elas: “as formas clientelísticas e paternalistas de fazer política; em certas ocasiões utilizavam o instrumento da democracia representativa e não excluía, em outras, o recurso da violência física” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 68). Ainda neste período, mais precisamente na metade do século XX, bem próximo do que seria o Golpe Militar, mobilizações de massa “através das Ligas Camponesas (Nordeste), das Associações de Lavradores e Sindicatos (Nordeste, Sudoeste e Goiás), do Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER (Rio Grande do Sul) (GRZYBOWSKI, 1990, p. 17). No Nordeste do Pará, área de ocupação mais antiga, formaram-se as primeiras Associação de Lavradores Autônomos e posteriormente a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP) (GUERRA; MARIN, 1990, p. 47).

No período do refluxo chamam a atenção duas formas de mobilização: 1 as organizações de resistência clandestinas como as guerrilhas e partidos comunistas ou socialistas, e 2 as manifestações da sociedade civil nas ruas, ambas reprimidas pelos militares (SCHERER-WARREN, 2008, p.506). O governo dos militares e sua política de enquadramento dos Sindicatos levam à formação, de acordo com Guerra e Marin (1990, p.51) de “uma visão do sindicalismo “previdenciário”, “assistencialista” e preocupado com ações legais junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), distante das questões discutidas nos dez ou quinze anos que antecederam o golpe de 64”.

Já no final das décadas de 1970 e a de 1980, com todo o desgaste causado pela repressão militar bem como a estagnação econômica em que o país se encontrava, se intensificam os movimentos sociais em oposição ao regime, principalmente a partir da articulação dos grupos de oposição com inspiração na Teologia da Libertação (GOHN, 2000). Nesse momento de enfraquecimento do regime militar “as manifestações dos trabalhadores rurais ressurgem com vigor, se ampliam em número e extensão, com novos segmentos de trabalhadores e em novas regiões” (GRZYBOWSKI, 1990, p. 17).

Nessa onda de mobilizações, mesmo que tenham ocorrido reclamações contra a construção de barragens nas décadas de 1940 e 1950, encontram-se as primeiras lutas organizadas contra a construção de empreendimentos hidrelétricos (VIANA, 2003, p. 13-14). Neste sentido, os pontos de partida são os casos de Sobradinho e Itaparica, no ano de 1976, no Nordeste (SCHERER-WARREN, 1996, p. 66) e a criação do *Movimento Justiça e Terra*, em 1978, no estado do Paraná, no caso de Itaipú (BENINCÁ, 2011, p. 82), que foram seguidos

por outros como: a *Comissão de Barragens* em Machadinho e Itá, *Polo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco* nas obras de Itaparica tendo como espelho os problemas gerados na construção da barragem de Sobradinho (BENINCÁ, 2011, p. 84).

Se por um lado novas demandas são levantadas, por outro as contradições que, sobretudo no campo brasileiro, de acordo com Grzybowski (1990, p.17-49), mantém diversidade de movimentos sociais nas lutas contra a expropriação, como: movimento de posseiros, movimento dos sem-terra, movimentos das barragens, lutas indígenas, dentre outros externalizam a desigualdade social que persiste no campo.

Em nível nacional, após a o processo de redemocratização do país houve declínio nas manifestações populares. Segundo Gohn (2004, p. 285) esse declínio fez com que as análises e a atuação concreta passasse de uma “fase de otimismo para a perplexidade e, depois, para descrença”.

Inicialmente teve-se um declínio das manifestações nas ruas, que conferiam visibilidade aos movimentos populares nas cidades. Alguns analistas diagnosticaram que eles estavam em crise porque haviam perdido seu alvo e inimigo principal - o regime militar. Na realidade, as causas da desmobilização são várias. O fato inegável é que os movimentos sociais dos anos 70/80 contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais novos, que foram inscritos em leis na nova Constituição brasileira de 1988 (GOHN, 2000, p. 01).

Essas demandas surgem sobre a luta pela “regulamentação ou a criação de novos direitos: civis, políticos, sociais, culturais, étnicos, de gênero e ambientais” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Especificamente na luta dos atingidos por barragens ocorre a fundação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), principalmente em função da articulação feita entre o movimento sindical e das Igrejas Católica e Luterana para a realização do I Encontro Nacional dos Atingidos Por Barragens (VIANA, 2003, p. 13-14), realizado em Goiânia no início da década de 1990 (BENINCÁ, 2011, p. 98; MAGALHÃES, 2007, p. 50). Segundo o documento do MAB foi decidido no encontro que o movimento deveria ser

nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia **14 de Março** é instituído como o **Dia Nacional de Luta Contra as Barragens**, sendo celebrado em todo o país (MAB, 2012a).

O fato é que com o surgimento do MAB a resistência às barragens longe de ser uma luta estritamente local está, cada vez mais, configurada em redes, da qual participam atores

individuais e coletivos. É comum, desde então, a realização de eventos em que há interação de camponeses, indígenas, pesquisadores e artistas. Segundo Scherer-Warren e Reis (2007, p. 01) “movimentos sociais de resistência à instalação destas obras têm sido registrados nos mais diferentes contextos nacionais e internacionais, formando verdadeiras redes de atores sociais mobilizados em torno desta problemática”.

Posto isso, ao trazer a discussão para a Amazônia, e tirando como exemplo o contexto de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), no Pará, surgiu o *Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí* que segundo Magalhães “é autodenominação, derivada da primeira comissão de negociação, constituída em 1982 - Comissão Representativa dos Expropriados de Tucuruí” (MAGALHÃES, 2007, p. 50).

O início da construção do movimento de resistência em Tucuruí é considerado tardio porque “iniciou apenas em janeiro de 1980, cinco anos após o início da construção da usina, quando os “vazanteiros” do município de Itupiranga publicam na imprensa local” (MAGALHÃES, 1991, p. 1987), onde inquiriam à ELETRONORTE sobre as indenizações e os lotes de reassentamento. Hébette (1991) destaca no processo de luta em Tucuruí “a ameaça era pouco tangível, diluída, manifestava-se pela visita de engenheiros do último escalão e de assistentes sociais, que vinham avaliar os custos de indenização” (HÉBETTE, 1991, p. 203).

Segundo Magalhães (1991) o problema inicial é que não havia uma política de realocação prévia, e a ELETRONORTE – após o inventário das indenizações – incentivou a desistência formal a um possível reassentamento, mediante o pagamento da quantia em dinheiro; outro problema é que não foram consideradas no inventário as culturas de ciclo curto; a Eletronorte reassentou apenas as famílias que constavam no Plano Integrado de Colonização Marabá e os posseiros foram penalizados no momento da desapropriação (MAGALHÃES, 1991).

Ainda de acordo com a Magalhães o movimento iniciou sob formas de nomes específicos que representavam individualmente as categorias atingidas, pois os documentos eram assinados individualmente, exemplo: *desapropriados da Vila Repartimento, População de Repartimento e Adjacências, atingida pelo reservatório da UHT, Vazanteiros de Itupiranga, Relocados para a Colônia Moju*. Segundo Magalhães (1991) no ano de 1982 as reivindicações passaram a ser em nome da *Comissão Representativa dos Expropriados* que congregava um representante de cada um dos grupos específicos citados anteriormente.

Em setembro de 1982 houve o primeiro acampamento no Escritório do Serviço do Patrimônio Imobiliário de Tucuruí, que segundo ela foi produto do “silêncio e o descaso da ELETRONORTE, aliados a uma conjuntura pré-eleitoral importante no país e à crescente

organização dos próprios camponeses, facultada por diversas assembléias, e pelo trabalho dos mediadores” (MAGALHÃES, 1991, p. 189).

Outros dois fatores destacados por Magalhães (1991) foram importantes no processo de negociação e atendimento de parte das demandas do movimento, a saber: o segundo acampamento em frente ao Serviço do Patrimônio Imobiliário de Tucuruí, entre os dias 15 a 20 de abril de 1983 e a eleição de expropriados às diretorias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí e de Jacundá, uma vez que os sindicatos eram tidos como de mais fácil negociação com a ELETRONORTE. A retomada dos sindicatos acompanha o movimento que ocorre no Brasil, especificamente no Pará. Conforme Guerra e Marin (1990, p. 52) aos poucos os camponeses organizados, com apoio das igrejas, sobretudo a católica por meio do Movimento de Educação de Base (MEB), e dos partidos políticos de esquerda, conseguem inserir suas demandas no Sindicato¹⁸, Em 1987, dez anos depois de criada, a direção da FETAGRI é tomada e a visão de um “novo sindicalismo” passa a ser apregoada¹⁹ (GUERRA; MARIN, 1990, p.54).

O processo de negociação e reivindicação sofreu outra mudança de conjuntura no ano de 1984 quando houve o enchimento do reservatório sem estar concluída a realocação (MAGALHÃES, 1991). Esse fato levou a formação do terceiro, decisivo, e maior acampamento na cidade de Tucuruí. Sobre esse acampamento a autora fala

Permaneceram acampados, durante aproximadamente 40 dias, cerca de um mil e quinhentos camponeses, sob forte clima de tensão. Tal clima de tensão, provocado pelo enchimento do reservatório antes de concluído o processo de relocação e pela recusa da ELETRONORTE em receber a Comissão dos Expropriados, seria agravado pela ameaça dos índios Parakanã em retomar parte de suas terras, a então Gleba Parakanã – maior pólo de relocação rural (MAGALHÃES, 1991, p.190-191).

De acordo com Sônia Magalhães todas essas mobilizações contribuíram para um reposicionamento da política de relocação. Apesar de ser ignorado pela ELETRONORTE foi justamente o brado camponês que modificou os rumos, ou pelo menos atenuou os problemas causados pelo projeto autoritário.

¹⁸ De acordo com Guerra e Marin (1990, p. 53-54) no Pará foram desenvolvidos esforços para redirecionar os sindicatos de acordo com as demandas camponesas, como: os três encontros na Região Tocantina, a Corrente Sindical dos Lavradores Unidos de Santarém, a Oposição Sindical em Conceição do Araguaia, e o I Encontro Estadual de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical.

¹⁹ Após o Golpe Militar há o enquadramento através de regimentos do Ministério do Trabalho dos sindicatos dos trabalhadores rurais. Com isso, a visão em torno do sindicato passa a estar ligada a funções de “previdenciário”, “assistencialista” e preocupado com ações legais junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT)” (GUERRA; ACEVEDO, 1990, p. 51).

Na análise da construção da identidade de atingidos por barragens, no caso da hidrelétrica de Tucuruí, Castro destaca a presença de diversos atores na politização dos agricultores, dentre eles a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SPDDH), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que tiveram papel na “troca de experiências e na montagem de estruturas mais sólidas dentro do próprio movimento” (CASTRO, 1989, p. 60). Segundo esta autora as bandeiras defendidas e faixas expressaram se tratar de um movimento que lutava pelos direitos de “terra por terra”, “casa por casa”, dentre outros direitos legítimos aos expropriados, e denotavam que o movimento era pacífico.

Conforme tratado acima, o caso de resistência à Usina Hidrelétrica de Tucuruí é específico, nas condições em que foi implantada, alvo de críticas de pesquisadores, movimentos sociais, igreja católica e de certo modo contribuiu para o aquecimento de outra resistência – aqui sim, resistência à instalação do projeto – que é o caso do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.

Para se compreender a resistência à hidrelétrica de Belo Monte – ver os capítulos III e IV - é importante não perder de vista os aspectos ressaltados anteriormente, sobretudo a participação da Igreja Católica, dos sindicatos, pesquisadores e ambientalistas que tratam os problemas ocorridos em hidrelétricas na Amazônia como exemplos de justificação do posicionamento contra os barramentos no Xingu.

4 A IMPOSIÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: O CASO DOS BARRAMENTOS NO XINGU

A Implantação de barragens para geração de energia elétrica foi acelerada durante os governos militares²⁰ que realizaram estudos específicos para quantificar o potencial hidrelétrico brasileiro. Conforme mostram Santos e Nacke (1991, p. 46) estes estudos delimitaram no ano de 1984 um potencial de 213.400 MW²¹, com cerca de 16,6% explorados, e quase 50% deste localizado nas regiões Norte e Centro-Oeste.

O potencial Hidrelétrico dos barramentos no Xingu foi revelado antes mesmo da apresentação do estudo em 1984, e já no ano de 1980 foi, de acordo com o levantamento do potencial hidráulico, denominado de “Estudos de Inventário hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu”, que preconizava a construção de cinco barragens no Xingu e uma no Rio Iriri (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p.14). Em outras palavras, este inventário consistia na utilização do desnível de 275 metros²² no Rio Xingu, onde os barramentos de Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô, além do barramento no rio Iriri, seriam feitos:

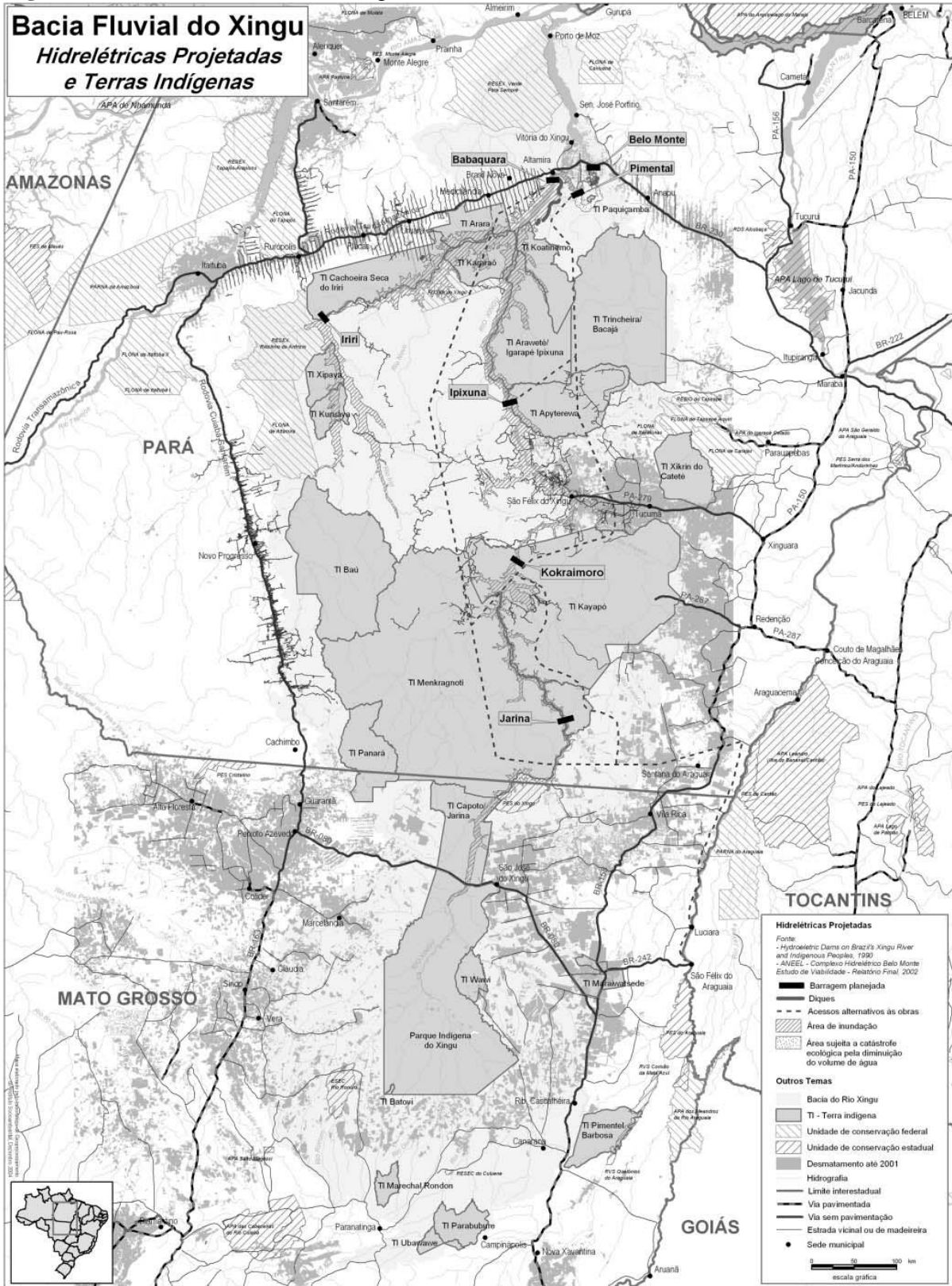
...desde altitude próxima dos 281 metros, no norte do estado do Mato Grosso, próximo da rodovia BR 080, provavelmente localizada na Terra Indígena Kapoto-Jarina e/ou na faixa Norte do Parque Indígena do Xingu – e a altitude próxima dos **6 metros**, num ponto rio abaixo da vila de Belo Monte do Pontal e, pela margem esquerda, perto da foz do igarapé Santo Antonio, rio acima de Vitória do Xingu, no Pará (Idem, 2005, p. 14).

²⁰ Como é sabido os governos militares são caracterizados pelo autoritarismo e repressão da participação política da sociedade. . “No Brasil, as construções da Transamazônica, da Ferrovia do Aço, do Sistema de Telecomunicações, da Usina Hidrelétrica de Itaipu, da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, do Projeto Carajás, entre outros, foram iniciativas que estão neste contexto” (SANTOS; NACKE, 1991a, p.46)

²¹ O potencial hidrelétrico do país é cerca de 260 mil MW. Na bacia do Amazonas e mais especificamente a sub-bacia do Xingu encontram-se inventariados 12,7% desse total (ANEEL, 2012c)

²² Segundo Sevá Filho (2005, p. 44) aproximadamente de 85 a 90 metros, deste desnível, ocorre entre a sede do município de Altamira e o final da Volta Grande. Justamente nessa parte do rio é que será utilizado na construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Figura 11 Bacia Fluvial do Rio Xingu



Fonte: SEVÁ FILHO (2005, p.38).

A magnitude do projeto e os consequentes impactos sociais e ambientais, iria alagar cerca de 20 mil km² (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p.14), incluindo terras indígenas conforme pode ser visto na Figura 11, bem como a conjuntura da época são fundamentais para entendermos porque o projeto foi paralisado. A efetiva ideia de barrar o Xingu ocorreu durante o período que data do final dos governos militares e início da redemocratização do país. Foi paralisada, por um lado, pelos movimentos indígenas e sociais que dispunham da possibilidade de manifestação pública, pois nesse contexto havia certa abertura política em que os movimentos populares e sociais respiravam a possibilidade de democratização – e logo em seguida com a Constituição da República Federativa do Brasil. Por outro lado, é bom lembrar que a década de 1980 é tida como perdida economicamente e, por conseguinte, o governo necessitava de financiamentos externos para a construção da hidrelétrica o que não se concretizou em parte pelas manifestações de indígenas, pesquisadores e ambientalistas em nível internacional.

Em 1988 na Universidade da Flórida nos Estados Unidos, os índios Kaiapós Paulinho Paiakan, Kube-I Kaiapó, acompanhados pelo pesquisados do Museu Emílio Goeldi do Pará, Darrel Posey, ao participar do simpósio que tratava do manejo de florestas tropicais, e posteriormente, em Washington, chamam a atenção para o projeto de construção de hidrelétricas no Xingu com financiamento do Banco Mundial (ISA, 2013; GOODLAND, 2005, p. 178).

Após a participação dos indígenas em conferências nos estados passou-se a organizar o que seria o encontro de fevereiro de 1989 que foi um marco de oposição dos povos indígenas, ambientalistas e movimento social no sentido de barrar o projeto. Neste sentido, como produto da mobilização, foi realizado no ano de 1989 o “*Encontro dos Povos Indígenas em Altamira*”, que barrou por um tempo o projeto Kararaô²³ (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 15).

Dom Erwin Krautler relembra este momento da seguinte maneira

Algumas lideranças Kayapó vieram a Altamira e me convidaram para uma reunião. Comunicaram-me sem rodeios que estavam decididos de vir a Altamira para um grande encontro e marcaram a data. Dei-lhes a entender que um encontro deste porte exigia uma intensa preparação e o tempo para isso era muito pouco. Pedi, por isso, que adiassem o evento por alguns meses. Não havia jeito de convencer os líderes Kayapó. Sem meias palavras me disseram: “O encontro está marcado! Queremos que nos ceda a Bethânia! Só isso!” A Bethânia, o Centro de Formação da Prelazia do Xingu, oito quilômetros de Altamira, tornou-se de 20 a 25 de fevereiro de 1989 a aldeia principal dos Kayapó. O evento que reunia em torno de 600 índios, pintados

²³ Hoje denominado de Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte – AHE Belo Monte.

para guerra, teve enorme repercussão em todo o Brasil e no exterior. A foto que retratou a cena em que a índia Tuíra esfregou um facão na cara de José Antônio Muniz Lopes, então diretor de engenharia da Eletronorte, percorreu o mundo, tornando-se símbolo e uma espécie de logotipo da hostilidade total dos índios em relação às projetadas barragens. Enquanto os Kayapó estavam reunidos na Bethânia as comunidades de Altamira se organizaram num ato público no bairro de Brasília. Levantaram sua voz contra os órgãos do governo que operam na surdina e excluem deliberadamente a sociedade civil da discussão de projetos que afetam a população e o meio-ambiente. A vitória estava do lado dos índios e de todos que se opuseram à concretização do megaprojeto. Kararaô foi arquivado! Aparentemente! (KRAUTLER, 2005, p.).

Esse primeiro brado popular de oposição ao projeto surtiu efeito e barrou-o durante 10 anos. Durante este tempo falava-se pouco sobre a obra, mas oficialmente a ELETRONORTE em 1990 protocolou o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte junto ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) para aprovação e outorga (ISA, 2011).

De fato o projeto foi ressuscitado, rebatizado e com modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto: seria o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHBM), que englobaria a construção da 1ª usina na Volta Grande, com potência instalada de 11.182MW, ou seja, Kararaô passou a ser chamado de Belo Monte, e a barragem Babaquara de Usina ou Aproveitamento Altamira (SEVÁ FILHO, 2005).

O projeto anterior tinha manchado a imagem da ELETRONORTE, sobretudo, por causa dos vários possíveis impactos sociais e ambientais, principalmente em terras indígenas na Volta Grande do Xingu, tanto que o projeto foi remodelado para que não alagasse essas últimas. A conjuntura do início dos anos 2000 estava modificada e a estratégia dos defensores da barragem estava apoiada no *lobby* de que a construção do empreendimento no Xingu era a “salvação do país”, no cenário de crise energética em que o Brasil encontrava-se no início da década de 2000, devido à pouca precipitação nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 15).

No ano de 2002, com o início do governo do presidente Lula, o discurso que visava o aumento da capacidade de produção de energia elétrica como forma de evitar futuros apagões foi reproduzido. Nesse mesmo ano é nomeada como Ministra das Minas e Energia a Sra. Dilma Rousseff²⁴, atual presidenta da República (2010-2014). A ministra ao assumir o cargo

²⁴ Durante o período em que foi Ministra das Minas e Energia, passando pelo cargo de Ministra da Casa Civil e depois no início do mandato como presidente da república, Dilma Rousseff tratou a questão dos investimentos energéticos como uma das prioridades, tanto é que a partir dos PAC 1 e PAC 2 são previstas a construção de hidrelétricas na Amazônia, inclusive Belo Monte.

participa no ano de 2004 da reformulação do modelo energético brasileiro²⁵ no sentido de: “garantir a segurança no suprimento; promover a modicidade tarifária; e promover a inserção social, em particular pelos programas de universalização (como o Luz para Todos)” (ANEEL, 2008, p. 18).

A construção da hidrelétrica de Belo Monte no Xingu entra a partir de então é tratada como prioridade nos investimentos do setor elétrico. Neste sentido, Melo (2005) fala em uma nova investida agora renomeada de Belo Monte:

Após dez anos da primeira grande investida, a estatal Eletronorte e seus apoiadores voltaram à cena para tentar construir a mesma usina Kararaô, agora chamada Belo Monte. No final do ano 2000 e no decorrer dos anos 2001 e 2002 a Eletronorte, com escritório já instalado em Altamira e conhecedora do potencial da organização que tem o povo da região, intensificou os seus métodos de aliciamento da população local e das instituições (MELO, 2005, p.55).

Diante da presença da ELETRONORTE na região e a mobilização dos setores patronais, prefeitos dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapu, Pacajá, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Porto de Moz e Gurupá formaram o movimento Pró-Belo Monte, que posteriormente se oficializaria em Consórcio Belo Monte, e por último teria sua expressão na denominação Fort Xingu.

A Eletronorte articulou o apoio do comércio local, através da ACIAPA - Associação Comercial Agropastoril de Altamira, da AMEALT – Associação dos Micro-empresários de Altamira, e do CDL Clube de Dirigentes Lojistas, do Sindicato Patronal dos Produtores Rurais, e da AMUT – Associação dos Municípios da Transamazônica, e também o apoio dos Vereadores da Região, principalmente os ligados ao PSDB e PMDB (MELO, 2005, p. 55).

O segundo projeto de construção de Belo Monte, defendido por uns e combatido por outros, era tratado como emergencial. Para isso, no ano de 2000 foi contratada a Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP), da Universidade Federal do Pará, para a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para que a licença ambiental pudesse ser pleiteada na Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente (SEVÁ FILHO, 2005, p. 47). No entanto, juridicamente essa ação tinha falhas. Primeiro porque não havia sido feita licitação para contratação da FADESP, segundo porque o processo de licenciamento deveria ser realizado na esfera federal e não estadual, conforme estava acontecendo, terceiro porque não foi feita a

²⁵ Na década de 1990 o sistema passou por modificação que “envolveu a privatização das companhias operadoras e teve início com a Lei no 9.427, de dezembro de 1996, que instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e determinou que a exploração dos potenciais hidráulicos fosse concedida por meio concorrência ou leilão, em que o maior valor oferecido pela outorga (Uso do Bem Público) determinaria o vencedor” (ANEEL, 2008, p. 18).

consulta aos povos indígenas previstas no artigo 231 da Constituição Federal (PONTES JÚNIOR; BELTRÃO, 2005, p. 74-89).

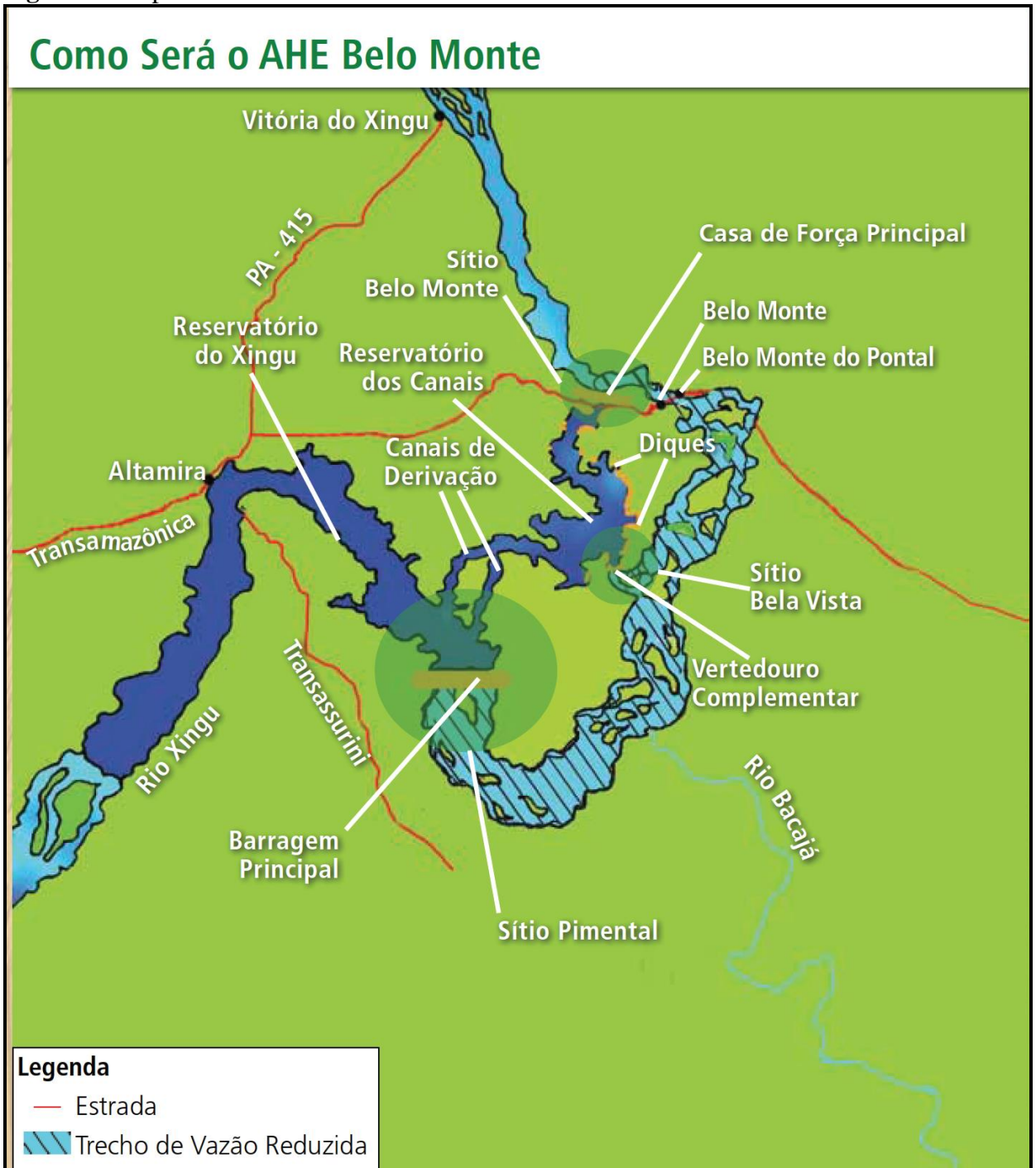
Esses problemas foram objeto da primeira Ação Civil Pública (ACP) impetrada contra a construção da hidrelétrica, considerada procedente pelo Juiz Federal Rubens Rollo de Oliveira, que suspendeu o licenciamento (SEVÁ FILHO, 2005, p.47).

A partir de 2005 após a aprovação da construção pelo Congresso Nacional da construção de Belo Monte a hidrelétrica passou a ter um potencial de energia instalada de 11.233,1 MW (ELETROBRÁS, 2009 citado por FEARNSSIDE, 2009a, p. 07).

Atualmente (2013), o projeto em execução prevê a construção de um barramento principal no Sítio Pimental, a cerca de 40 km da cidade de Altamira. Neste local a potência instalada será de 233,1 MW. A partir desse primeiro barramento serão formados o reservatório da calha do Xingu e o Reservatório de Canais (FEARNSSIDE, 2009a, p. 10). A água será desviada do leito principal, para a formação do Reservatório de Canais, que fica a 50 km do município de Altamira. A partir deste reservatório será construída, no sítio Belo Monte, a Casa de Força Principal com 11.000 MW de potência instalada²⁶. (RIMA, 2009, p. 20-23). A configuração espacial do projeto pode ser visto na Figura 12.

²⁶ No RIMA (2009, p.13-16) é expressamente focado que não serão construídas outras hidrelétricas no Xingu, e não se fala na barragem de Altamira (Babaquara). Porém, especialistas (FEARNSSIDE, 2009a, 2009b; SEVÁ FILHO, 2005) alertam para a necessidade da construção de usinas rio acima, sendo Altamira (Kararaô) a primeira tendo como função a regulação e acúmulo de água para atender as necessidades de AHE Belo Monte.

Figura 12 - Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte



Fonte: RIMA, 2009, p.21.

Com estas características estão em andamento a construção do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, ao mesmo tempo em que a população está sendo remanejada e se redefinindo a relação de novos atores com o espaço nesta região.

4.1 “EU OUVI FALAR”: KARARAÔ E O EVENTO DE 1989 A PARTIR DA PERSPECTIVA DAS FAMÍLIAS

Os camponeses tomaram conhecimento das investidas para construir as barragens no Xingu desde a década de 1980 por ouvir dizer por terceiros, sem nenhuma comunicação oficial precisa, por escrito nem em um processo de debates públicos que esclarecessem as profundas transformações que vem sendo operadas na região. No geral, as informações não eram claras de onde e como ia ser o projeto, conforme pode-se deduzir dos depoimentos abaixo:

Rapaz, nós estava ainda em Vitória [do Xingu] quando *ouvi falar* nisso. Se eu não me engano foi em 84 ou 85 foi quando surgiu que iam trabalhar com essas coisas ai (CLÓVIS, 2012).

Este e outro depoimento confirmam que havia uma proposta governamental de intervenção de porte na área, porém sem controle do território a ser impactado, de forma que a dinâmica populacional comum à fronteira, com instalação de atividades produtivas ocorreu durante quase trinta anos.

Rapaz, desde o ano que eu vim pra cá [1988] *o pessoal já falava né*. Rapaz voce vai pra uma região onde vai ser construída barragem. Ai eu dizia, bom rapaz, até construírem a barragem dá pra construir alguma coisa, né? Aí eu vim trabalhando, trabalhando e fui conseguindo as coisinhas, né. Trabalhava de empregado pros outros, vim pra cá pro lote e hoje já trabalho pra mim próprio. E nessa época já se falava em barragem, já tinha algumas empresas que faziam sondagem. Tinha uma empresa com nome de, parece que era CNEC, ai fazia a sondagem e naquela época ai na CNEC [Travessão do km 55] era um movimento doido. Inclusive no ano que eu vim foi o ano que ela mudou, acabou a obra deles, ai ficou aquele negócio acabou, (não) acabou. Aí, naquele tempo, eles falavam que ia construir a barragem ali no Kararaô que é ali no Wilson que é a Bela Vista, que era pra construir ali e ai foi mudando tudinho (GREGÓRIO, 2012).

O contato com os técnicos e, sobretudo, a atuação da Igreja Católica eram os canais de comunicação através dos quais as informações passaram a ser socializadas. As lideranças locais que estavam ligadas à igreja foram as que tomaram a frente nesse processo. Nas reuniões promovidas pela Igreja Católica eram tratadas temáticas relativas à organização e mobilização política e, dessa forma ficaram sabendo do encontro de 1989: “Nós saia daqui pra reunião no 32 por exemplo, que é o Centro Pastoral Nossa Senhora do Guadalupe. Lá a gente ia saber do dia que ia ser feita essa mobilização, essa manifestação” (VICENTE, 2012).

De fato foi a partir dos encontros promovidos pela igreja que os camponeses iniciaram o processo de participação política que culminou na formação de um movimento camponês. Segundo Hébette (2002, p. 221) a possibilidade da formação de um movimento camponês na região esteve diretamente ligada à Igreja Católica e a organização Sindical de Santarém, pois o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, criado em Altamira no ano de 1968, pouco ativo, não foi efetivo na organização dos colonos recém chegados. A Igreja Católica de Santarém e, sobretudo, sua organização pastoral que se fazia presente em muitos lugares da Prelazia, ajudaram no suporte para formação do movimento, principalmente por meio da formação de catequistas. A essa formação religiosa que teve influencia da Teologia da Libertação, foram adicionados elementos da “análise marxista da realidade”. Esses últimos fizeram com que a organização dos camponeses tivesse orientação mais política do que propriamente religiosa, que se autodenominavam de “Corrente” (HÉBETTE, 2002, p. 221-222).

De acordo com Hébette (2002, p. 223) a atuação do STR de Santarém restringia-se, até então, a uma pequena parte da área de colonização sob influência do INCRA, enquanto os outros municípios da Transamazônica, inclusive Altamira, buscavam resolver seus problemas através de Projetos ligados à Igreja. A conjuntura mudou, quando em 1988, foi criado o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), organização que se propunha à construção de projeto político de salvamento, marcado por estratégias de mobilização com vistas a sobreviver na região, que a esta altura estava submersa, além dos problemas de acesso, carência de escolas, falta de serviços médicos e transportes, numa crise econômica acentuada (Idem, p. 224).

Após a configuração do MPST, ou, mais precisamente, em 1989 é que ocorre o primeiro ato em contraposição à construção da hidrelétrica de Belo Monte, que na época chamava-se Kararaô. Foi justamente essa situação que favorece para que esse movimento que representa os camponeses, juntamente, com os indígenas e outros atores tivessem a oportunidade de participar dessa grande mobilização. Segundo Henchen (2012)

A partir daí, as organizações camponesas, federadas naquele momento em torno do MPST, em função de um conjunto de estratégias no interior das quais se destaca a necessidade de assegurar maior representatividade e legitimidade às demandas camponesas, e após ampliar o arco de suas relações, incorporando as demandas histórias das populações indígenas e ribeirinhas, toma uma posição contrária à construção da barragem (HENCHEN, 2012, p. 240).

Esse encontro é lembrado como o início da resistência encabeçada pelos povos indígenas, Igreja Católica e movimentos sociais da região (SEVÁ FILHO, 2005, p.31; MELO, 2005, p. 55; KRAUTLER, 2005, p.11). Mesmo com a possibilidade de contraposição

ao projeto e apoio declarado aos indígenas na empreitada conta a barragem, segundo Souza a participação dos agricultores foi de forma tímida no “evento que tratava da questão ambiental no Xingu. O interesse maior estava em resolver os dramáticos problemas de falta de investimentos públicos para a população da região” (SOUZA, 2006, p. 85).

Melo (2005), uma das lideranças do MPST, relata a primeira ação contestatória

Em fevereiro de 1989 as nações indígenas lideradas pelos Kayapó mobilizaram-se contra o nefasto empreendimento de construção de seis usinas hidrelétricas no Rio Xingu. Realizaram em Altamira o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu com apoio de organizações ambientalistas do Brasil e do mundo, e de organizações populares locais e regionais, da Prelazia do Xingu, do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, de movimentos sociais como o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica e Xingu (que hoje se chama MDTX – Movimento Pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu), – a CRACOHX - Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu, e mais a Fundação Chico Mendes. Participaram do evento pesquisadores do Museu Emilio Goeldi, ambientalistas como Camilo Viana²⁷, o deputado Fernando Gabeira²⁸, a atriz Lucélia Santos²⁹, e notáveis internacionais como Sting³⁰ e Anita Roddick³¹, entre outros (MELO, 2005, p.55)

A CRACOHX tinha como objetivo a atuação junto aos atingidos pelo complexo de barragens, principalmente no que se refere a sua organização. “Além dessas atuava também junto a outros grupos de ribeirinhos do Xingu e moradores das cidades de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e populações indígenas da região de Altamira” (SOUZA, 2006, p. 67). Mas, com a paralisação do projeto a “CRACOHX, na opinião das lideranças, perdeu sua razão de existir” (SOUZA, 2006, p.86).

Neste primeiro momento é fato que não houve por parte dos agricultores uma participação direta no evento. Isso não quer dizer que o fato ocorrido não teve relevância, nos relatos dos camponeses. O enfrentamento por parte dos indígenas, materializado na atitude da índia Kayapó Tuíra, e a conseqüente paralisação do projeto, simbolizaram coragem e poder. Estas qualidades são apreciadas pelos camponeses, e em período posterior, como veremos mais a frente, fará com que haja muita expectativa na aliança para lutar contra o projeto.

²⁷ Professor, médico e ambientalista, conhecido pela militância em defesa da floresta e dos povos tradicionais (DIÁRIO DO PARÁ, 2010).

²⁸ Jornalista, escritor, militante político desde a década de 1970, deputado federal pelo Rio de Janeiro e um dos líderes do Partido Verde (PV) (BIOGRAFIA, 2012).

²⁹ Diretora, produtora e atriz, que ficou notabilizada nacional e internacionalmente pela atuação na novela *Escrava Isaura* (MIGUEL, 2012). Também, tem militância na defesa dos direitos humanos e ambiental (SANTOS, 2012).

³⁰ Gordon Matthew Thomas Sumner, conhecido como *Sting*, músico inglês, baixista do conjunto *The Police*, que “após a turnê do disco *Nothing Like the Sun*, realizada no país em 1987. Após um memorável concerto realizado em Novembro daquele ano no Estádio do Maracanã, iniciou viagens pela Amazônia, onde conheceu o cacique Raoni; após essa amizade, Sting passou a defender a causa ecológica” (STING, 2012)

³¹ Fundadora da multinacional Body Shop, empresa de cosméticos naturais e ativista em prol dos direitos humanos (AQUINO, 2002).

Para os agricultores das localidades estudadas o ano de 1989 “foi quando a índia quis cortar o pescoço do homem” (GREGÓRIO, 2012). Foi o ano em que o projeto foi paralisado. Com isso a resistência embrionária no local foi se dissipando, principalmente pela relativa incerteza por parte dos agricultores de que o projeto retornaria. Os relatos abaixo representam o sentimento que havia depois da paralisação:

...aí eles foram embora um tempo. Passaram uns cinco anos eles voltaram de novo, aí moraram lá mais uns tempos, aí foram embora. Aí quando vinheram, aí a gente sempre ouviu falar mas a gente não acreditava que ela ia sair assim, rápido, e ninguém pensava também que era isso que ia acontecer aqui (CLAUDIO, 2012).

Na verdade para entendermos esse processo social é preciso pontuar que a representação dos agricultores, nessa época, era feita por lideranças do MPST que apresentava um projeto amplo para os agricultores da região. Em síntese, para os agricultores da Volta Grande, mesmo com as investidas governamentais na região com interesse de se construir barragem, interessava continuar a vida no local, prioritariamente representado pela fixação de moradia e no trabalho na terra, para garantir sua reprodução social.

A retomada do projeto nos anos 2000, com o lançamento do programa “Avança Brasil”³² faz com que o antigo MPST, transformado em MDTX, protagonize ações importantes, conforme lembra Souza

O movimento social que no final dos anos 80 participou como um mero coadjuvante no enfrentamento pela não construção da hidrelétrica, assume agora a liderança dessa interlocução junto a uma significativa parcela da sociedade e reivindica do governo o direito de participar das decisões sobre o assunto baseado na sua representatividade e nos resultados de suas ações (SOUZA, 2006, p. 97).

Segundo Henchen (2012, p. 240) foi no período entre o final da década de 1990 e início da década de 2000, que o componente estratégico do enfrentamento político apresentava-se como característica marcante do processo de resistência a construção da barragem, de um lado os movimentos sociais e do outro o governo de Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido, a barragem era vista como “um monstro destruidor, um projeto neoliberal, uma obra para agradar aos empreiteiros, barrageiros, ao grande capital internacional” (ZAMBELLO, 2009, p. 111 citado por HENCHEN, 2012, p. 241).

³² “Avança Brasil é o nome dado pelo governo brasileiro a seu megaprograma de investimentos para implantação de infra-estrutura e outras atividades, em todo o país. O programa prevê a aplicação na Amazônia Legal, entre 2000 e 2007, de cerca de US\$ 43 bilhões, sendo US\$ 20 bilhões para obras de infra-estrutura” (FEARNSIDE e LAURANCE, 2002, p 61).

Neste período de latência aparente, os interessados na construção da hidrelétrica, ou seja, os adversários – no sentido proposto por Touraine (1994, p. 283), e os contramovimentos (SCHERER-WARREN, 1996, p. 74), foram alterando a estratégia de ação, sobretudo, através do *lobby* do progresso e nas investidas sobre as organizações da sociedade civil. A citação literal da fala da autoridade diocesana revela o grau de crítica que o projeto recebe deste setor:

Foram feitas pesquisas sobre os nossos movimentos sociais, as ONGs, os sindicatos, os povos indígenas, tudo no intuito de mapear possíveis focos de resistência ao projeto agora denominado de UHE Belo Monte. O nome “Kararaô”, o grito de guerra, foi substituído pelo bucólico “Belo Monte” para que o povo do Xingu não lembrasse mais o facão da Tuíra e os rostos pintados de urucum dos Kayapó contrários à hidrelétrica (KRAUTLER, 2005, p. 11).

A estratégia mudou por completo. Nossas lideranças foram continuamente convidadas para reuniões com grupos de técnicos das empresas do governo que, é óbvio, usaram de todos os meios para mostrar o lado positivo do empreendimento. Outro alvo foram os jovens. Patrocinando festas e promovendo excursões à região da UHE Tucuruí procurava-se conquistá-los para a idéia de que a hidrelétrica será um bem enorme para a região. Com volumosos presentes o governo aliciou descaradamente as comunidades indígenas. De antemão evitavam-se reuniões com grandes grupos para impedir que a sociedade se organizasse e discutisse abertamente os prós e contras do projeto. Políticos estaduais e municipais de pouca cultura e muita fanfarrice encheram a boca proclamando a UHE Belo Monte a salvação do oeste do Pará e pregando que o Brasil necessita deste impulso energético para evitar o colapso de sua economia (KRAUTLER, 2005, p. 11).

Os agricultores que seriam os possíveis atingidos se faziam representar através do MDTX, mas estavam em meio a essa abundância de discursos, em que o próprio movimento não estava coeso nem preparado para a resistência.

Mesmo com todas as incertezas o MDTX era o principal representante dos agricultores, e até por isso recebeu o apoio do Ministério Público Federal que no ano de 2001 ajuizou a primeira Ação Civil Pública contra as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) para suspender os estudos para a construção da hidrelétrica. Ao todo o Ministério Público Federal impetrou 14 ações judiciais, sendo 12 Ações Cíveis Públicas e 2 de Improbidade Administrativa, apontando os problemas do projeto de Belo Monte³³. Segundo Souza

A mobilização do MDTX recebeu apoio de inúmeras organizações ambientalistas, pesquisadores e funcionários de órgãos públicos. Dentre esses últimos destaca[-se] o Ministério Público Federal (MPF) através do Procurador Felício Pontes. O procurador sempre participou das mobilizações do MDTX sobre Belo Monte (SOUZA, 2006, p. 96).

³³ Ministério Público Federal (2001, p. 01)

Atente-se para que quando são mencionados o MDTX e o Ministério Público Federal, o leitor pode entender que se tratavam de atores isolados, um na realização de eventos e mobilizações e outro no acionamento da justiça. Na resistência às barragens projetadas no Xingu, desde 1989, formou-se uma rede de cooperação que engloba atores coletivos locais, nacionais e internacionais. Não há rigidez nessa estrutura. Ela é dinâmica e sua composição depende da conjuntura, sobretudo, no que se refere ao cenário político.

Na década de 2000 os agricultores da área em estudo, que até o momento pareciam expectadores da ação, assumem protagonismo na luta contra a hidrelétrica de Belo Monte.

4.2 MUDANÇAS CONJUNTURAIIS: A RESISTÊNCIA DOS CAMPONESES

A subida ao poder do presidente Lula no ano de 2002 gerou expectativas por parte dos movimentos sociais de que o projeto fosse definitivamente parado. “Todos que acompanhavam o caso tinham a sensação de que uma vitória do candidato Lula poderia sepultar o projeto Belo Monte” (SWITKES; SEVÁ FILHO, 2005, p. 25). Isso não aconteceu. Segundo Souza

Após alguns meses da eleição de Lula, Belo Monte voltou ao cenário nacional, agora sem o marketing anterior e com um discurso governamental mais moderado que defendia a participação da sociedade nas decisões. A Eletronorte que no governo anterior, menosprezava as ações do MDTX passou a aproximar-se das lideranças do movimento social (SOUZA, 2006, p. 104).

A proximidade de lideranças com o partido do presidente e a decepção de outras que eram contrárias ao projeto aqueceu o discurso ambíguo dentro do MDTX. Com isso, segundo Henchen (2012, p.241) deixa de existir o enfrentamento político entre o movimento social e o governo federal. Mais do que isso, outra entidade passa a ser gestada: O Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS), que é fruto, sobretudo, do II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 2008 (ISA, 2011). De início funcionava como se fosse uma parte específica direcionada para resistir contra o projeto hidrelétrico de Belo Monte³⁴.

Ocorreu que parte das lideranças que defendia posição moderada com relação ao projeto, que agora era bandeirado pelo governo, mudou de posicionamento e com isso boa parte da base da resistência, representada por organizações sociais da Transamazônica

³⁴ A FVPP aparece entre os apoiadores do trabalho crítico realizado em 2009 sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), elaborado por Painel de Especialistas, como forma de mostrar os equívocos que inviabilizariam a concessão de tal autorização para o início das obras.

atreladas ao Partido dos Trabalhadores (PT), não mais se levantava contra o projeto. Como consequência maior desse processo o MDTX, sob a figura da FVPP, não atua na função de resistir à construção da barragem, ficando essa tarefa a cargo do MXVPS, conforme certa liderança disse em entrevista: “fizemos uma luta muito bonita juntos, mas agora não” (MARIA, 2012)³⁵, ao se referir ao MDTX.

Seria essa cisão ocorrida no movimento camponês, qual seja MDTX e MXVPS fruto de um processo de institucionalização³⁶, definido por Gohn (2011) como a ampliação da participação em serviços ofertados pelo estado através da transferência de responsabilidades para a sociedade civil organizada, via convênios e projetos com ONGs. De acordo com Henchen (2012, p. 241), o fato é que

os mediadores camponeses, ao aderirem ao projeto do governo federal, esperam influenciá-lo no sentido de garantir a efetivação de suas propostas, destacando-se entre estas, o asfaltamento da rodovia Transamazônica, o ordenamento territorial, a consolidação das Casas Familiares, a melhoria das condições de saúde pública e educação, a abertura de novas linhas de crédito para a agricultura familiar (HENCHEN, 2012, p. 241)

A adesão ao projeto pressupunha, porém, o afastamento das demandas dos principais atingidos pela construção. Com isso um parcela de atores sociais acabam por perder a principal via de encaminhamento de reivindicações, principalmente, como veremos mais adiante, no que se refere ao processo de expropriação e indenização (HENCHEN, 2012, p. 242). Diante disso, a estratégia do MXVPS e MAB foi investir primeiramente na informação das famílias e na organização dos possíveis atingidos pelo AHE Belo Monte, principalmente na área da Volta Grande do Xingu. Foram feitas reuniões em que foram esclarecidas lacunas em relação ao projeto, com participação de pesquisadores, atingidos por barragens, dentre outros. Segundo Maria (2012), as motivações da atuação junto a essas comunidades foram: “os locais são abandonados por políticas públicas; o Sindicato de Trabalhadores e

³⁵ Militante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, entrevista realizada no dia 16.01.2012, na cidade de Altamira, Pará.

³⁶ Esta questão não é nova no Brasil, porém era tratada, nas décadas de 1970 e 1980, de forma diferenciada porque preconizava manter a organização fora das estruturas governamentais como forma de manter uma autonomia frente aos governos militares e a governos clientelistas (GOHN, 2011). “Era uma forma de “estar de costas para o estado”, mais como ato defensivo, ou de resistência, do que por crenças ou fundamentos ideológicos ou filosóficos do comunitarismo/basismo” (GOHN, 2011, p 229). De acordo com Gohn “a institucionalização de práticas democráticas no Brasil, relacionadas ao processo de participação nas políticas sociais públicas, é um processo contraditório onde se observa, de um lado, novas relações, oportunidades e consolidação de espaços democráticos; e de outro, impactos nas formas de organização popular, no encaminhamento das demandas e nos resultados para os diferentes setores da sociedade civil organizada que participa daqueles processos” (GOHN, 2011, p. 241).

Trabalhadoras Rurais (STTR) nunca fez reunião com as famílias, apesar delas serem filiadas; e a abordagem da empresa visar a desarticulação”.

Um entrevistado retrata sua experiência em uma dessas reuniões

Aí um certo dia, eu vindo de Altamira, passei na casa de um vizinho e ele me chamou para participar de uma reunião da Eletronorte, que na época nem tinha a Norte Energia³⁷. Eu no momento até falei que não ia, mas eu chegando em casa, dia de domingo, aí deu vontade de ir e fui nessa reunião, que era lá na baixada do Km 27. Cheguei lá, tinha o movimento social, coisas que eu nem sabia que existia assim, que ninguém nunca tinha me falado que tinha esse povo forte, assim, lutador. Aí eu prestei bem atenção a reunião, as palestras e eles estavam bem informados. Tinha engenheiro, tinha vários professores especialistas em caso de barragem. Era aquelas palavras forte né, que a Antonia Melo que sempre falava assim com a cabeça alta. Ai tinha certos momentos, teve um momento que me marcou muito, quem, uma advogada fazendeira grande aqui da região, que tem escritório em Altamira, ela falou assim, para Antonia Melo e os outros componentes do grupo da nossa sala, ela falou assim, essa advogada falou: eu sou contra Belo Monte, mas nós somos um grão de areia em vista, de um grande projeto em vista do Governo Federal. Ai fiquei prestando atenção, ai a Toinha, Antonia Martins, né, respondeu pra ela: Nós somos as mulheres sem medo, nós não temos medo de lutar. Esse projeto já foi barrado uma vez, que era antigamente Kararaô, ele foi barrado. E tem tudo pra ele ser barrado, abasta o povo se mobilizar. Aí aquelas palavras entrou na minha mente, assim né, de uma forma que eu jamais esqueci (SEVERINO, 2011)

Nesse relato é bem expressivo que a ação de atores, MXVPS e MAB, instigaram aos agricultores a lutarem por seus direitos. Esse momento é de fundamental importância, porque em virtude da realização dos estudos bem como as reuniões promovidas pela ELETRONORTE e empresas de consultoria, as famílias eram envolvidas numa celeuma de informações imprecisas e nebulosas, principalmente no que se refere aos possíveis atingidos.

Eu pensei que tinha quietado e depois de uns anos começou a acelerar de novo, acelerou, acelerou e daqui pra frente não quieta mais não (GREGÓRIO, 2012).

Tá com mais ou menos uns oito anos pra cá que eles vem apertando o pessoal pra sair daqui (LINO, 2012).

A discussão com os agricultores faz parte do processo para reforçar a visão crítica em relação ao empreendimento. No mínimo almejava-se trazer informações com relação ao projeto, uma vez que, para os interessados em construir a obra pouco interessava o debate. O

³⁷ “A Norte Energia S.A é formada por empresas estatais e privadas do setor elétrico, empreiteiras, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras, para construir e operar a Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu (PA)”(NESA, 2010)

processo coletivo de discussão, sensibilização, reconhecimento dos problemas, na literatura é conhecido como a construção de Quadros Interpretativos de Ação Coletiva.

A transformação de questões sociais em quadros interpretativos da ação coletiva não ocorre por si própria. É um processo em que os atores sociais, a mídia e os membros de uma sociedade interpretam, definem e redefinem a situação conjuntamente” (KLANDERMANS, 1997, p. 44 citado por TARROW, 2009, p. 143).

Neste caso em estudo, o esclarecimento com relação a obra projetada, ou seja, outra visão dos grandes projetos para além da propaganda do progresso, que mostra as consequências de projetos anteriores, sobretudo do ponto de vista social, com participação de pesquisadores para esclarecer as dúvidas e diálogo com atingidos de outros projetos hidrelétricos, principalmente os que foram compulsoriamente deslocados da Hidrelétrica de Tucuruí. Estes últimos tinham experiência em relação aos problemas ocasionados pela construção de hidrelétrica, bem como utilizavam encontros para demonstrar a real situação de ser deslocado compulsoriamente por obras de grande magnitude. Segundo Magalhães (2007, p.175) os eventos realizados por camponeses deslocados compulsoriamente pela barragem de Tucuruí “podem ser denominados ‘fóruns de lamento’, porque são, concomitantemente, lugar da reivindicação política e espaços de encontro com a própria história e, por consequência, espaços de recordação e enunciação de todas as perdas”. A mesma autora complementa que:

Pode-se observar que a precisão dos camponeses em relação ao que perderam deve-se, em parte, à circunstância do deslocamento compulsório. Autores que tiveram experiência de pesquisa em circunstância similar relatam como os camponeses são precisos ao enumerar as suas "perdas". Todavia, o excesso de detalhes guardados na memória e a preservação mesma destas lembranças só podem ser pensados a partir da importância social que eles assumem no contexto posterior à transferência compulsória (MAGALHÃES, 2007, p. 176).

Os deslocados compulsoriamente por outras hidrelétricas com suas narrativas de perdas em decorrência do projeto contribuíram para que os agricultores tivessem referência para contrapor o discurso oficial. “Eles alertavam a gente, pra que a gente tomasse um pouco de cuidado porque o governo queria construir isso aí e se o povo bestasse mesmo ia tirar na marra como fizeram em Tucuruí” (LINO, 2012). Outros são os depoimentos que corroboram essa idéia: “a gente vai em reunião por aí e o povo fala que em Porto Velho não pagaram, no Tucuruí não pagou, ficam falando assim por isso que todo mundo cisma” (CÍCERO, 2012).

Eu pensei assim que ia ter o problema de doença sério que nós já sabemos que a gente já vendo o exemplo. Nós ia ter problema arriscado também a sair de tudo que é jeito igualmente foi Tucuruí,

né? [...] Há muitos anos eu sei disso. É arriscado aconteceu tudo isso com nós. Tudo traz preocupação pra nossa vida (JOÃO, 2012).

Nesse mesmo viés outro agricultor continua

Teve um agricultor que perguntou: poxa como nós podemos ajudar para que seja barrado este projeto? Uma pesquisadora respondeu: vocês podem ajudar até num abaixo assinado declarando não para o empreendimento, se acaso vocês forem contra (SEVERINO, 2011).

Repare-se que esse período é de vital importância porque um conjunto de fatores já elencados, quais sejam: o processo histórico de resistência à barragem, as dúvidas em relação ao projeto, os alertas feitos nas reuniões e a magnitude do projeto fizeram com que sinalizassem sua entrada na luta contra o empreendimento. Neste sentido, Tarrow (2009) diz que são as oportunidades e restrições, entendidas as primeiras como “dimensões consistentes [...] da luta política que encorajam as pessoas a se engajar no confronto político”, e as segundas como “fatores que desencorajam o confronto” (TARROW, 2009, p. 38-39), que modificam a condição de inquietação, ou seja, a percepção que algo está se posicionando de encontro aos próprios interesses, no caso dos camponeses reflete nos possíveis problemas em decorrência da barragem, em ação.

O confronto político surge quando cidadãos comuns, encorajados algumas vezes por contraelites ou líderes, reagem a oportunidades que diminuem os custos da ação coletiva, revelam aliados potenciais, mostram os pontos vulneráveis das elites e autoridades e conduzem redes sociais e identidades coletivas à ação em torno de temas comuns (TARROW, 2009, p. 39).

Ainda sobre as oportunidades ele complementa:

O confronto aumenta quando as pessoas obtêm recursos externos para escapar à submissão e encontra oportunidades para usá-los. Ele também aumenta quando as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem o seu senso de justiça. Os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre o acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando os aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. Quando isso se combina com a percepção do alto custo da inação, as oportunidades produzem episódios de confronto político (TARROW, 2009, p. 99).

A prática da mobilização requer aprendizado. No caso em estudo, esta passou a ser adquirida nas reuniões e cursos. Neste sentido, a primeira manifestação dos agricultores da Volta Grande do Xingu foi fazer um abaixo assinado (Anexo I), em que foram coletados assinaturas e depoimentos de agricultores das vicinais Km 45 – chamada de Cobra-Choca,

Km 27, Vila Rica e dos ribeirinhos. “Me animei porque todos os agricultores, na época, estavam contra o projeto” (SEVERINO, 2012).

No quadro 3 temos uma visão sistematizada de depoimentos, retirados de documentos que acompanhavam abaixo assinados, feitos sobre a barragem de Belo Monte, justificando os posicionamentos dos entrevistados. Mantem-se a grafia dos próprios depoentes, acrescentando-se a palavra correta, nos casos em que entendemos que possa haver dificuldade de compreensão.

Quadro 2 - Depoimentos dos Agricultores do Travessão do Cobra-Choca

Nome	Localidade de Moradia	Tempo de Moradia (anos)	Depoimento
Depoimento 1	Travessão do 45 – Cobra Choca	14	<p>Sou contra por 1º momento vou sair da minha terra. Se chegar a pegar a indenização não compensa pagar o trabalho que já tive;</p> <p>2º Vem poluição, destruição das matas aumento como murissoca (muriçoca), as praias do rio vai acabar tudo, vai corta os igarapés. O governo impata (empata) o agricultor fazer sua rocinha porque não impata (empata) essa barragem destruidora? Nós pra onde vamos, se o governo não tem terra perto da cidade (cidade), envoluta (devoluta), para negociar com nos (conosco). Nos (Nós) não se adapta na cidade, nós só sabemos viver na rossa (roça).</p> <p>Eu não que (quero) a barragem por que eu gosto muito daqui. Nos (Nós) plantamos cacau, temos uma terra muito fértil, nós temos água por gravidade próximo a estrada com apenas 75 km de Altamira. O Governo não tem outra igual. Eu tenho os meus filhos e desejo (desejo) criar nessa terra. Se acontecer a barragem a nossa vida de boa qualidade vai se (ser) destruída para sempre.</p>
Depoimento 2	Travessão Km 45 – Cobra Choca	23	<p>Não quero por que vai mi (me) trazer muito prejuízo passei muito sofrimento agora comecei a arrumar alguma coisa não que (quero) sair a 23 anos moro aqui.</p>
Depoimento 3	Travessão Km 45 – Cobra Choca	15	<p>Eu sou contra a ideletrica (hidrelétrica) de Belo Monte, por não estão querendo pagar todos os direitos que temos aqui.</p>
Depoimento 4	Travessão Km 45 – Cobra Choca	-	<p>Eu nasci aqui já estou jovem, aqui esta (está) todo meu conhecimento de trabalho. Sou agriculto (agricultor). O governo não mim (me) afirma que vai da (dar) outra</p>

			terra para mim continuar sendo agricultor (agricultor).
Depoimento 5	Travessão Km 45 – Cobra Choca	15	Eu não quero sair daqui por que sou muito feliz na minha casa aqui é muito bom. Por que se só sai daqui nos não temos pra onde ir sou muito feliz sendo agricultora, eu não asseito (aceito) barragem
Depoimento 6	Travessão Km 45 – Cobra Choca	13	Eu moro a 13 anos nessa propriedade(.) Tenho cacau, pastagem, água a nível por gravidade. O governo mesmo que me indenizar não encontra outra igual perto da cidade. Por isso choca muito a minha vida porque sou agricultor não gosta da cidade.
Depoimento 7	Travessão Km 45 – Cobra Choca	-	Eu nasci aqui e por isso eu não quero barragem e porque terra é vida, já pensou eu olha (olhar) e ver a minha vida, a minha historia debaixo d'água? Nossos filhos, nossas crianças, nossos jovens se despejado sem direito a nada como aconteceu na Barragem de Tucuruí.
Depoimento 8	Travessão Km 45 – Cobra Choca	22	Eu não quero barragem porque não preciso de barragem para viver feliz, aqui é a minha propriedade aonde (aonde) eu posso criar meus filhos, netos e bisnetos e tataranetos, por que a natureza é vida e nós precisamos da natureza.
Depoimento 9	Travessão Km 45 – Cobra Choca	-	Eu sou contra a barragem porque eu não quero sair sem direito a nada porque temos cacau e queremos desfrutar
Depoimento 10	Travessão Km 45 – Cobra Choca	-	Eu sou contra a Barragem por que essa barragem vai trazer o desemprego, vai causa (causar) doenças, o aumento de pragas. Não queremos Barragem queremos nossas terras não queremos abandona-las.
Depoimento 11	Travessão Km 45 – Cobra Choca	5	Eu sou contra a Barragem por (que) amo o lugar que moro, e também porque sabemos que ela vai nos trazer muitas doenças e pragas e sabemos também que a indenização que o governo vai nos pagar não dá para compra (comprar) outra terra para trabalhar.
Depoimento 12	Travessão Km 45 –	14	Eu moro a (há) catorze ano(s) sou agricultor não quero

	Cobra Choca		porque o governo não tem terra igual a nossa.
Depoimento 13	Travessão Km 45 – Cobra Choca	20	Eu gosto muito daqui. Sidade (Cidade) não gosto de maneira alguma. Aqui a gente tem o pão para comer.
Depoimento 14	Travessão Km 45 – Cobra Choca	21	Sou contra a barragem porque a barragem traz muito impactos ambiental, muitas doenças para a região, mosquitos, muita violência, aumento da população no local, traz falta de sossego para os moradores. A barragem também não indeniza os agricultores com condições necessárias. Uma propriedade de um agricultor acituado (situado) ele alimento (alimentou) a família inteira por toda a vida desdi (desde) filho, neto, bisneto... Qual o valor desta propriedade (?).

No final da década de 2000, para os agricultores a referência a problemas ainda não sentidos como os impactos ambientais, aumento de mosquitos, doenças, violência, o medo de não serem indenizados são elementos utilizados para justificar seus posicionamentos para que não seja construída a barragem. Por outro lado, deve ser chamada a atenção para o fato de que esses mesmos agricultores contrapõem as possíveis consequências os fatores que qualificam positivamente o local onde moram enumerando-os detalhadamente, a saber: a terra fértil, cacau, pastagem, acesso a água de qualidade. Eles evocam que estar ali tem um significado muito amplo.

Estar na terra, enquanto espaço de produção, de moradia, de onde se retira o alimento, local para criar os filhos e netos, de sociabilidade, enfim, valores além do monetário, é a garantia da felicidade. Os depoimentos acima apresentados funcionaram como afirmação por um lado, e, por outro como veículo de questionamentos: por que precisamos sair? Quais garantias que teremos em outro lugar? Retomando a linha de pensamento anterior, o Quadro Interpretativo foi se conformando em torno de diversos parâmetros, como a possibilidade de perder o controle da produção do próprio alimento, os laços sociais construídos, a história de vida no local. Enfim, são elencadas razões positivas de se viver no lugar em contraponto ao medo da mudança produto da instalação da barragem. É salutar dizer que no discurso passa a ser inseridos elementos de defesa do meio ambiente, pois alertam sobre os possíveis impactos ambientais ocasionados pela implementação do projeto.

Tarrow (2011, p. 117) está correto ao dizer que se engajam nos confrontos os que têm mais a perder, os que estão sob forte ameaça, tanto é que os repertórios de ação coletiva passam a se diversificar. Engajamento que acontece a partir da politização de identidades que fazem referência ao local de origem. Eles não são somente agricultores, mas sim agricultores da Volta Grande do Xingu, Cobra-Choca, Km 27, Ramal dos Penas, Vila Rica que estão posicionados no jogo em posição desprivilegiada, pois têm muito a perder. É nesse momento que inicia o processo de formação da identidade de resistência:

Identidade de resistência: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 2002, p. 24)³⁸.

³⁸ Castells (2002, p. 24), além da identidade de resistência, tipifica outras duas, a saber:

- “*Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.”

Tarrow (2009, p. 158) vê a luta como o momento propício para formação de identidades, pois neste momento as diferenças são escondidas e as demandas são centradas em torno do reconhecimento de valores comuns. De acordo com este autor “o que traduz o potencial de ação de um movimento é o reconhecimento coletivo dos seus participantes de seus interesses comuns (Idem, p. 22)³⁹.”

A identidade de resistência é encontrada no princípio do movimento dos atingidos por barragens, pois é constituída para a defesa de atores – considerados pelo poder dominante como custo (BENINCÁ, 2011, p. 94). Ou melhor, a consciência de que essas obras causam impactos negativos sobre suas vidas leva à formação da identidade coletiva (SCHERER-WARREN, 1996, p.88). Nesse sentido, Benincá ao estudar o MAB ressalta que “a identidade de uma organização social perpassa necessariamente pelas pessoas que a integram, os objetivos que buscam, as ideias que defendem, as estratégias que utilizam, os símbolos que adotam, a linguagem que empregam” (BENINCÁ, 2011, p. 94).

Esses elementos subsidiaram a manifestação de repertórios, traduzidos em sua essência nas mobilizações executadas: bloqueios na Rodovia Transamazônica, ocupação no canteiro de obras, protestos no rio, abaixo assinados. Na análise social dos confrontos políticos os repertórios são entendidos como “maneiras como as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhados” (TILLY, 1995b citado por TARROW, 2009, p. 51). Continua a análise dizendo que “repertório ajuda a descrever o que acontece, identificando um conjunto limitado de rotinas, compartilhadas e executadas através de um processo relativamente deliberado de escolha”(Idem, p. 51). Nesse sentido, parte das manifestações elencadas a seguir tratam de respostas ao avanço do processo de implantação da obra.

• *“Identidade de projeto:* quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”.

³⁹ Para Tarrow (2009, p.154-155) ao analisarmos as identidades coletivas temos que levar em consideração 4 pontos: 1. “Identidades ‘naturais’ ou ‘herdadas’ são quase sempre a base de agregação em movimentos sociais”; 2. “Os movimentos sociais exigem solidariedade para agir de forma coletiva e consistente e criar ou ter acesso a identidades em torno de suas reivindicações é uma maneira de fazê-lo”; 3. Ao passo que as reivindicações identitárias de “categorias” - a identidade coletiva - são utilizadas quase sempre como capa para distinção entre os membros do movimento e os de fora, “a solidariedade dos seus militantes é quase sempre baseada em comunidades mais íntimas e especializadas”; 4. Movimento construído em torno de identidades com laços fortes facilita a organização, “mas ela não pode fazer o trabalho da mobilização, que depende de enquadramento interpretativo das identidades de tal forma que elas conduzam a ação, a alianças e à interação”. Isto é, segundo Tarrow (2009, p. 145), para haver mobilização é necessário que haja a identificação de descontentamentos e mais do que isso, que as pessoas organizadas em torno das identidades avaliem e elaborem reivindicações em torno dos mais significativos.

Os três bloqueios na rodovia BR-230 (Transamazônica) são as mobilizações de maior repercussão de que agricultores e outros atores fizeram parte. O primeiro ocorreu em 21 de abril de 2010, após a realização do leilão para a construção da barragem. Agricultores mobilizados e entidades da região impediram o tráfego, no km 45, local conhecido como descida dos Ciganos, da rodovia Transamazônica durante aproximadamente 10 horas. A veiculação no Jornal do Estado de São Paulo descreve em parte o caráter do ato:

O bloqueio da Transamazônica começou por volta das 8h30. E foi parcial, porque todos os motoristas que alegavam estar com alguma pessoa doente recebiam permissão para passar. E quando passava um, outros seguiam atrás, sem ser incomodados. Logo a fila acabava. Só por volta do meio-dia, com reforço enviado pela Prelazia do Xingu, comandada por dom Erwin Krautler - radicalmente contrário a Belo Monte -, os manifestantes conseguiram evitar a passagem dos veículos. Mas levaram seu protesto somente até o fim da tarde (DOMINGOS, 2010).

No mesmo ano, houve outro bloqueio no dia 21 de junho, um dia antes da visita do presidente Lula. Desta feita, participaram agricultores e indígenas que pretendiam chamar atenção para que se lembrasse das promessas por ele proferidas em reunião na capital federal, e que não foram cumpridas.

A terceira mobilização ocorreu após o seminário “Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu” ocorrido em Altamira nos dias 25 e 26 de outubro de 2011. Foi decidido em Assembleia o ato de bloqueio da Transamazônica e ocupação do canteiro de obras por aproximadamente 300 participantes, dentre agricultores, indígenas, estudantes e representantes de outras entidades sociais no dia 27 de outubro de 2011 (Figura 11). Na oportunidade foi apresentada a **Declaração da Aliança do Xingu contra Belo Monte**. Na declaração a demanda da mobilização era assim expressa: “exigimos que o governo envie para cá um representante com mandado (mandato) para assinar um termo de paralisação e desistência definitiva da construção de Belo Monte” (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2011a).

A ocupação durou aproximadamente 10 horas e foi interrompida quando advogados da Norte Energia e oficial de justiça apresentaram documento equivalente à reintegração de posse do canteiro de obras, salvaguardados por policiais militares e força nacional. Segundo o Movimento Xingu Vivo a intenção era de criminalizar as lideranças, porque mesmo o documento não se referindo a pessoas específicas, os advogados da empresa queriam que as lideranças se apresentassem para se tornar responsáveis por qualquer dano ao patrimônio, respondessem processo e pagassem multa de R\$ 500,00/dia/pessoa que permanecesse no

canteiro (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2011b). A intimidação surtiu efeito e foi decidido encerrar a mobilização por volta de 19 horas.

A expressão dos repertórios requer a coordenação de atos. Os fechamentos das rodovias, por exemplo, só foram possíveis a partir do momento em que havia recursos (transporte, alimentação, combustível, faixas) disponíveis para isso. No caso em estudo os camponeses realizavam reuniões preparativas antes da realização dos eventos, onde eram discutidos o local, os objetivos da mobilização, distribuídas tarefas entre os membros do grupo, enfim, tudo era preparado. As pessoas utilizaram os recursos disponíveis na própria localidade, principalmente na questão da alimentação que eram conseguidos juntos aos membros do grupo e compartilhados na hora do evento.

A respeito das mobilizações os agricultores citam que tinham dificuldades, pois tratava-se de algo até então inédito em suas vidas. Papel fundamental assumem o MAB e MXVPS que atuam na instrução da melhor maneira de proceder nestes momentos.

Os coordenadores tem prática assim no caso de uma mobilização, como fazer a mobilização, explica pra nós o momento, o coordenador no dia que ele foi ajudar nós no dia do fechamento da Transamazônica ele disse que até 72 horas nós tinha direito, depois de 72 horas as coisas poderia modificar pra nós. E ajudavam um pouco também nas horas principal que chegava polícia, eles pedia pra nós não se intimidar que nós tinha direito, eles já tem prática, né? (SEVERINO, 2011)

A resistência, portanto, é um aprendizado. Não podia ser diferente, uma vez que, os agricultores vivem num campo em que o *habitus*, no sentido dado por Bourdieu (1989, p. 61), é diferente do que se requer na luta. Atos como falar em público, organizar ações de mobilização, sensibilizar pessoas, negociar, requerem uma preparação. Neste caso as pessoas que participam do MAB e MXVPS atuaram na formação de lideranças dentro das localidades. “O pessoal do MAB fez curso de direitos humanos” (SEVERINO, 2012). Entretanto, a disposição para deixar o trabalho na terra para participar de cursos, de eventos, de mobilizações é uma tarefa que poucos se dispuseram a fazer.

A busca de alianças com os Povos Indígenas são marcas do processo de resistência dos agricultores, conforme se pode deduzir da Carta destinada aos índios na ocasião do Segundo Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em 2008 (Ver Anexo II):

Nós agricultores e ribeirinhos declaramos aos povos indígenas que a luta contra o projeto de Belo Monte é uma batalha de todos e devemos nos unir para poder barrar esse projeto destruidor de vida e de nossa mãe natureza. Nós estamos muito próximo de um grande conflito que poderá acontecer caso o governo e as empresas

continuem desrespeitando os povos indígenas e as comunidades tradicionais da região. Portanto, declaramos que qualquer decisão que será aprovada nesse encontro, nós apoiaremos desde já e estamos dispostos a lutarmos juntos em defesa do nosso rio Xingu, por acreditamos que a nossa união é importante e assim venceremos.

A ação dos Povos Indígenas no ano de 1989 fez com que os agricultores acreditassem que por serem índios havia grande possibilidade de que o projeto fosse barrado novamente. São muitas as menções aos índios durante os depoimentos. Expressões como: “Os índio[s] tem poder. Se eles quisesse[m] eles barrava[m] Belo Monte” (ROSA, 2012). “Eles falavam que tinha[m] seiscentos guerreiros prontos para guerra” (SEVERINO, 2012). Neste sentido, havia a expectativa pela ação dos indígenas, na qual os agricultores se juntariam para reforçar a luta. Uma espécie de revolta em que índios e camponeses lutariam juntos e poriam fim ao imbróglio causado pelo projeto da barragem. Parece ser essa a grande frustração de quem resistiu ao projeto, uma vez que para eles, nos momentos em que achavam oportunidade de protestar, os índios não apresentaram a robustez de outrora.

Essas mobilizações foram direcionadas para a resistência ao projeto hidrelétrico de Belo Monte. No espaço entre essas ações, mais precisamente em 16 de maio 2011, foi fundada a Associação dos Agricultores da Volta Grande do Xingu (AGRIVOX⁴⁰). O seu quadro de sócios era composto por 60 associados, sendo a sua maioria da Localidade São Raimundo Nonato. Segundo membro da organização:

A primeira ideia de criar quem deu foi o Juarez, um agricultor daqui. Aí nois demos a continuidade do trabalho, fizemos umas reunião e aí o pessoal escolheu a diretoria. Foi depois que nós criamos essa associação de um ano pra cá. Aí a gente decidiu reivindicar os direitos da gente (LINO, 2012).

Outro entrevistado complementa que a criação da associação foi iniciativa de lideranças que vinham participando de manifestações e luta contra o projeto. Segundo ele: “eram as lideranças principais, pessoas assim, de coragem de dizer não ao projeto e, se o projeto continuasse, lutar pelos direitos do agricultor” (SEVERINO, 2011). Diante disso, dois eram os objetivos da associação: o primeiro se referia à luta propriamente dita, ou seja, agregar as pessoas para se manifestarem contra a construção da hidrelétrica. O segundo era reivindicar para que fossem garantidos os direitos dos atingidos pela construção da Hidrelétrica. Esse último é assim expresso por um agricultor associado: “O objetivo era pra,

⁴⁰ Na época que estava fazendo a pesquisa a AGRIVOX estava desativada.

era um termo de organização pra gente, assim, no dia que sair o primeiro sair até o derradeiro dos membros da associação” (LINO, 2012).

4.3 A FASE DA EXPROPRIAÇÃO: DESMOBILIZAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO SOCIAL

Um processo autoritário. Essa é a maneira como o projeto de Belo Monte concretiza-se perante as localidades estudadas. Olhado de perto fica evidente que as reivindicações dos agricultores foram ignoradas. Reescrito de outra forma, a expropriação ocorre de maneira silenciosa e a desestruturação social paralelamente a esse processo. Com negociação partindo para o viés individual, as organizações, no caso em estudo a AGRIVOX e o MXVPS perdem ao mesmo tempo a base e o poder de representação, uma vez que as famílias tratam diretamente com a empresa.

Esse tipo de negociação assemelha-se com a resolução negociada (ACSELRAD; BEZERRA, 2007). Esses autores entendem-na como um processo de:

despolitização dos litígios através de táticas de negociação direta capazes de prover, segundo sua terminologia, “ganhos mútuos”. Tratar-se-ia, portanto, de psicologizar o dissenso, prevenindo conflitos e tecnificando seu tratamento através de regras e manuais destinados a transformar os “pontos quentes” em “comunidades de aprendizado” ACSELRAD; BEZERRA, 2007, p. 02-03).

Um detalhe característico da resolução negociada, de acordo com Acselrad e Bezerra (2007), é que o fechamento do acordo evita que a questão seja tramitada pela via judicial. No caso de Belo Monte, os acordos são extra judice, mas há exceções. Quando as partes não concordam quanto ao valor da indenização, a empresa recorre ao princípio da utilidade pública. O fato passa a ser processado na justiça, o dinheiro é depositado em conta judicial e as famílias são forçadas a desocupar a área. Nestes casos, a desmobilização no local faz a diferença. Nas localidades onde o tecido social está despedaçado, as famílias são entregues à própria sorte enquanto o processo se arrasta nas Comarcas. Diante disso, é na violência psicológica manifestada pelo medo de saírem sem quaisquer compensação que os acordos são instaurados.

A retirada dos agricultores teve início com a instalação do canteiro de obras, seguido pela abertura de estradas até que se chegue às escavações e outros serviços de engenharia. Essas foram maneiras mais comuns pelas quais iniciaram as desapropriações. No início dos meses de fevereiro e março de 2011, após a concessão da licença de instalação dos

canteiros de obras, foi iniciado o processo de negociação das terras localizadas nas proximidades da Vila Santo Antônio, a cerca de 50 km da sede do Município de Altamira.

Para os agricultores que fizeram resistência ao projeto o início da obra e a indenização das terras para os canteiros de obras foi o passo inicial e decisivo para a desmobilização. “As indenizações do canteiro de obras saíram rápido e os valores foram altos” (SEVERINO, 2012). Ou seja, a base de sustentação da resistência dos agricultores passou a ter dúvidas em relação à causa, uma vez que a referência que tinham era de que poderiam sair a qualquer custo da terra, fato que não se concretizou no primeiro momento em que as indenizações foram céleres e as licenças eram concedidas a todo custo, mesmo com as mobilizações. A partir desse momento, o que era dúvida passa a ser o começo de expectativa positiva. “Depois que saiu as primeiras indenização do canteiro de obra, lá no Santo Antônio, todo mundo só falava em milhão” (JOSÉ, 2012).

No levantamento a expectativa positiva é relatada no caso da Hidrelétrica de Tucuruí por Magalhães (2007, p. 203):

o tempo do levantamento é descrito, observando que, como se trata de um período longo, ele começa com uma expectativa positiva que vai se desconstruindo, em sintonia com as inflexões dos procedimentos operacionais da empresa (MAGALHÃES, 2007, p. 203).

O cadastro nas propriedades em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas, isto é, o *tempo do levantamento* iniciou logo posteriormente á desapropriação das terras pra a instalação do canteiro de obras.. Durante esse processo os agricultores que participavam da AGRIVOX solicitaram que a Norte Energia comparecesse para esclarecimentos referentes à tabela de preços que a empresa lhes impunha. Era o espaço para relatar a parte onde achavam que estavam sendo lesados. A principal reclamação se referiu à não participação dos agricultores na elaboração da tabela de preços, de tal forma que as discussões giraram em torno da classificação que constava na tabela com relação ao cacau tradicional R\$12,31/pé e incentivado R\$ 96,00/pé⁴¹, os plantios de essências florestais dentro do cacau não estavam sendo pagos, pastagem de R\$1200,00/ha, as plantas cítricas com valor muito baixo, dentre outras reivindicações. Um agricultor relembra sua reivindicação na reunião:

Eu declarei que tá muito errado, porque nós agricultores da Volta Grande do Xingu não plantamos cacau por tradição [...] O que tá acontecendo é que a Norte Energia tá fazendo cadastro, chegando na

⁴¹Segundo Severino o critério usado pela empresa refere-se a: cacau incentivado é o que no manejo são feitas limpezas, podas, adubações, dentre outros. Já no tradicional presume-se que é pouco manejado.

propriedade onde tinha cacau, plantio de cacau que eu mesmo conheço com banana, plantio de mogno dentro, zelado na enxada e colocando tradicional, inclusive tem uns vizinhos meus que fizeram dessa forma (SEVERINO, 2011).

Ele complementa falando do preço pago na área de pastagem: “Muito barato, porque agricultor que tem só o pasto não consegue comprar outra fazenda na mesma distância” (SEVERINO, 2011). Com poucas exceções, as adequações à tabela de preços propostas pelos agricultores foram mal fadadas, segundo um deles: “pro cacau não era uma coisa boa porque o cacau é bem dizer pra quase toda vida e aí não foi tão bom o preço, tinha as matas também que era pra eles pagarem e não chegaram a um acordo de jeito nenhum. Aí ficou por isso mesmo” (ELIZEU, 2012).

O cadastro continuou e as primeiras indenizações ocorreram. No caso de São Raimundo Nonato dentre as primeiras famílias que saíram encontrava-se a liderança que presidia a AGRIVOX. O presidente ter saído antes das outras pessoas não foi bem recebido na localidade. Alguns dizem que isso foi contra o objetivo da coletividade que era o de saírem todos ao mesmo tempo. Um casal de agricultores resume, respectivamente, momentos de luta contra o projeto, os objetivos da associação e o sentimento em relação à saída do presidente:

R: A senhora participou de alguma manifestação?

F: Eu esqueço, nós fomos uma vez para Itaituba, Santarém e Brasília pra manifestar contra, ia eu, o seu Francisco foi uma vez, a dona Maria sempre ia mais eu e o Zé que era o presidente da associação que dizia que era contra, mas quando chegou a hora ele caiu fora. (FRANCISCA, 2012)

R: Qual o objetivo de vocês criarem a associação [AGRIVOX]?

P: O objetivo era pra todo mundo receber as coisas certinhas, a terra, cacau, plantação de banana, era unir força pra receber as coisas porque uma andorinha só não faz verão, junto é muito mais fácil (PEDRO, 2012)

R: Como está a associação hoje?

P: Acabou, o presidente recebeu o dinheiro dele e caiu fora e o vice era um ex vereador político e não quis se meter com isso, o negócio dele era pegar dinheiro. (PEDRO, 2012)

Na visão dos agricultores ter a associação era uma forma de empoderamento que lhes permitia acesso para negociar de forma coletiva com a empresa. O fato da associação não estar funcionando traz o campo da negociação para a forma individualizada. Para retomar o sentido da resolução negociada, na negociação direta com as famílias, o embate de forças é muito desigual, os camponeses por diversas razões estão em desvantagem; diante disso, faz sentido a afirmação “junto é muito mais fácil”.

Quando começa a desagregação do tecido social, ou seja, algumas famílias saem, e os prazos firmados entre agricultores e empresa não são cumpridos, ocorre uma passagem entre

o período de euforia e expectativa positiva para a dúvida em relação às indenizações. A saída das pessoas que nas dificuldades se ajudam, principalmente vizinhos e familiares é fator de fundamental importância para entendermos o esfacelamento da mobilização dos agricultores nas localidades estudadas. Mesmo quem não participava das ações de enfrentamento perde o referencial de quem fez, ou melhor, as possibilidades de lutar coletivamente são reduzidas. No ramal dos Penas um agricultor relata esta dolorosa experiência:

R: E a sua família? Já saiu alguém da sua família?

S: Já. Hoje nós temos aqui somente eu e o filho, meu pai com um irmão meu que morava com ele, e um sobrinho que mora com meu pai.

R: Vocês eram quanto irmãos?

S: Nós era quatro irmão e uma irmã. Tudo morava aqui. Os lotes deles era aqui de frente. Meu cunhado morava aqui de frente, outro irmão meu era bem ali perto do véi meu pai. Era tudo aqui, a família reunida. Um socorria o outro (JOÃO, 2012).

Figura 13 - Casa no Ramal dos Penas, visita em julho de 2012.



Fonte: Pesquisa de Campo.

Fotos: Ricardo Maia, 2012.

Figura 14 - Visita em novembro de 2012 após a retirada da família e demolição da casa.



Fonte: Pesquisa de Campo

Foto: Gutemberg Guerra, 2012.

Reconstroem-se os referenciais de justificação da permanência no local. A comparação entre antes e depois de iniciarem a obra está presente nos depoimentos, representados sobremaneira através do imbróglgio da negociação, as mudanças físicas do lugar, mudanças sociais – como a instalação de casa de prostituição - o trânsito de máquinas, as explosões. A figura 16 exemplifica algumas dessas situações. Na primeira, ao canto esquerdo superior do mosaico, vê-se parte da frota de caminhões mobilizada para os trabalhos de movimentação da terra nas estradas e canais. Na segunda, acima e à direita um prostíbulo organizado sob a fachada de danceteria. Em março de 2013 as manchetes de jornais televisos e escritos davam conta de as garotas serem escravizadas para a exploração da atividade sexual nestas casas localizadas ao lado do canteiro de obras. Na terceira fotografia pode-se ter uma ideia da movimentação de terras feita para adequar o terreno às necessidades da barragem e na quarta fotografia, à direita e abaixo, veem-se troncos de árvores retiradas.

Figura 15 - Exemplos de modificações ocorrentes na área de pesquisa.



Fonte: Pesquisa de Campo

Fotos: Gutemberg Guerra, 1º de novembro de 2012.

Os depoimentos destacam a situação de desconforto e ao mesmo tempo denunciam:

Antes nós tinha uma vida...Toda vida tinha a vida boa, mas sempre sabendo que a gente tem aquela esperança de melhorar, de ter um futuro na vida. Igual eu já falei, tentando fazer um começo de vida para no tempo da velhice da gente ter uma reserva para conservar os dias de vida e também fazer pros filhos, deixar pros filhos. É isso que era nossa vida. Nós tinha uma vida de paz, trabalhosa, luta, andar de pé, distancia longe que nós não tinha estrada nem nada. Uma vida de paz, entendeu como é que é? Uma vida despreocupada. A preocupação nossa era o trabalho e no futuro assumir nossa responsabilidade. Então, nós não tinha essa dor de cabeça, com uma coisa e com outra igual nós tem hoje (JOÃO, 2012).

Outro complementa:

Primeiro eles tinham que organizar tudo direitinho pra depois começar o serviço deles, outro dia eu fui mais ela [a esposa] no CNEC e a gente ficou ali, parados mais de meia hora, porque tinha uma máquina deles atolada lá, e foi juntando gente que queria passar e não conseguia passar. Quer dizer que de todo jeito eles tão atrapalhando o

povo. O certo era eles tirar o pessoal pra depois fazer o serviço deles, eles ficam trafegando pra lá e pra cá. Uma hora passa uma criança ou um idoso e vem um carro desses de lá pra cá, então eu acho que eles tão agindo errado. Eu falei um dia desses pro Ronaldão da Norte Energia: vocês não tão agindo como era pra ser, que o certo era vocês desocupar a área do pessoal que vai atingido e fazer o serviço à vontade, mas trabalhar no meio de gente, criança indo pra escola, agricultor andando no meio daquelas máquinas (GREGORIO, 2012).

A incerteza quanto ao pagamento das indenizações, principalmente devido ao descumprimento dos prazos é o sentimento que vigora entre os agricultores.

O rapaz que veio fazer avaliação, dois rapazes que vieram, eles fizeram três cadastros, um econômico um sócio econômico e outro em Altamira. Aí eles falaram que se fizesse mais coisas não era bom, não! Talvez eu nem recebesse e com três mês podia sair o de lá. Essa ajuda tá errada, pra mim tá errada porque eles deviam fazer o cadastro e já pagar as pessoas. Eles deram um prazo de três meses mas até agora nada e já vai fazer ano que foi feito o cadastro (PEDRO, 2012).

A divisão de trabalho das empresas que realizam a obra, o desencontro de informações e a angústia gerada pela incerteza dão o tom de embaraço com que as operações vão sendo feitas:

Quando eles tornou vim de novo pra construção dela, aí é que foram fazer umas pesquisas pro canal, ai começaram a dizer que só ia atingir uns três quilômetros pra cá e isso aqui ia ficar no centro do canal, depois já ia atingir quase dez quilômetros pra cá. Aí daqui já vai lá perto da faixa. Aí começou a mentira e de lá pra cá é só mentira até hoje. Disseram que eu ia sair daqui com 15 dias, vai fazer um ano dai pra cá vem só me enrolando, eles não querem pagar e não querem que a gente faça mais nada porque eles não vão pagar. Impedem a gente de trabalhar e não dão nada pra gente. Eu digo pra eles que eu não pedi pra sair daqui e se for pra me pagar que me pague logo. Eu não assinei papel pra fazer graça, não! Eu assinei pra receber e eles ficam na sem-vergonhice deles dizendo: não, isso é com fulano pra acolá, ai eu disse pra eles que eles tão querendo fazer a gente de palhaço por que quando eles vão na casa da gente eles dizem que qualquer problema a gente pode procurar fulano porque lá eles resolve. Quando a gente chega lá eles ficam mandando a gente pra um lado e outro (CARLOS, 2012).

Na situação de desmobilização encontrada no momento da pesquisa em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas, as famílias estão largadas à própria sorte. A definição que explica com maior rigor é a que engloba sentimentos de incerteza e medo diante das mudanças que ocorrem nesses locais. Tentativas de mobilizar são rapidamente minadas diante das estratégias utilizadas pela empresa, algumas das quais já explicitadas anteriormente. Em tempos de democracia no país, na Volta Grande do Xingu muita coisa acontece sob a ditadura

das empresas. A vozes que reclamam e que denunciam são sobrepujadas pelos ruídos da propaganda do desenvolvimento a qualquer preço. Diante disso, se verá adiante a apresentação da situação vivida por atores sociais que costumam se autodenominar de ribeirinhos ou beiradeiros. Eles também são da Volta Grande do Xingu, lá também se fala em barragem, mas pra eles Belo Monte é apenas parte dos problemas.

5 O CERCO ESTÁ SENDO FECHADO: AS DUAS FRENTES DE EXPROPRIAÇÃO NA VOLTA GRANDE DO XINGU

Na Grande Volta do rio Xingu há duas grande frentes de expropriação da população que habita a região. Seguindo o percurso através do leito do rio ao norte das localidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo está em fase de construção o grande paredão conhecido por Ensecadeira, que reduzirá significativamente a vazão do Rio Xingu; ao sul está localizado o projeto de Mineração Volta Grande⁴² que se instalará após a saída dos garimpeiros que trabalham com tecnologia precária para exploração com máquinas sofisticadas. A interpretação de um camponês entrevistado é muito precisa na atual conjuntura vivida no local: “Estou como numa prensa, de um lado a barragem e do outro a firma [mineradora] quer me tirar” (MARCOS, 2012).

As duas áreas de estudo neste trabalho apresentam semelhança significativa no decurso do tempo em relação à construção da barragem. A diferença maior já citada no parágrafo anterior é que os moradores da possível área de vazão reduzida estão diante de interesses de grandes empresas que se conjugam na maneira como veem os atributos naturais, ou seja, trata-se de frentes de exploração que nada percebem além de recursos e a maneira de acessá-los a todo custo, independente de quem e o que esteja no caminho. Por exemplo, as pessoas que moram no local nada são além de empecilhos, ou como diz Bermann (2012), ao se referir especificadamente ao projeto de construção da hidrelétrica, “populações indígenas e as populações ribeirinhas tradicionais foram deliberadamente colocadas à margem do processo de discussão da obra” (BERMANN, 2012, p. 11).

⁴² O projeto Volta Grande é planejado pra ser instalado no município de Senador José Porfírio aproximadamente a 50 km da sede do município de Altamira, nas proximidades da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo. Segundo o Rima (2012, p. 2) “trata-se de uma operação de lavra a céu aberto em bancadas, com uma rota de processo tradicional no beneficiamento do minério de ouro. Em função das características do minério e sua distribuição espacial no jazimento, foi verificada a alternativa de uma lavra subterrânea, porém esta foi descartada devido, principalmente, aos custos associados”.

O processo de implantação dos dois projetos no local é cercado por engodos em torno das melhorias para o local. No entanto, o que se vê é uma população em que perdura a dúvida em relação ao que acontecerá no período pós a implantação dos projetos. Sobretudo, em relação à barragem, uma vez que o projeto foi alterado, existem dúvidas em relação aos projetos que não foram possíveis de esclarecer nas audiências públicas, que em tese teriam esse fim.

Quando eu cheguei no tempo do garimpo em 83 que eu vim trabalhar a primeira vez já tinha a CNEC, ai já diziam que aqui ia ser construído[a] uma hidrelétrica muito grande mas isso era história. Aí quando eu já tava morando aqui no governo do Fernando Henrique Cardoso ele deu linha verde pra construção, foi em rede nacional que ele falou que ia ser construída a Hidrelétrica Belo Monte. Nessa época eu ainda plantava coisa ali em baixo, aí quando eu vi que o negócio ia sair eu disse agora o negócio é tudo aqui pra cima, com certeza aqui não vai atingir porque o lago vai ficar lá em baixo [...] Passaram aqui, fizeram o cadastro sócio econômico, fizeram toda medição, agora só que eles não vêm falando a verdade, agora que querem botar a verdade no meio, porque tão fazendo aquela ensecadeira ali em cima que é aquela barragem. Aí o cabra disse assim: seu Cesar, esse pau bem aí fica dentro de água na enchente! Eu disse: não senhor, eu não plantei nada dentro de água! Aí eu disse: _Segundo minha experiência aqui vai ser construída a terceira barragem maior do mundo! A primeira é na China, a outra de Itaipú e agora essa. Então esse lago aqui era 516 quilômetros baixaram pra 510. Aí ele disse: Não, a barragem vai ser ali em cima! Eu disse: _Moço, ali vai ser a barragem de contenção. Ai eu disse: A barragem principal não é lá em baixo, na cachoeira, em Belo Monte mesmo? _Ele disse: _ É! Eu disse: _Então por onde vai passar essa água, se é a terceira maior do mundo? Aí ele disse que a água vai ficar reduzida. Aqui no meu lote já botaram uma pedra de cimento com uma chapa de bronze ou de cobre, não sei bem de que é, em cima escrito: Centrais Elétricas do Norte do Brasil. Aí, protegido por lei, aí o rapaz disse que é pra monitorar a área, ai eu não sei como vai ser mas se o governo precisar a minha decisão é essa: me pagar! Me perguntaram se eu já tenho uma base de quanto vale mas eu ainda não sei. Pode eu pedir muito e pode eu pedir pouco. Se a empresa precisar traz um técnico pra avaliar, aí eu mostro. A Belo Sun andou fazendo uma vistoria, a ELETRONORTE não quer mexer com isso aqui porque aqui vai ser uma mina, agora se essa mina vai pegar minha terra eu não sei, porque a área do garimpo mesmo é pra ali (CESAR, 2012).

A situação complexa expressa na citação acima e nas muitas indagações dos moradores da região sobre os projetos de investimento em vias de instalação no local requer um questionamento sobre dois pontos muito importantes: como definir quem será ressarcido pelos danos ocasionados? Como os camponeses excluídos dentre os possíveis atingidos reagem a construção do empreendimento? Esses questionamentos serão discutidos, sem

perder de vista o diálogo com a perspectiva camponesa, o entendimento do conceito de atingido e a mobilização camponesa neste contexto.

5.1 “NÓS SOMOS MAIS ATINGIDOS”: AS CONTROVÉRSIAS DE UM CONCEITO POLISSÊMICO

A expressão “Nós somos mais atingidos” foi dita pro Elias (2012), morador da localidade Vila do Galo, É a partir dela que iniciamos a discussão desse tema relevante para o debate em torno da implementação de grandes projetos de investimento. Ser ou não ser atingido, eis a questão. Não bastassem todos os imbróglis em torno dos estudos, interesses e na decisão de instalação de Grandes Projetos, é na fase de instalação, após aprovadas as Licenças Prévia e de Instalação pelos órgãos ambientais do estado, que inicia-se a discussão sobre quem de fato deverá ser indenizado por danos diversos ao seu modo de vida, os atingidos. Diversas perguntas são constantemente levantadas, tais como: o que significa ser atingido? Atingido é quem tem as terras ou casas alagadas? Atingido é o proprietário? Atingido é quem paga altas tarifas de energia? Essas e outras indagações tornam esse conceito complexo e de suma importância, pois há uma heterogeneidade de atores afetados direta e indiretamente por barragens para geração de energia elétrica ou outros empreendimentos. Acima de tudo, o que está em jogo é a manutenção social, ou seja, trata-se de vida.

No que diz respeito às construções de hidrelétricas no Brasil a concepção que se tinha era a territorial-patrimonialista. Nesta perspectiva os detentores dos direitos de indenização eram os proprietários de terras, que eram desapropriadas por interesse público (BENINCÁ, 2011, p. 118; VAINER, 200?, p. 02-03).

Nesse caso os impactos ambientais e sociais eram desconsiderados. “na verdade, a perspectiva territorial-patrimonialista vê a população como um obstáculo a ser removido, de modo a viabilizar o empreendimento” (VAINER, 200?, p. 03).

Com o tempo a concepção hídrica passou a ser utilizada. Nesta, atingidos são os que estão na área de inundação do empreendimento, ficando de fora as áreas no entorno das áreas alagadas (BENINCÁ, 2011, p. 119; VAINER, 200?, p. 03-04). De acordo com Vainer (2003) a desconsideração dos que não serão afetados exclusivamente pelo alagamento mascaram situações que podem ser tão graves quanto a dos desalojados.

Para Vainer (200?, p. 06-08) as visões patrimonialistas ou hídricas são ultrapassadas pelas concepções de agências multilaterais como o *International Financial Corporation* (*Braço privado do Grupo Banco Mundial*) que considera “as pessoas que são fisicamente ou economicamente Deslocadas”; o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID que além

dos compulsoriamente deslocados também inclui as populações anfitriãs dos reassentamentos; e o Banco Mundial que inclui entre os atingidos os que terão

(a) perda involuntária de terra resultando em: (i) realocação ou perda de abrigo; (ii) perda de recursos ou acesso a recursos; ou (iii) perda de fontes de renda ou meios de sustento, se as pessoas afetadas têm que se deslocar ou não para outra localização; ou, (b) restrição involuntária de acesso para parques legalmente designados e áreas de proteção que resultam em impactos adversos nos sustentos das pessoas deslocadas (WORLD BANK, 2001 citado por VAINER, 200?, p. 07)

Na mesma linha amplificada a Comissão Mundial de Barragens trata de atingidos os deslocados, sendo deslocamento entendido de forma física quando dos modos de vida (VAINER, 2003, p. 08), ou seja, todos os que de alguma forma tem sua vida alterada devem ser incluídas dentro do conjunto dos atingidos.

De acordo com Benincá (2011, p. 119) desde 1992 a Eletrobrás incorporou a “idéia de mudança social em alusão aos atingidos por barragens e atribuem a responsabilidade ao setor elétrico de ressarcir danos causados a todos quantos forem afetados por seus empreendimentos”. No entanto, no plano prático as empresas não seguem necessariamente a concepção social empregando indenizações com base nas definições territoriais e hídricas (BENINCÁ, 2011, p. 120; VAINER, 200?, p. 11).

Aproximando a discussão para o plano do AHE Belo Monte, é possível dizer que, principalmente em função de pressões da sociedade civil organizada, há a utilização de uma concepção mais ampla no que diz respeito às compensações, pelo menos no plano da propaganda dos empreendedores. Na prática, até mesmo porque o projeto é cercado de incertezas no ponto de vista dos impactos na área de vazão reduzida, impera a visão territorial que inclui, sobretudo, as pessoas que estão na área alagada, conforme mostrado no capítulo anterior. Segundo Bermann “o projeto se adequa aos projetos hidrelétricos em voga, de desconsiderar as consequências sociais e ambientais das populações não inundadas ou “afogadas” pela formação dos reservatórios” (BERMANN, 2012, p. 10).

Nos EIA-RIMA não são mencionados atingidos, pois os impactos são classificados de acordo com Áreas de Influência, que são 3: Área de Influência Indireta - AII, Área de Influência Direta - AID e Área Diretamente Afetada – ADA.

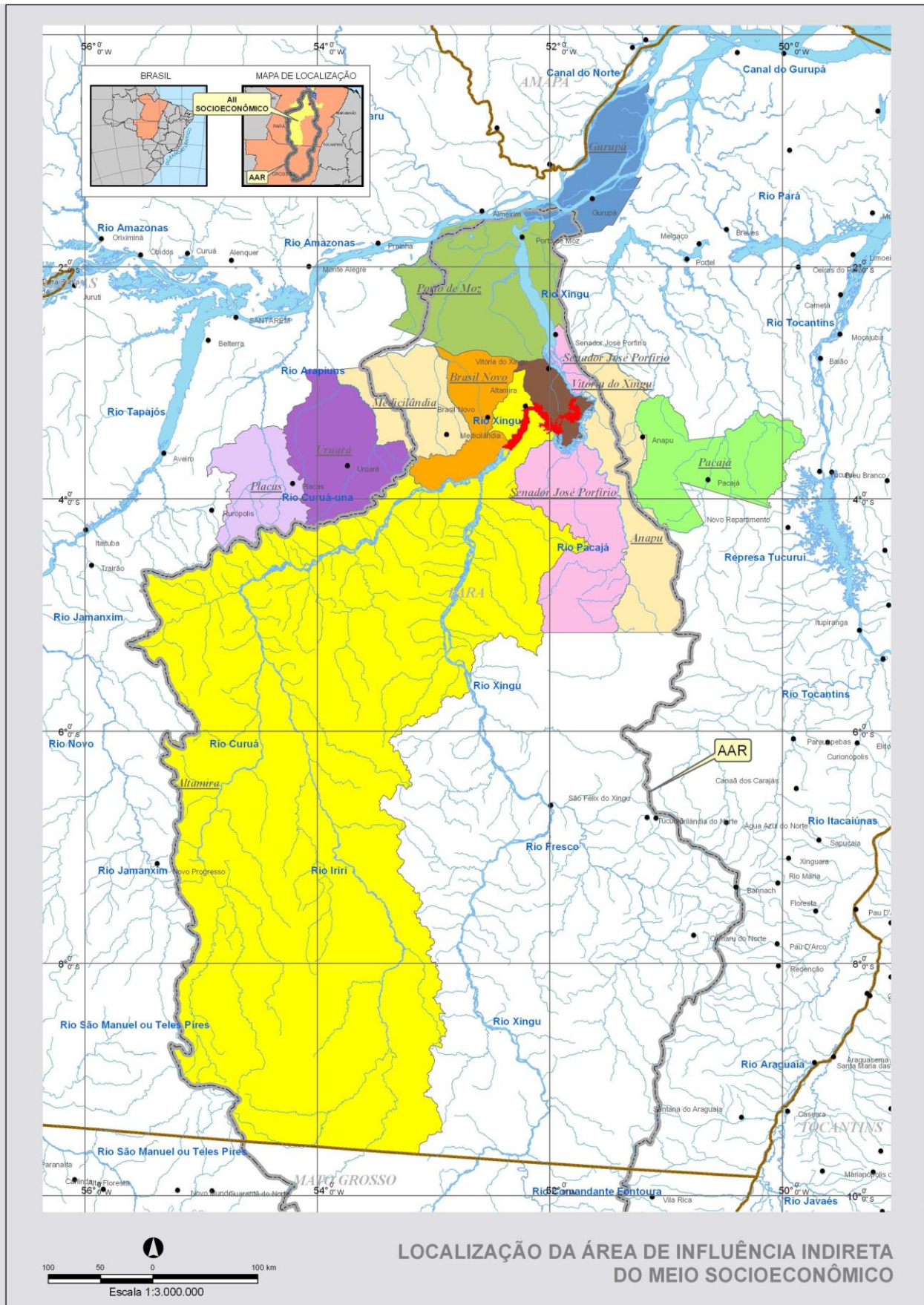
Vindo do geral para o particular “todos os municípios que compõem a Região de Integração Xingu⁴³ estão incluídos na Área de Influência Indireta” (MAGALHÃES et al.,

⁴³ “Definida pelo Governo do Estado do Pará, compreendendo: Altamira, Senador José Porfírio, Anapu, Vitória do Xingu, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Uruará, Brasil Novo, Gurupá e Medicilândia” (EIA AHE Belo Monte, 2008b, p.04)

2009, p. 31) (Figura 17). Dentre esses municípios 5 estão dentro da AID (Figura 18), Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Brasil Novo e Anapú, sendo esta definida como:

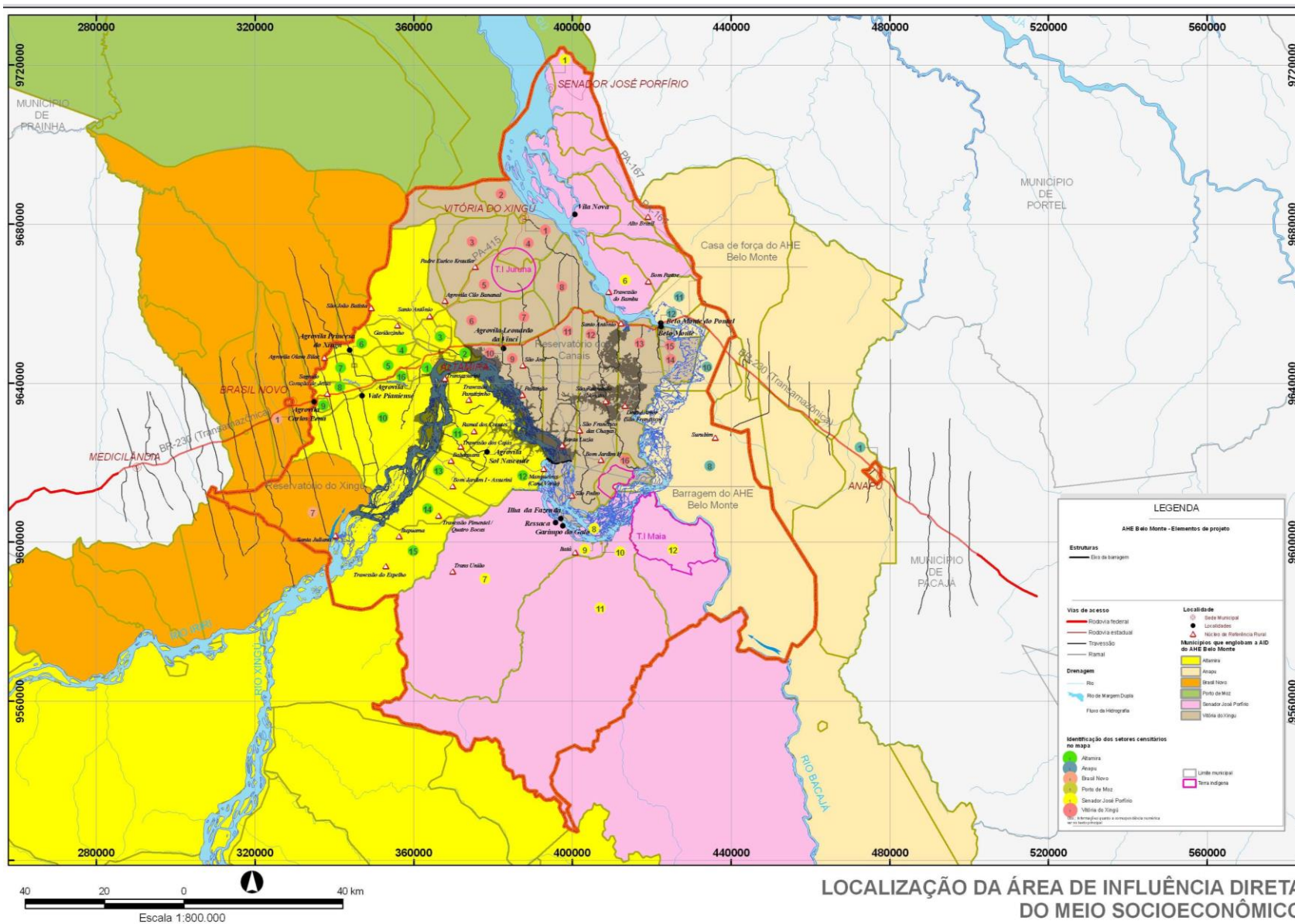
A área onde se darão os impactos diretos da implantação do empreendimento, considerada a partir da apreensão das dinâmicas socioeconômicas da organização do espaço que, para o território em estudo, possuem como principais elementos estruturantes os aglomerados humanos das sedes municipais e alguns povoados, os núcleos rurais de referência, os eixos rodoviários de articulação regional - Transamazônica (BR 230), Transassurini e PA 415, que liga Altamira à Vitória do Xingu -, e o rio Xingu (EIA AHE Belo Monte, 2008a, p. 50).

Figura 16 - Localização da Área de Influência Indireta



Fonte: (EIA AHE Belo Monte, 2008a, p. 58)

Figura 17 - Localização da área de Influência Direta

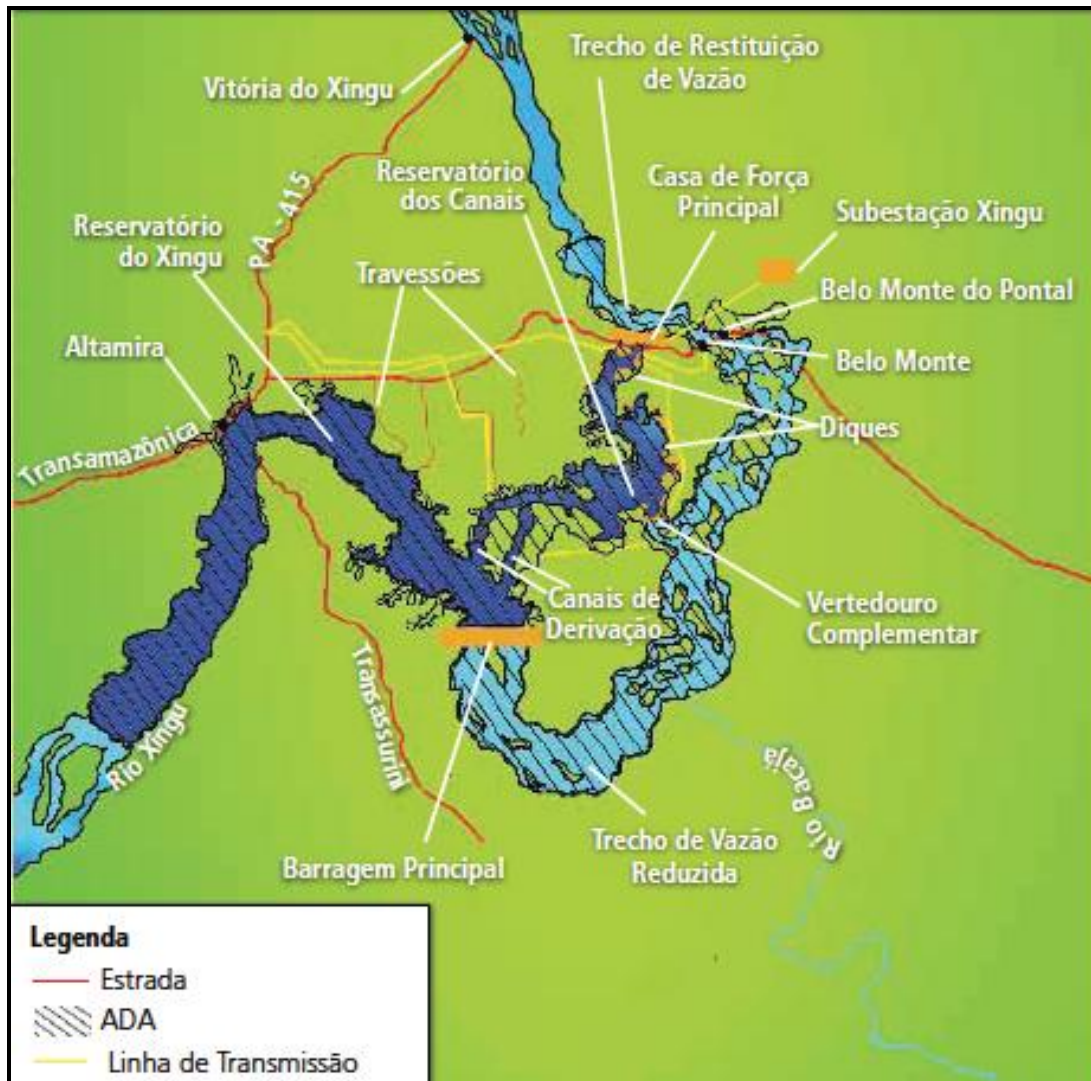


Fonte: (EIA AHE Belo Monte, 2008a, p.53)

Por último a ADA (Figura 19), correspondendo a 1522 km² (MAGALHÃES, et al., 2009), foi definida como a área onde será efetivamente construído o empreendimento englobando “instalação da infraestrutura necessária à implantação e operação do empreendimento; as áreas destinadas ao reservatório, aqui compreendendo os seus dois compartimentos – reservatório do Xingu e reservatório dos canais -; além do trecho do rio Xingu a ser submetido à redução de vazão quando da entrada em operação do empreendimento (TVR).(EIA AHE Belo Monte, 2008a, p. 04).

A ADA engloba áreas urbanas e rurais. No EIA a rural foi dividida em três setores, com base no Reservatório do Xingu, na margem direita – que está inteiramente no Município de Altamira -, a Margem esquerda – Altamira, Vitória e Brasil Novo –, e Ilhas que distribuem-se por Altamira e Vitória do Xingu (EIA AHE Belo Monte, 2008c, p. 29). Não se tem um número preciso de pessoas atingidas, sendo deixado para posterior o cadastro pela empresa, no entanto as estimativas do EIA referem-se que na zona rural os atingidos diretamente chegam a um número de 2822 pessoas (EIA, 2008, p. 23/24, vol. 23 citado por MAGALHÃES et al., 2009).

Figura 18 - Área Diretamente Afetada – ADA do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte



Fonte: RIMA, 2009, p. 59.

As informações do EIA desconsideram a maioria das pessoas que estão abaixo da barragem principal, no chamado trecho de vazão reduzida, pois, a população estimada que será afetada, citada anteriormente, corresponde somente aos que terão de sair compulsoriamente da área, enquanto que as do trecho de vazão reduzida conforme o RIMA, “cerca de mil pessoas” (RIMA, 2009, p. 128) da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo também serão afetadas, mas não serão indenizadas apesar dos danos causados à navegação, à pesca, enfim mudança drástica na maneira de viver dessas populações.

Se colocarmos em perspectiva o que foi retratado neste trabalho pode ser extraída a seguinte relação: interesse da empresa em determinado local x morador = desapropriação,

caso não haja interesse ou esse local não sofra de possível alagamento o resultado é manutenção das famílias mesmo em condições aquém das previstas em estudos e licenças ambientais. Isso coloca em cheque, por um lado, a política de desenvolvimento e de progresso tão propalada na região, uma vez que essa esbarra na noção de gastar menos para aferir maiores lucros. Por outro lado, a própria noção de ser atingido, em outras palavras, os camponeses estão em posição desfavorável e são os primeiros a sentir as mudanças físicas, biológicas e sociais. Nos depoimentos abaixo os camponeses demonstram seu posicionamento numa discussão em que suas vozes são ignoradas:

A Norte Energia diz que a gente não tem direito a indenização, não, porque nós estamos abaixo da barragem. Agora eles falam que essa água vai secar e vai ficar depois tipo água de verão [...] dizendo eles que vão manter, mas vai morrer muito peixe, eu vi passando na televisão que onde faz barragem os peixe morre, aqui tem muito peixe grande, tem o pirara, o jaú, e esse peixe nem desce mais pro Rio Amazonas por causa da queda de água alta e acaba morrendo na água quente (JORGE, 2012).

Nós vamos pra baixo da ponte porque nós não temos dinheiro para comprar um barraco na rua e não vão indenizar, eles falam que não vão indenizar ninguém desse lado porque não vai precisar, eles dizem que a barragem não vai atingir, aí a gente vai pedir para eles cavar pelo menos um poço porque a água vai ficar ruim para gente tá usando (ALMIRANTE, 2012).

Eles diziam que ia sair a barragem e que o rio ia encher e pelo caso que a gente tá vendo o rio vai é secar, todo mundo acreditava que ia ficar bom, todo mundo ia continuar andando pelo rio, mas não, mudou porque o rio vai é secar então vai ter transporte só pelo seco, eles mesmo falaram que pra cá vai secar e que vai ficar cheio da barragem pra cima, então vai ficar muito difícil (MAGNÓLIA, 2012).

Eu sempre falo na reunião, eu não perco uma reunião, eu repito o que aconteceu [viveu situação semelhante na formação do lago de Tucuruí] e eles falam que não vai ofender, a mesma coisa que lá, mas ofende nosso rio aí de que nós vamos viver? Aqui vai secar, vai ficar nó no canalzinho ali e a água é podre, já tá morrendo peixe aqui, o Ibama teve aqui com o pessoal e vai vim de novo (RONALDO, 2012).

Trata-se, portanto, de pontos de vista diferentes. De forma muito clara os moradores do local tem visão diferente dos que vêm de fora, os empreendedores, e até dos membros de organizações que fazem parte da rede de mobilização contra empreendimentos hidrelétricos. Na perspectiva camponesa a ameaça diz respeito à própria manutenção enquanto categoria social. Neste caso em especial uma dupla ameaça, quais sejam: o barramento do rio e a instalação do empreendimento de mineração.

Em relação à mineração a lógica adotada pela empresa segue, neste caso, o princípio da utilização do espaço, semelhante ao que foi falado anteriormente em relação aos

expropriados pela barragem, ou seja, quando precisar para exploração mineral ou instalação de canteiros e outras estruturas, os camponeses são retirados do lugar. Na verdade, os próprios moradores tem noção disso, uma vez que nas entrevistas utilizam frequentemente a expressão “se a firma precisar da área” ou “a firma disse que vai precisar da minha terra”. Como diz um camponês:

Ultimamente agora vieram fazer o cadastro, fizeram levantamento de tudo que tenho. Eu to achando que quando eles aparecerem agora vai ser com a proposta de negociar, mas nunca ninguém chegou aqui dizendo que eu ia ter que sair daqui. Eles não querem explicar, eles só dizem que tão fazendo previnição e que se a firma vier *precisar da área* ela já tá sabendo quem eu sou e o que eu tenho. Já tem alguns por aí que negociaram a terra e dizem que daqui pro final do ano vai ser tirado o pessoal (MARCOS, 2012)

Como foi visto no decorrer deste tópico mesmo com toda a polissemia do termo atingido, os camponeses tem noção de que no mínimo seu modo de vida pode ser alterado. Há questionamentos como “eles prometem isso pra nós [continuar navegando], mas nós já estamos tão acostumado a ser enganados que a gente não acredita, eles só querem explicar coisas boas, só dizem coisas boas, ruins eles não mostram, não” (MARCOS, 2012). Um morador demonstra preocupação, porque o barramento do rio estava adiantado e a situação da indenização dos impactos não estava esclarecida, complementa: “nós falamos: _Se viesse logo pra resolver era melhor antes de sair a barragem, e o tempo vai passando e a barragem vai saindo, tá quase fechada já, nós vamos ficar na boca da armadilha” (PAULO, 2012).

Semelhante ao caso de São Raimundo Nonato e Ramal dos Penas, retratado anteriormente, as pessoas se depararam com estranhos que fazem estudos no local, que falam em barragem para a geração de energia elétrica, que veem as terras e rios como recursos, e as pessoas e sua maneira de viver como entraves ao progresso. A partir deste estudo é possível notar que as duas áreas de pesquisa apresentam semelhanças, porém com a grande diferença da maneira como esses grandes empreendimentos modificarão suas vidas de formas opostas. Enquanto uns reclamavam porque terão os espaços sociais de vida e trabalho engolidos pela água, outros questionam pela mudança no rio, que pra eles é vida. Lembro-me que uma criança ao ser perguntada sobre o que poderia ser feito em relação à construção da barragem, ela com lágrimas nos olhos respondeu: “Deixar como está”.

5.2 DIANTE DAS MUDANÇAS, A MOBILIZAÇÃO?

Quando se fala em reação à hidrelétrica de Belo Monte, o leitor pode associar rapidamente aos povos indígenas. De fato, desde a década de 1980 os povos indígenas protagonizam manifestos contra o empreendimento, demonstrados publicamente na imprensa nacional e internacional e em trabalhos científicos. Atraíram com isso muitos outros atores individuais e coletivos que formam redes de movimentos sociais.

Em capítulos anteriores deste trabalho foi mostrado de maneira sistemática, como as famílias de duas localidades, São Raimundo Nonato e Ramal dos Penas, tiveram relativa importância durante período de tempo na reação ao projeto, compondo parte local de ampla rede de mobilização. Na análise do processo de resistência ao projeto na área de estudo de que trata este capítulo, justamente por se tratar de luta em que há multiplicidade de atores envolvidos, muito do que foi falado anteriormente contribui para a compreensão ampla da resistência. Mas o que justifica essa parte são especificidades e características de repertórios que a mobilização contra o empreendimento assume no contexto da Volta Grande do Rio Xingu. Neste sentido, assumindo que para que as pessoas expressem seus repertórios é necessária a identificação de interesses comuns, que contribuem para agir dentro de uma perspectiva de grupo, os repertórios estão intimamente ligados aos meios de que dispõem, sobretudo, os que aderem a valores simbólicos como o rio Xingu, que simboliza vida.

No Rio Xingu foram realizadas as principais mobilizações. A primeira manifestação chamada de trancamento simbólico do Rio Xingu, foi realizada por ribeirinhos da Volta Grande do Xingu, que com seus barcos estenderam uma faixa escrita “não queremos Belo Monte” (Figura 20) no local onde está planejada construção do paredão. Na ocasião foi realizada uma missa, considerada pela comunidade como a última antes de terem de sair de suas terras (MOVIMENTO XINGU VIVO, 2011c).

Figura 19 - Trancamento simbólico do rio Xingu por ribeirinhos da localidade Arroz-Cru.



Fonte: Movimento Xingu Vivo (2011c).

Semelhante ao ato anterior foi realizada em 2011 uma grande pescaria que serviria de resposta e reafirmação de quem tem no rio local imprescindível para a sobrevivência. Segundo um dos participantes o objetivo era “mostrar que o pescador vive disso e que se acaba a gente vai viver de que?[...] porque lá eles dizem que aqui pra baixo não existe pescador. Negativo! Existe, sim! Não é pescador só quem é ribeirinho! Eu não brigo só por mim, eu brigo pelas colocação [espaço de moradia] tudo” (RONALDO, 2012).

Quando as máquinas começaram a escavar e formar a ensecadeira no rio Xingu, as formas de resistência ao projeto tomaram o caminho da reivindicação de direitos. É neste ponto que a negociação é iniciada. Conforme visto anteriormente, a resistência em São Raimundo Nonato e Ramal dos Penas enfraqueceu, o trato diferenciado para com as famílias desta área de estudo fez com que alguns focos de mobilização iniciassem, mesmo que timidamente, e acompanhando a mobilização indígena, também por direitos. Fato que perpassa nas falas das famílias é a esperança que a mobilização dos indígenas de certa maneira fortaleça para que suas próprias demandas e questionamentos da forma como é conduzida a obra sejam ouvidas. Assim foi o evento que ocorreu em 2012, quando as atividades no canteiro de obras do Sítio Pimental foram paralisadas. “Nós passamos um mês com tudo parado, nós e os índios, o rancho foi por nossa conta e por conta do Xingu Vivo que apoiou nós. Só advogado teve 8 com nós [...] Se eles não cumprir com os índios, pescador e ribeirinho, nós vamos se reunir e fechar” (RONALDO, 2012).

Por conta da expropriação pela empresa mineradora existe na localidade sentimento de injustiça e medo devido às muitas investidas no local, que ao mesmo tempo fornecem condições para a contestação e impedem a mobilização pelo medo das represálias. Famílias já foram retiradas ao preço de migalhas e sem opções para negociar. No relato abaixo é descrita a forma como uma família camponesa foi expulsa há 7 anos pela empresa de mineração:

Aí o pessoal da firma entrou em conversa com nós pra indenizar nós. Ai ele ofereceu uma casa no valor de quinze mil em Altamira, aí eu não quis, como era que eu ia sustentar minha família? Aí eu não aceitei. Aí ele disse: _se quiser eu dou os quinze mil em dinheiro! Aí eu falei que queria 25 mil. Aí ele disse que só pagava quinze e se eu não aceitasse eu só ia ficar com um pedacinho da terra sem direito a indenização e nada. Me ameaçou! A empresa que fez isso foi a Verena, e disseram que se a gente ficasse não ia poder plantar mais nada. Eu me criei aqui, toda minha família morava aqui (TOBIAS, 2012).

O processo de expropriação funciona a partir de ameaças, em que são retiradas as condições mínimas que as famílias dispõem para sobreviver, sobretudo a possibilidade de trabalhar na terra. Na verdade, a relação desigual ocorre com famílias que dispõem de pouca informação em relação aos direitos; em outras palavras, são pessoas que vivem calejadas pelas condições estruturais de exploração.

As organizações sociais são pouco ou nada representativas na localidade. Não foi mencionado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais como entidade de representação camponesa no local. Para ser preciso, havia no local a Associação dos Agricultores da Ilha da Fazenda/Ressaca (AGRIFAR) que era para ser utilizada como veículo para trazer melhorias, mas está desativada devido à inadimplência.

Depois que essa associação ficou inadimplente e assim muito parada, ninguém nunca ouviu falar em associação com hidrelétrica, porque dizem que aqui a gente não vai ser atingido pela hidrelétrica e por isso não tem direito a indenização [...] tinha um pouco [relação da associação] com o sindicato dos trabalhadores rurais de Senador [José Porfírio ou Souzel], sempre teve que aliás a pessoa que sai ou que entra no lugar de presidente, é um presidente de associação. Ele é dessa região mas ele anda pouco por aqui. Aqui é um lugar meio isolado (LENIR, 2012).

Nestas localidades em vias de expropriação pela hidrelétrica, cada vez mais há tensão entre as relações em função aos efeitos da hidrelétrica no local, uma vez que os impactos significativos estão começando a ser sentidos, diferente dos camponeses que foram expropriados na área que será alagada. Aqui eles convivem com a incerteza de viver no local em que sua reprodução social está ameaçada. Se isso gerará mobilização no local não é possível saber, até mesmo por que as categorias sociais foram muito desgastadas após o início das obras, sobretudo pela retirada das famílias de outras localidades e o pouco apoio de

Sindicatos e Organizações que os representavam. Esta situação parece se agravar em função da atividade mineradora, conforme comenta um morador

Tem um homem que tá comprando a terra de todo mundo, ele tá comprando terra demais e ele é da firma! Eles vão cercar tudo pra tomar de conta, e as pessoas que moram aqui vai ter que ser afastado mas eles não falam pra onde a gente vai, tem gente que quer ir pra cidade, nós não quer não (JAISON, 2012).

Até agora a situação vivida pelas famílias é de abandono e medo da ação iminente de duas grandes frentes de expropriação que estão transformando profundamente o espaço físico e social na Volta Grande do Xingu. O brado local é ignorado e as injustiças estão margeando as portas dos moradores. De fato, as sábias palavras de Hébette, quando dizia que “o cerco está se fechando” (HEBETTE, 1991) pareciam predizer um porvir triste, nebuloso e trágico. Ser camponês na Volta Grande do Xingu é conviver há mais de três décadas com as investidas expropriatórias ora por construção de hidrelétrica ora por empresas mineradoras. Em fim, parece que para essas famílias fecharam o cerco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tentativas de barrar o rio Xingu apresentam como características principais o autoritarismo e a exclusão das populações locais. Foram pensados durante período de finalização oficial das décadas militares e mantiveram características deste período, como o caráter de imposição dessas obras sob o pretexto de benefício nacional, porém sob o julgo de relações capitalistas de produção.

Do ponto de vista político a invisibilidade social das populações locais passou ser questionada na década de 1980. A retomada dos Sindicatos, a intensificação de oposição ao regime militar, sobretudo as inspiradas na Teologia da Libertação, fizeram com que as mobilizações no campo ampliassem em número e extensão, conforme discutido no Capítulo III. No caso em estudo, no ano de 1989 ocorreu o brado dos povos indígenas, aliados a Igreja Católica e outros atores, que se posicionaram fortemente contra a construção de hidrelétricas no Xingu.

Os camponeses assumem protagonismo relativo a partir dos anos 2000 quando passaram a participar no debate sobre a implantação do projeto tendo como vanguarda o MDTX. No entanto, as conjunturas no país e na região são alteradas após o início do governo Lula, a luta contra a implantação da hidrelétrica que contava com extensa rede de atores sociais passa por mudanças. Esses atores e suas posições em relação ao projeto são flexíveis e se alteraram durante os anos, sobretudo as entidades de representação camponesa, tanto é que houve uma cisão do movimento regional, onde as lideranças que se posicionavam contra o empreendimento saíram o MDTX e fundaram o Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

O projeto da hidrelétrica foi modificado. Desta feita, para não causar alagamentos nas terras indígenas projetaram um desvio nas águas do Xingu, que formará um lago sobre terras que ficam quilômetros de distancia do leito original do rio, e conseqüentemente, devido ao barramento, quase a 100 km do leito do Xingu ficará com vazão reduzida.

A partir da análise da mobilização das famílias nas áreas de estudo foi possível perceber que a resistência foi fruto da contradição que existe na implantação desse empreendimento hidrelétrico, explicitada pela pouca e imprecisa informação que chegava as famílias. Não se sabia qual área seria de fato alagada, quantas famílias iriam ser expropriadas, como ficaria a situação dos que habitam a área de sequeiro, os problemas ambientais. Esses imprecisões junto ao falta de representação fizeram com fossem politizadas demandas no sentido de agregar um número de famílias se encontravam em situação semelhante, sobretudo

através da busca de informações em reuniões, os contatos com especialistas da academia, com lideranças do movimento de resistência, com indígenas, com pessoas atingidas em outras barragens, Tucuruí por exemplo.

Em relação à situação vivenciada em cada localidade estudada pode ser percebida que a mobilização em São Raimundo Nonato e no Ramal dos Penas, conforme visto no capítulo IV, era a resistência de quem seria retirado, ou seja, após cada avançar do processo de licenciamento e o início das obras, em que começaram as desapropriações, o tecido social se desestruturou e com o isso os referenciais de grupo passam por reformulações, há uma perda considerável da força política. O caráter irreduzível que a obra vai se desenhando faz com que haja cada vez menos a percepção de vitória através da paralização do projeto. Nesse sentido, Tarrow (2009, p. 247) diz que para existir confronto em situações desencorajadoras é necessário o reconhecimento de interesses comuns por pessoas em situações semelhantes que identificam a possibilidade do confronto ser bem sucedido. Em síntese, após a percepção de que a hidrelétrica ia ser construída, usam da força política que lhes resta como estratégia para barganhar a garantia de direitos e minimizar os efeitos nocivos do processo de expropriação. A associação AGRIVOX representou um passo nesse sentido. Porém, como foi visto durante o processo esse ator coletivo se fragilizou em detrimento do esfacelamento social.

No capítulo V explanamos que na Ilha da Fazenda, Ressaca e Garimpo do Galo, a percepção dos que ficam é um amalgama de dúvidas em relação as possíveis influências do projeto na área, porque não há socialização de informações plausíveis de compreensão. Na verdade, o pouco acesso à informação parece ser estratégico, uma vez que, a contradição que poderia ser gerada em função dos impactos é sobrepujada pela propaganda dos benefícios para a população. No entanto, com o avançar das obras foi possível perceber que os descontentamentos começaram a se manifestar. Sobretudo, em função das modificações no rio, na pesca, no transporte. A preocupação com a expropriação via projeto de mineração só agrava os problemas ocasionados pela barragem.

A percepção que pode ser aprendida após essa análise é a de que há um desequilíbrio de forças entre os que lutam e os que tem interesse em fazer o empreendimento. No debate ampliado parece prevalecer que é natural a expropriação, neste caso pela barragem, se o objetivo final for o propalado bem comum. No entanto, essa questão parece ser enfatizada a medida em que o Estado contribui na reprodução do discurso hegemônico de que as populações locais são entraves ao desenvolvimento e, portanto, passíveis de serem removidas a qualquer custo. O conflito é apaziguado a partir das estratégias da negociação e da repressão, não dissociadas e que levam à despolitização. Exemplo da primeira, foi a reunião

com o presidente Lula que garantiu para as pessoas que o projeto não seria empurrado garganta abaixo das populações. A simbologia presente neste ato, no qual o presidente se dispõe a dialogar esfriou os ânimos que estavam exaltados. Porém, quando o conflito persiste entram em ação, ou melhor, são retomadas táticas de criminalização de lideranças, uso de aparato policial, censura judicial, perseguição política, desapropriações à força, que limita a expressão popular.

O caso de Belo Monte é relevante no sentido em que o debate sobre outros empreendimentos hidrelétricos eclodem na Amazônia. Porém o que deveria ser uma profusão de vozes, na verdade, cada vez mais, é formado por vozes ignoradas diante do caráter de autoritário que segue a tônica do apaziguamento dos conflitos, da irredutibilidade da obra e da naturalização da expropriação das pessoas sob o pretexto do progresso que sobrepuja vidas e amplia injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. ; BEZERRA, G. . Inserção econômica internacional e resolução negociada de conflitos ambientais na América Latina. 2007. Disponível em: <<http://www.obse.rvaconflitos.ippur.ufrj.br/novo/analises/HenriAcselradResolu%C3%A7%C3%A3onegociadadeconflitos.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n.76, 2009. Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Set. 2011.

ANEEL (Agencia Nacional de Energia Elétrica). Atlas de energia elétrica do Brasil / Agência Nacional de Energia Elétrica. 3. ed. – Brasília : Aneel, 2008. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/visualizar_texto.cfm?idtxt=1689. Acesso em: 20 jan. 2013.

ANEEL. BIG - BANCO DE INFORMAÇÕES DE GERAÇÃO, JANEIRO, 2012a. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/EVOLUCAO_DA_CAPACIDADE_IN_TALADA_ANEEL_MME.PDF. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

ANEEL. BIG - BANCO DE INFORMAÇÕES DE GERAÇÃO, JANEIRO, 2012b. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

ANEEL. Energia Hidráulica. Disponível em:<http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/energia_hidraulica/4_3.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012c.

AQUINO, R. ENTREVISTA ANITA RODDICK. 2002.<[HTTP://VEJA.ABRIL.COM.BR/021002/ENTREVISTA.HTML](http://VEJA.ABRIL.COM.BR/021002/ENTREVISTA.HTML)>. ACESSO EM: 28 MAR. 2012.

BECKER, B. K. . Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: É Possível identificar Modelos para projetar Cenários?. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 12, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BENATTI, J. H. . **Posse agroecológica e manejo florestal**. Curitiba: Juruá, 2003. 235 p.

BENINCÁ, D. **Energia e Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011. 310 p.

BERMANN, C. . **O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma**. Novos Cadernos NAEA, v. 15, p. 5-23, 2012.

BIOGRAFIA. 2010. disponível em: <<http://www.gabeira.com.br/wordpress/topicos/biografia/>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311 p.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.365**, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De13365.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CARLOS, E. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. **19**, n. **39**, p. 153-166, jun. 2011.

CARDOZO, A. História como espetáculo: a missão da Companhia de Jesus nas águas do Xingu, 1636. In: SOUZA, C.M; CARDOZO, A (Org.). **Histórias do Xingu**: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc XVII-XXI). Belém: EDUFPA, 2008, p.35-49.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.2, 344 p.

CASTRO, E. M. R. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade. In: CASTRO, E. M. R.; HEBETTE, J. (Org.). **Na Trilha dos Grandes Projetos – Modernização e Conflito na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989, p 41-70.

CHAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, R. (org.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.283-335.

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977, 165 p. DIÁRIO DO PARÁ. Camillo Vianna: uma vida pela Amazônia. Diário do Pará. 2010. Disponível em: <<http://diariodopara.diarioonline.com.br/N-81525-CAMILLO+VIANNA-+UMA+VIDA+PELA+AMAZONIA.html>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

DOMINGOS, J.. Moradores protestam na Transamazônica. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 21 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,moradore-s-protestam-na-transamazonica,541032,0.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Áreas de Influência e AAR (físico e biótico). Dezembro 2008a. Volume 05, Capítulo 6, 60p. Disponível em:<http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/>. Acesso em: 10 out. 2011.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Estudo Socioambiental Componente Indígena, Abril 2009. Volume 35, 318p. Disponível em:<http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/BM/DocsOf/EIA-09/Vol%2035/TOMO%202/Texto/TI-PAQUI%C3%87AMBA-REV-FINAL-11-04-09.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Diagnóstico da Área de Abrangência Regional/AAR. Meio Socioeconômico e Cultural, dezembro 2008b. Volume 06, 438p. Disponível em:<http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/>. Acesso em: 10 out. 2011.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Diagnóstico da Área Diretamente Afetada/ADA. Meio Socioeconômico e Cultural – ADA rural, dezembro 2008c. Volume 24, 529p. <Disponível em:http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/>. Acesso em: 10 out. 2011.

ELETOBRÁS. CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. Experiência e empreendimentos pioneiros (1879-1889). 2012. Disponível em: <<http://www.memoria.eletrabras.gov.br/main.asp?View={EC4EF5B0-511C-4A87-9BD2-BB5C61F518CF}>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

EMERIQUE, R. M. T. . **Soldado da Borracha**: Um Herói no Anonimato. 1. ed. Belém Pará: Ponto Gráfico, 2009. 78 p.

FEARNSIDE, P. M. As Hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, p. 5-56, 2009a.

FEARNSIDE, P. M. O Novo EIA-RIMA da Hidrelétrica de Belo Monte: Justificativas Goela Abaixo. In: Reunião de Trabalho Paineis de Especialistas para análise crítica do EIA Belo Monte, 2009, Belém, Pará. v.1, p. 108-117, 2009b.

FEARNSIDE, P. M. ; LAURANCE, W.F. . O futuro da Amazônia: Os impactos do Programa Avança Brasil. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 182, p. 61-65, 2002.

FERREIRA, V. B. **As usinas hidrelétricas no Brasil**: síntese histórica, impactos ambientais e aspectos econômicos e sociais. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos). Escola de Engenharia Mauá do Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, São Caetano do Sul. 2006.

FVPP. **Apresentação**. 2011. Disponível em: <www.fvpp.org.br/apresenta.asp>. Acesso em: 04 mar. 2012.

GOODLAND, R. Evolução histórica da avaliação do impacto ambiental e social no Brasil: sugestões para o complexo hidrelétrico do Xingu. In: SEVA FILHO, A. O., (org); SWITKES, G. (editor). (Org.). **Tenotã Mõ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. 01 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005, v. 01, p. 55-57.

GOHN, M. G. M.. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. **Cadernos do CRH**, v. 21, n.54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e a construção da cidadania**. 2000 (Palestra). Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev19/gohn_1.htm>. Acesso em: 08 set. 2011. Não paginado.

GOHN, M. G. M.. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. **Política & Sociedade**, v.10, n.18, p. 233-244, abr. 2011.

GOHN, M. G. M.. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2004. 382 p.

GOSS, K. P.; PRUDENCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1 (2), p. 75-91, jan- jul. 2004. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: 16 dez. 2011.

GUERRA, G. A. D. ; MARIN, R. E. A.. Das associações de lavradores aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - o caso do Pará. **Caderno do Ceas**, SALVADOR, n. 126, p. 47-56, mar/abr. 1990.

GUZMÁN, D.A. O inferno abreviado: evangelização e expansão portuguesa no Xingu (século XVII). In: SOUZA, C.M; CARDOZO, A (Org.). **Histórias do Xingu**: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc XVII-XXI). Belém: EDUFPA, 2008, p.35-49.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes e Fase, 1990, 90 p.

HÉBETTE, J. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.) **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J. . **O Cerco está se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1991. 347p.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. da S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Org.) **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002, P. 173-202.

HENCHEN, M. J. **Processo de ambientalização da ação pública no território Xingu: as estratégias dos mediadores camponeses**. 2012. 271 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ISA. Instituto Sócio-Ambiental. Especial Belo Monte. Cronologia histórica. 2012. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

KRAUTLER, E. Mensagem de abertura. In: SEVA FILHO, A. O., (org); SWITKES, G. (editor). (Org.). **Tenotã Mõ**. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 01 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005. p. 09-12.

LIMA, D.M. ; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, Maio-Ago. 2005.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Os encontros Nacionais e criação do movimento nacional. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/?q=content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>>. Acesso em: 17 fev. 2012a.

MACHADO, J. A. S.. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, n.18, p. 248-285. jul./dez. 2007.

MAGALHÃES, S.B. Expropriação e Mobilização: a dupla face da relação entre os Grandes Projetos e a População Camponesa. In: Jean Hébette. (Org.). **O cerco está se fechando O impacto do grande capital na Amazônia**. 1ª ed. Petrópolis/Belém: Vozes/FASE/NAEA, 1991, v. Único, p. 176-198.

MAGALHÃES, S. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 178f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13, Belém, 2007.

MAGALHÃES, S.; MARIN, R. A.; CASTRO, E. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F. D. M. (Org.). **Painel de Especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. Belém, 2009, v. 01, p. 23-35.

MAGALHÃES, S. B.; HERNANDEZ, F. M. . Ciência, Cientistas, Democracia desfigurada: o caso Belo Monte. In: III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens, 2010, Belém. Disponível em: <http://www.ecsbarragens.ufpa.br/site/cd/ARQUIVOS/GT1-108-151-20101118175227.pdf> >. Acesso em: 07 nov. 2011.

MELO, A. Informes das Lideranças em Altamira, Pará: O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: SEVA FILHO, A. O., (org); SWITKES, G. (editor). (Org.). **Tenotã Mõ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. 01 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005, v. 01, p. 55-57.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**. n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MIGUEL, A. **Biografia**. 2012. Disponível em: <<http://www.arquivoluceliasantos.com/biografia/biografia.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

MPF. Ministério Público Federal. Ação Civil Pública Ambiental com Pedido de Liminar. 2001. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2011/Belo%Monte%20-%20acp-2001.pdf/at_download/file>. Acesso em: 07 mar. 2012

MOVIMENTO XINGU VIVO. Populações atingidas por Belo Monte ocupam canteiro e fecham Transamazônica. 2011a. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/10/27/indigenas-e-pescadores-ocupam-canteiro-de-obras-de-belo-monte/>>. Acesso em: 01 fev. 2012.

MOVIMENTO XINGU VIVO. Reintegração de posse, criminalização e ameaça de ação policial termina ocupação de Belo Monte. 2011b. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/10/28/1633/>>. Acesso: 01 fev. 2012.

MOVIMENTO XINGU VIVO. Comunidade que será inundada celebra “última missa” na Volta Grande. 2011c. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2011/12/14/ribeirinhos-da-volta-grande-protestam-contra-belo-monte/>>. Acesso: 01 fev. 2012. NESA. Norte Energia S.A. Conheça a Norte Energia. 2012. Disponível em: <<http://norteenergiasa.com.br/portugues/norte-energia-s-a/>>. Acesso em: 29 mar. 2012.

BEZERRA NETO, J.M. De Porto de Moz a Ponte Seca. Gente, espaço e tempo no Xingu oitocentista. In: SOUZA, C.M; CARDOZO, A (Org.). **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc XVII-XXI)**. Belém: EDUFPA, 2008, p.35-49.

NOGUEIRA, S.M.S. Mais histórias de desertores: Fuga de Militares no Xingu e Tapajós (1773-1823). In: SOUZA, C.M; CARDOZO, A (Org.). **Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séc XVII-XXI)**. Belém: EDUFPA, 2008, p.35-49.

NORMAND, A. M. K..A força da água – para onde, para quem vai?. In: HEBETTE, Jean. (Org.). **O cerco esta se fechando**. O impacto do grande capital na Amazônia. RIO DE JANEIRO: Vozes/FASE/NAEA/UFPA, 1991, v. 01, p. 163-175.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar Para Não Entregar**: políticas públicas e Amazônia. Campinas, São Paulo: Papirus, 1988. 107 p.

PICOLOTTO, E. L. Movimentos sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. Ano I, 2. ed. nov. 2007. p. 156-177. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/358/332>>. Acesso em: 14 dez. 2011.

PONTES JR, F.; BELTRÃO, J. F.. Xingu, barragem e nações indígenas. In: A. Osvaldo Sevá Filho. (Org.). **Tenotã-Mõ**. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005, v. , p. 74-90.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. 2009.100p. Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/RIMA/>. Acesso em: 10 out. 2011.

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental. **Projeto Volta Grande**. 2012.68p. Disponível em: <http://www.sema.pa.gov.br/download/2BSML001-1-EA-RIM-0002_RIMA_REVISADO.pdf/>. Acesso em: 12 dez. 2012.

SANTOS, L. **Perfil**. Disponível em: <<http://bloglog.globo.com/luceliasantos/>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

SANTOS, S. C. ; NACKE, Aneliese. A Eletronorte e Os Projetos Hidrelétricos. In: HEBETTE, Jean. (Org.). **O cerco está se fechando. O impacto do grande capital na Amazônia**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes/FASE/NAEA/UFGA, 1991a, p. 46-51.

SCHERER-WARREN, I. . Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, p. 10-17, jan./abr. 2010.

SCHERER-WARREN, I.. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - Caminhos para uma política emancipatória. 2008. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez. 2008.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHERER-WARREN, I.. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 143 p.

SCHERER-WARREN, I. Novos Rumos da pesquisa sobre ações coletivas rurais. In: SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 221-240.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. 2004. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, v.3, n. 5, p. 13-35, out. 2004.

SCHERER-WARREN, I. ; REIS, M. J.. Do local ao Global: a Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua Articulação em Redes. In: II Encontro de Ciências Sociais e Barragens, 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em:<http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st2_DO%20LOCAL%20AO%20GLOBAL.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

SEVÁ FILHO, A. O. . Povos indígenas, as cidades e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar . In: SEVÁ FILHO, A . O.. (Org.). **Tenotã Mõ**. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 01 ed. Campinas, SP: International Rivers Network, 2005, v. 01, p. 29-54.

SOUZA, A. P. S. **O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica**: a trajetória de um discurso a muitas vozes. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém. 2006.

STING (MÚSICO). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2012. Disponível em:<[http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sting_\(m%C3%BAAsico\)&oldid=29278805](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Sting_(m%C3%BAAsico)&oldid=29278805)>. Acesso em: 28 mar. 2012.

SWITKES, G.; SEVÁ FILHO, A. O. Tenotã-Mõ Resumo executivo. In: SEVA FILHO, A. O., (org); SWITKES, G. (editor). (Org.). **Tenotã Mõ**. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. 01 ed. São Paulo: International Rivers Network, 2005, v. 01, p. 13-26.

TARROW, S. **O Poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Tradução Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 53, p. 37-49, 2005.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

UMBUIZEIRO, U.M.; CASTRO, J. de. **Altamira e sua história**. 3. ed. Altamira: Crucalt, 1999. 134 p.

VAINER C., O conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes. [200?]. Rio de Janeiro/RJ. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=vani%20o%20conceito%20de%20atingido&source=web&cd=3&ved=0CDAQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.observabarragem.ippur.ufjf.br%2Fcentral_download.php%3Fhash%3D3ac3268ad9d620abb0b98209ecb720cf%26id%3D18&ei=6YtGT6rKC9O50QH79KGzDg&usq=AFQjCNGsKdnWCM8yOrs75X-dgfS7wVIVHg&cad=rja>. Acesso: 10 dez. 2011.

VIANA, R. M. **Grandes barragens, impactos e reparações**: um estudo de caso sobre a barragem de Itá. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2010. 484 p.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 10, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

APÊNDICE A - LISTA DOS ENTREVISTADOS CITADOS NO TEXTO

Maria é militante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre.

São Raimundo Nonato e Ramal dos Penas

Carlos nascido em Bujarú, Pará. Reside em São Raimundo Nonato desde 1990.

Cícero tem 70 anos, nasceu em Goiatins estado de Goiás (hoje Tocantins), mora em São Raimundo Nonato desde 1977.

Claudio tem 34 anos, é natural de Vitória do Xingu, Pará. Reside em São Raimundo Nonato há 15 anos.

Clóvis tem 44 anos, nasceu em Campos Maior, estado do Piauí, mora em São Raimundo Nonato há 9 anos.

Francisca tem 50 anos, nasceu no Piauí, morou em Altamira durante 34 anos, e desde 2008 reside em São Raimundo Nonato.

Gregório tem 48 anos, nasceu na Bahia, chegou no ano de 1984 em Altamira, e mora no Travessão do Km 45 – Cobra-choca, São Raimundo Nonato desde o ano de 1988.

João tem 53 anos, nasceu em Goiás, mora a 32 anos no Ramal dos Penas.

Lino veio da Bahia, da cidade de Itamaragi, reside em São Raimundo Nonato desde 1990.

José nascido no estado do Tocantins, mora a 16 anos do Ramal dos Penas.

Pedro tem 60 anos, mora em São Raimundo Nonato desde o ano de 2008. Esposo da Sra. Francisca.

Rosa natural do Paraná, 16 anos no Ramal dos Penas.

Severino natural do Tocantins, reside a 16 anos no Ramal dos Penas.

Vicente tem 57 anos, nasceu no Maranhão, e reside em São Raimundo Nonato desde 1982.

Ilha da fazenda, Ressaca e Garimpo do Galo

Almirante é natural de Altamira estado do Pará, tem 66 anos, mora na localidade desde 1973.

Cesar é maranhense, natural do município de Pedreiras, reside na localidade desde 1988.

Jorge é natural de Quixadá no estado do Ceará. Veio para a Altamira na década de 1970 atraído pela propaganda governamental, na década de 1980 passou a trabalhar de barqueiro nos rios Iriri e Xingu, onde firmou residência primeiramente da Vila da Ilha da Fazenda e por ultimo reside na Vila do Garimpo do Galo, onde é comerciante.

Lenir é natural do Rio Grande do Norte e reside na localidade desde o ano de 1989.

Magnólia é nascida na localidade e tem 31 anos.

Marcos é nascido em Senador José Porfírio, tem 51 anos de idade, e 24 anos que mora próximo à vila da ressaca.

Paulo é nascido na localidade e tem 36 anos.

Ronaldo tem 60 anos, é cearense, morou em Belém, foi pescador no tempo em que estavam construindo a Barragem de Tucuruí, perdeu as condições de vida no local, e veio pescar no rio Xingu desde o ano de 1991.

Tobias nasceu na localidade e tem 37 anos, é irmão de Paulo. Já passou por processo de desapropriação pela mineradora em 2005, foi morar na sede do município de Altamira, não teve condições de manter a família na cidade e retornou para a localidade, desta feita para trabalhar na terra do irmão.

Elias é nascido no Piauí, trabalhou no garimpo do km 30 em Parauapebas, morou em Marabá, veio trabalhar na lavoura cacaueteira na transamazônica, e no ano de 1986 reside na Vila do Garimpo do Galo. Atualmente trabalha como piloto de barco.

